

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1: A CANDIDATURA	5
Breve contextualização geográfica e cultural.....	6
1.1 Objectivos.....	8
1.2 Candidatura.....	14
1.3 Projecto.....	17
1.3.1 Constituição	17
1.3.2 Motivações	19
1.3.2.1 A Identidade	19
1.3.2.2 A História	25
1.3.2.3 A Memória.....	30
1.4 A Associação	35
CAPÍTULO 2: A DINÂMICA	39
2.1 Conversas	41
2.2 Entrevistas	42
2.3 Sites.....	44
2.4 Periódicos	50
2.5 Encontros científicos	52
CAPÍTULO 3: O PATRIMÓNIO IMATERIAL NA CANDIDATURA E NOS	
MUSEUS	57
3.1 Candidatura.....	57
3.1.1 Bases.....	58
3.2 Museus.....	60
3.2.1 Ecomuseu de Barroso	67
3.2.2 O caso dos museus galegos	78
3.3 Promover o património imaterial: algumas propostas de actividades adicionais a desenvolver/ coordenar por museus no Norte de Portugal e na Galiza.....	88
CONCLUSÃO.....	92
BIBLIOGRAFIA	96

INTRODUÇÃO

O caso em estudo apresenta como título *Candidatura de Património Imaterial Galego Português*, o que não significa que o património imaterial contemplado pela candidatura em questão (que foi traduzido para inglês como *Oral Traditions*) assente exclusivamente na oralidade. A relevância dos documentos escritos em cada uma das práticas ditas orais neste contexto está ainda por apurar, pelo que se percebe após a leitura da candidatura¹. Por outro lado, a dinâmica que envolve o processo de candidatura revela que esta última serviu para criar objectos de cultura (ainda que de essência denominada de “intangível” ou “imaterial”). Estes objectos são pontos-chave para a constituição de um conceito de identidade cultural que se verá ser mais desejado por Galegos que por Portugueses². Seria interessante, nesta perspectiva, analisar a criação de objectos de cultura em estudo revisitando os conceitos de evolução da memória preconizados por Leroi-Gourhan (1993), Jack Goody (1987, 1988) e Jacques Le Goff (1984). Como se verá, foram invocados e recriados instrumentos heterogéneos como vestígios arqueológicos e elementos simbólicos da cultura celta e a oralidade como meio de transmissão privilegiado de conhecimentos fundamentais para a identidade social. Numa fase da História em que a memória está em transbordamento (cf. Le Goff, 1984, p. 13), como irei realçando ao longo do estudo, estes instrumentos foram escolhidos e trabalhados com objectivos definidos.

Esta candidatura despertou-me a atenção por ser um projecto que não foi aprovado mas que mobilizou a opinião pública galega. Este último aspecto é de interesse, uma vez que a candidatura que se propôs é a de um património partilhado entre a Galiza e o Norte de Portugal. E em Portugal (Norte ou outras regiões) a atenção pública dedicada à candidatura foi muito inferior à galega. Surgiu então a questão: qual o papel dos museus neste contexto? Procurei perceber como estas instituições têm lidado com o património imaterial, particularmente após o início do processo que culminou com a redacção da candidatura e a sua apresentação à UNESCO. No âmbito do Norte de Portugal elegi como estudo de caso um museu que tem desenvolvido um trabalho de relevo estreitamente ligado ao património imaterial: o Ecomuseu de Barroso. No que diz respeito à Galiza quis focar um museu que, sendo de fronteira, evidencia formas de ver e trabalhar o património diferentes das do Norte português: o Museo Aberto do Couto

¹ Sobre a relação dos documentos escritos e práticas orais vd. Lima (1997, pp. 47-85).

² Sobre a objectificação cultural ver, p. e., Félix (2003, p. 226) e Handler & Gable (1997).

Mixto, de Calvos de Randín. Para completar o panorama galego fazem-se ainda observações pontuais sobre outros museus.

Procurar-se-á justificar esta produção cultural por se tratar de uma candidatura de património imaterial a reconhecimento pela UNESCO, pela necessidade que uma região – a Galiza – tem desde há alguns anos de se afirmar no mapa autonómico espanhol com estruturas que fundamentem diferença baseada em autenticidade. Esta autenticidade reside nas “raízes”, personificadas pela camada mais idosa e ruralizada da população; pouco alfabetizada, a transmissão de conhecimentos de que é vista como depositária é feita por via oral.

Apesar de se tratar de uma candidatura da euroregião Galiza-Norte de Portugal, vai-se tornar claro que o seu motor é a nação histórica Galiza, tendo esta procurado reforço ao aliar o Norte português ao projecto. O meu propósito é indagar as razões que levaram a esta candidatura, fruto de uma dinâmica patrimonial que envolveu pessoas e organismos com características, visões e pretensões muito diversas.

Será dada atenção ao processo político desencadeado pela candidatura. Tal justifica-se pelos reflexos tidos, que se traduzem, a título de exemplo, nas instituições museológicas surgidas e sustentadas por instâncias públicas. A incidência deste aspecto vai-se tornar evidente nas manifestações de cariz nacionalista, mesmo quando o fundamento que se lhes procura dar é eminentemente cultural. O nacionalismo vai ser encarado ao longo deste trabalho como sinónimo de coesão social e auto-representação colectiva (cf. Hobsbawm, 2005, p. 311), procurada no seio da euroregião tanto por organismos públicos como por grupos de indivíduos, que assim definem identidade.

São as estratégias encontradas para definição de uma identidade própria em cada estudo de caso que escolhi que vão ser analisadas. Este processo é relevante por envolver dois territórios que, sendo confinantes, são de pertença política estatal diferentes. A elaboração da candidatura mostra a existência de uma vontade de apoio mútuo internacional (pelo menos inter-regional), de capitalização das semelhanças; uma análise menos superficial evidencia construções e manuseamentos de conteúdos. Qual o motivo desta discrepância? Tendo em consideração que foram dois antropólogos que trabalham com o património imaterial do Norte de Portugal e da Galiza – portanto considerados especialistas – a elaborar o texto da candidatura, é necessário inquirir para além da componente científica. Estes antropólogos realizaram o trabalho de acordo com as orientações que receberam da associação pedagógica Ponte... nas Ondas!, a produtora e dinamizadora da ideia. Esta associação tinha à data da redacção da candidatura

objectivos definidos, um dos quais – o evidenciar da dimensão da diáspora patrimonial – foi a razão maior que a UNESCO invocou para não classificar o património imaterial galego-português.

Ao fazer uma caracterização da associação, dos demais intervenientes no processo de candidatura e de pessoas e instituições que trabalham o património imaterial na Galiza e no Norte de Portugal pretendo contribuir para o aprofundamento do papel desempenhado pelas representações associadas ao património imaterial nos debates de cidadania. É necessário perceber, neste contexto, as diferentes formas de ver e trabalhar o património imaterial, assim como as motivações geradas.

CAPÍTULO 1: A CANDIDATURA

... the fate of tradition as a way of life in the present.

(Marcus & Mascarenhas, 2005: xiii)

A 17 de Outubro de 2003 a UNESCO adoptou a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, na sua 32ª sessão. A partir desta data tornou-se possível elaborar projectos de classificação de património imaterial, e dois anos depois, em Dezembro de 2005, foi apresentado o projecto de classificação do património galego-português. A UNESCO não considerou este projecto estruturado para que se concedesse o estatuto de Obra Prima do Património Oral e Intangível da Humanidade ao proposto, sugerindo uma reelaboração e posterior recandidatura.

Os critérios contemplados pela UNESCO para a consideração das propostas de património imaterial são os seguintes:

- Ser transmitido de geração em geração
- Ser constantemente recriado por comunidades e grupos, como resposta ao seu ambiente, à sua interacção com a Natureza e à sua História
- Providenciar às comunidades e grupos um sentido de identidade e continuidade
- Promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana
- Ser compatível com os instrumentos internacionais de regulação dos direitos humanos
- Corresponder ao requerido no que se refere ao respeito entre comunidades e de desenvolvimento sustentável³

O vínculo entre a paisagem e o espírito [...] estava na origem da mais poderosa de todas as metáforas exploradas pelo seu autor (in Marot, 2006, p. 64). Foi o dito de Kay Larson a propósito da obra artística de Robert Smithson (1938-1973). É uma afirmação que se pode utilizar para definir também o que a candidatura do património imaterial

³ <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002> (26/05/07).

galego-português ao reconhecimento pela UNESCO pretendeu transmitir. É a ligação do homem ao ambiente e às condicionantes que este impõe que faz surgir todo um conjunto de manifestações culturais, às quais se deu a denominação de património imaterial por melhor mostrar que é a mente que é criativa e encontra soluções para os desafios, servindo-se de objectos para concretizar as soluções encontradas e materializar conceitos e visões. Como diz Marot, citando Robert Smithson, “uma ruína das antigas fronteiras” *entre o espírito e a matéria [...]*” (in Marot, 2006, p. 64). O processo de simbolização, no âmbito do abstracto, pertence portanto ao domínio intelectual (logo incorpóreo). Este conceito é essencial para a compreensão do património imaterial, uma vez que é este género de manifestação cultural que mais se aproxima do processo mental de apropriação e interpretação do mundo envolvente conseguido através da simbolização.

Breve contextualização geográfica e cultural

Bernardo Bernardi (1974, p. 25) sustenta que a cultura está ligada à Natureza, na medida em que deriva das formas que o género humano encontra para se adaptar ao ambiente que o envolve. De aí que seja importante ilustrar o contexto geográfico das culturas que aqui se tratam, para que as manifestações que se incluem no património imaterial sejam correctamente e completamente entendidas.

O contexto geográfico cultural é contudo muito menos exacto e mais polémico. Já Ramón del Valle-Inclán (1866-1936) propunha a divisão de Espanha entre as regiões do Levante, de Castela e da Cantábria, com a região do Bierzo como ligação entre as três (Sociedade Estatal Lisboa 98, pp. 53 e 59). E este é apenas um dos inúmeros exemplos de intelectuais (alguns dos quais mencionaremos em altura própria no desenvolvimento deste trabalho) que propuseram e propõem geografias culturais não correspondentes às territoriais efectivas.

O projecto em questão pretendeu abranger as manifestações de património imaterial já discriminadas presentes no Noroeste da Península Ibérica, concretamente os territórios da Galiza e da região Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes).

Estruturas orográficas como as serras do Gerês e do Larouco, assim como os rios Minho, Lima e Tâmega estreitam a relação entre o Norte de Portugal e a Galiza, por se estenderem pelos dois territórios. Conforme mencionado por Orlando Ribeiro e no

projecto de candidatura⁴, esta euroregião atlântica com a extensão aproximada de 50.000 km² e cerca de seis milhões de habitantes⁵ implanta-se geograficamente entre o oceano Atlântico e o Mediterrâneo, o que lhe confere especificidade.

Os grupos sociais depositários da maior parte do património imaterial são de pequena dimensão e congregam-se em aldeias, apesar de se verificarem algumas comemorações de festas tradicionais em cidades de média e até grande dimensão (Viana do Castelo, Guimarães, Vigo, Santiago de Compostela...).

Alguns dos aspectos em comum destes grupos de ambos os lados da fronteira são:

- Pouca ou mesmo inexistente alfabetização, dado que são maioritariamente compostos por pessoas de idade mais ou menos avançada, que não tiveram oportunidade de estudar durante a infância. Dado o envelhecimento geral da população não existem jovens que possam absorver o conhecimento transmitido pelos mais velhos. E mesmo entre os jovens destes grupos sociais é frequente o desinteresse por este género de património de que os mais velhos são detentores, uma vez que este derivou de actividades cuja maioria não se pratica na actualidade; logo, a função utilitária que justifica os conhecimentos em questão não existe.
- A localização geográfica, mais interior e menos de litoral. A distanciação dos grandes centros populacionais torna possível em bastantes casos a preservação de modos de vida rurais ainda enraizados em épocas passadas, pois os meios de comunicação e informação a nível global que raramente ultrapassam a televisão (e esta centrada nos canais nacionais) e se pratica uma economia de subsistência, com forte ligação à terra e aos ciclos agrários. O esforço governamental a que se tem assistido nos anos de 2006 e 2007, no sentido de informatizar e dotar os núcleos de população mais pequenos e isolados de Portugal de meios de comunicação e informação mais sofisticados não aparenta resultados imediatos. Isto é compreensível pois, além da ausência de uma metodologia de acção integrada na realidade social presente, verifica-se que os trabalhos que as pessoas desenvolvem permitem apenas subsistir economicamente e são ainda muito árduos; resta por isso pouco tempo para a aprendizagem de técnicas que

⁴ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), p. 17.

⁵ Veja-se a definição em <http://www.galicia-nortept.org/euroregion.asp> (15/02/08).

não são necessárias (sobretudo a camadas populacionais mais idosas) e ainda menos dinheiro para a aquisição e manutenção de equipamentos.

A existência destas comunidades num âmbito geográfico tendencialmente uniforme torna as ditas actividades de subsistência bastante similares; assim, é inevitável que as manifestações daí decorrentes e que foram consideradas património imaterial se assemelhem. Alguns dos elementos comuns que resultaram da implantação no território desta euroregião foram o uso da pedra na arquitectura, na forma de habitar o território e as distâncias existentes entre cada núcleo habitacional, assim como o minifúndio, segundo Orlando Ribeiro⁶.

- Uma história em que, desde os primórdios e passando por ocupações que deixaram marcas como a celta (reivindicada mas de contornos obscuros) e a romana, houve identidade e interacção sócio-cultural, conforme se deduz das tradições e linguagem hoje consideradas património. Acresce-se ainda a demarcação desta euroregião das que se situam mais a Sul, tanto em Portugal como em Espanha, onde a influência da cultura árabe é acentuada.

1.1 Objectivos

A melhor forma de iniciar a caracterização desta candidatura é lembrando Leroi-Gourhan, quando diz que a matéria memorável é constituída pelo triplo problema do tempo, do espaço e do homem (1983). Foi esta matéria memorável que foi “descoberta” pelos promotores, que então a quiseram fundamentar e articular coerentemente para (re)criar um passado colectivo.

A candidatura visou o reconhecimento de cinco formas de manifestação cultural: **1)** literatura oral, música e dança, **2)** simbologia decorrente do contexto ecológico e histórico, **3)** festividades relacionadas com os ciclos agrários e da natureza, **4)** falares com pontos em comum no que diz respeito ao léxico, à morfo-sintaxe e à fonética, **4)** conhecimentos e hábitos ligados à vida marítima e fluvial, **5)** formas de cultura agrária, **6)** saberes e ofícios artesanais, e foi aceite pela UNESCO por cumprir o requisito de ser uma “cultura viva e em perigo de extinção”, visto que as mudanças sociais e

⁶ Op. Cit., p. 17.

económicas implicaram uma progressiva debilitação de grande parte das manifestações.



Imagem 1 Cesteiro – Paredes do Rio (Montalegre). Fonte: Baptista, 2006, p. 76.

“A proclamação deste património comum como Obra-Mestra do Património Oral e Imaterial pela UNESCO pressuporá o reconhecimento internacional de todas estas formas de expressão que se mantiveram na memória colectiva de ambos os povos ao longo dos séculos e que constituem um tesouro invisível para o futuro.”⁷. Chama-se a atenção para a passagem em que se fala da vontade de atingir o reconhecimento internacional: o(s) grupo(s) que candidata(m) o seu património considera(m)-(n)o de tal modo importante que aspira(m) ao reconhecimento do mesmo não só pelos seus conterrâneos como por todos os demais habitantes do mundo, o que conferiria prestígio e valor acrescentados aos que já são intrínsecos ao património em questão.

Ao longo da candidatura e sobretudo na parte denominada *Action Plan* verifica-se existir uma preocupação em criar postos de trabalho relacionados com as actividades e estruturas a desenvolver na sequência do tratamento do património imaterial. Este é um objectivo importante, pois ao promover-se a fixação de pessoas nas zonas em questão – que sofrem de desertificação humana –, e sobretudo de pessoas jovens, facilita-se a

⁷ <http://www.opatrimonio.org/pt/principal.asp> (16/05/07).

transmissão geracional e contribui-se para a manutenção das manifestações culturais que ainda existem. As infra-estruturas turísticas têm assim possibilidade de implantação, o que desenvolve economicamente as regiões e as torna apetecíveis como locais de trabalho e residência.

Um outro objectivo é a vontade de formar pessoas para o desenvolvimento de trabalho relacionado com o património imaterial, o que constituiria uma mais-valia em regiões nas quais o nível de escolaridade é bastante baixo e, em simultâneo, conferiria instrumentos de desenvolvimento próprios para fomento de iniciativas privadas.

Passo a citar os objectivos e propostas plasmados no *site* da candidatura:

Língua

”Se temos uma base de expressões do património imaterial que ainda dão mostras da unidade deste sistema linguístico comum, a língua galega deve formar parte desta família linguística, deste tronco comum. Se defendemos esta unidade cultural e este património comum, propomos que a língua da Galiza seja o galego e que este forme parte do sistema linguístico galego-português presente noutros países. Por este motivo propomos que a Galiza faça parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no seio da qual se devem reconhecer as características próprias da língua galega. Dado que o galego-português foi a língua em que se produziu e enriqueceu o tesouro do nosso património imaterial, a normativa da língua galega respeitará e promoverá as soluções comuns ao sistema linguístico galego-português e dará soluções às novas incorporações de léxico, de acordo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Da mesma maneira, a toponímia galega, património imaterial comum a Portugal, terá como única forma a expressa no nosso idioma. Neste sentido, propomos que a denominação do nosso país seja Galiza.

Organização territorial

- Propõe-se que, na nova redacção do Estatuto desapareça o conceito de província, por não se adequar à realidade geográfica galega.
- Deveria estabelecer-se um modelo de comarcalização com competências em áreas que se delimitarão claramente e ter-se-ão em conta as áreas metropolitanas que tenham características específicas.
- Dentro dos concelhos, dotar-se-ão de estrutura jurídica própria as paróquias, reconhecendo-as como células fundamentais da composição do país e nas quais se encontram enraizados o Património e os seus portadores. Temos, em Portugal, um exemplo de organização local mais apropriada à realidade territorial da Galiza e em que o sistema municipal se estrutura a partir da freguesia.

Representatividade exterior

Se o nosso património imaterial galego-português se encontra espalhado pelo mundo, até onde os portadores o levaram, esta diversidade e riqueza cultural deve ser objecto de especial atenção. Por este motivo, a representação exterior do governo Galego deve figurar como um dos objectivos prioritários do novo Estatuto.

- O Governo Galego terá representação exterior nas questões estratégicas para o desenvolvimento da Galiza, tanto nos sectores produtivos como na cooperação exterior e na difusão cultural, mediante a preparação de espaços normativos adequados.
 - A participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou a representação na UNESCO e outros organismos de carácter cultural deverão contemplar-se no Estatuto.
 - Estabelecer-se-ão relações privilegiadas com Portugal, nomeadamente com a Região do Norte, para fortalecer os laços históricos que nos unem.
 - Se a diáspora é o capital humano que pode possibilitar as relações especiais com certas áreas do mundo, a cultura e a língua podem aproximar-nos do universo lusófono, com o qual é necessário estabelecer redes específicas e plurais no campo económico, empresarial, cultural, educativo, etc.
- Galiza a 4 de Maio de 2006”⁸.

Verifica-se que neste discurso existe uma vontade de independência por parte da Galiza (note-se que o texto foi escrito nesta nação), que para fazer frente ao estado central não hesita em aliar-se à vizinha zona norte de Portugal fundamentando a sua opção pela irmandade cultural; este argumento apela a sentimentos de enraizamento, origem, ancestralidade e acaba por possuir mais força e legitimidade que razões de carácter imediato (como a economia ou a política).

Movements for regional autonomy and arguments supporting regional distinctiveness have, in contrast to Spain and many other countries, been relatively muted in continental Portugal, where folk culture has generally been deployed to represent the Portuguese nation as a whole (Klimt & Leal, 2005, p. 13). A maior força e desproporcional à vertente portuguesa que a dinâmica da candidatura revela contribui para fundamentar esta afirmação. O que parece ser uma ferramenta para os Galegos é apenas uma vantagem pouco significativa que pode concretizar-se através de pequenos e eventuais retornos económicos e sociais pela valorização de alguns aspectos da cultura para os Portugueses, mas cuja reduzida escala não parece merecer um grande empenho entre as elites que têm o poder de revestir o processo de maior importância.

A questão da diáspora cultural é de grande interesse. Foi considerada um ponto fraco da candidatura pelos envolvidos na legitimação do património relacionados com a UNESCO, por tornar o âmbito deste mesmo património demasiado abrangente para as intenções de classificação que o dito organismo tinha para o ano de 2005. É curioso observar que regiões pertencentes a dois países com a mais antiga tradição colonial e que, no caso português, tiveram algumas descolonizações traumáticas, pretendem recuperar os laços com as culturas dos antigos pedaços de terra que já estiveram

⁸ <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp#82> (16/03/07).

virtualmente unidos, mesmo quando se verificou que, aquando da descolonização, se cultivou em diversos locais uma posição de recusa de qualquer elemento que pudesse servir de ponto de identificação com a potência ex-colonizadora⁹. As nações então emergentes pretendiam criar a sua identidade a partir desta recusa (cf. Klimt & Leal, 2005, p. 14). Assim, a proposta de alargamento do reconhecimento patrimonial desta candidatura assentaria por um lado nos países ex-colonizados que demonstram (por meio de instituições e manifestações públicas diversas) o orgulho nas influências portuguesas e espanholas recebidas, e por outro na aposta do esquecimento e distanciação de épocas históricas traumáticas¹⁰. O reconhecimento do património imaterial seria então um passo para a aproximação ou re-aproximação de culturas e para o estudo isento de qualquer intenção de manipulação das manifestações patrimoniais. Uma outra face desta intenção de valorizar o património com raízes no Norte português e na Galiza é a de integrar as comunidades emigrantes, que se socorrem de elementos representativos da cultura de origem para conservar a memória do local em que nasceram (ou nasceram os seus ancestrais), num sistema definido (o património classificado) que fizesse sentir a cada uma das comunidades e a cada um dos seus membros a pertença a uma metaestrutura. Conseguido este objectivo, materializar-se-ia uma ferramenta que as comunidades emigrantes podiam utilizar na consolidação da sua posição no seio da entidade cultural e política de implantação (cf. Klimt & Leal, 2005, p. 14).

A língua é outro ponto que vale a pena explorar a partir de uma citação de António Medeiros: “No Minho, logo que nos afastamos uns poucos quilómetros da fronteira torna-se muito difusa a percepção do galego como uma língua diferenciada do castelhano, até acontece frequentemente que seja ignorada a sua existência”. O autor segue dizendo que conhecidos seus Galegos mencionavam com frequência que eram mal entendidos pelos Portugueses e que estes tentavam falar-lhes num espanhol incorrecto (Medeiros, 2003a, pp. 340 e 341), não procurando expressar-se num dialecto

⁹ Neste contexto é digno de nota o paradoxo que se cria entre a vontade de esquecimento de actos socialmente traumatizantes praticados pelas potências dominantes presente em antigas colónias e recriação da Rota do Escravo pela associação Ponte... nas Ondas! (cf. <http://www.opatrimonio.org/pt/escolasunesco.asp?ver=B#1>, 24/02/08). A associação tenta criar laços recorrendo a elementos históricos comuns, confiando na distância temporal para dar novos significados ao tema.

¹⁰ Na candidatura são apontados os seguintes países que receberam influência pela diáspora galego-portuguesa: Brasil, Cuba, Argentina, México, América Latina, Cabo Verde, Angola, os PALOP, Oeste europeu, África do Sul e Goa (*Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português*, (2005), p. 6).

que teria mais pontos em comum com o português e que, segundo o discurso apresentado na candidatura, é uma reivindicação do conjunto da euroregião. A proposta feita em relação à língua, que vem na sequência do pretendido pelo Movimento Defesa da Língua (<http://www.mdl-galiza.org/>) e da Associação Galega da Língua (<http://www.agal-gz.org/>), justifica-se sobretudo pelo poder de transmissão ideológica, pelo valor semiótico que um idioma possui, uma vez que o galego tem tido uma vida independente de qualquer influência portuguesa, e com uma vertente muito relacionada com tendências políticas de cariz nacionalista e autonómico. Note-se que um dos principais objectivos da galega *Hirmandade da Fala* (nascida em 1916, aparecendo depois outras) foi a criação da cultura da Galiza (Medeiros, 2006, pp. 108 e 113), o que evidencia a estreita ligação entre língua – enquanto forma específica de linguagem – e cultura.

A quase totalidade da valorização dada à língua como ponto de união entre Portugueses do Norte e Galegos nasce destes últimos, pois tal unificação fortalece a individualidade que a nação galega quer afirmar perante o Estado espanhol. É no entanto preciso evidenciar o facto de que as propostas reintegracionistas de mínimos e de máximos feitas na Galiza não foram adoptadas nem oficialmente nem por uma quantidade significativa de Galegos, continuando a vigorar o uso da norma isolacionista ou autonomista e estando bastante longe a possibilidade de aceitação do exclusivismo lusista¹¹. A base sobre a qual assenta o argumento dos promotores da candidatura (o facto de algumas expressões de património imaterial se manifestarem em galaico-português tanto em Portugal como na Galiza) não é sólida, pois através da leitura do texto da candidatura (encarado aqui como documento fundamentador no qual os promotores tiveram a oportunidade de apresentar todos os argumentos em favor da sua pretensão), se percebe que são pontuais as manifestações em que tal acontece – Entrimo, Lóbios e algumas zonas de Castro Laboreiro, Barroso e Terras de Bouro –, constituindo mais a excepção que a regra. Logo, e não desvalorizando o fim apresentado de consolidar um património comum, é patente um propósito, inserido num discurso nacionalista, que aliás se transmite pela articulação das citações supra do texto presente na página oficial da candidatura divulgado na Internet. Com base nas observações acima mencionadas de António Medeiros e em outras feitas por mim, que me levam às mesmas conclusões, pode dizer-se que a vontade de unificação linguística partirá mais

¹¹ Vd. http://membres.lycos.fr/questionne/documentos/cuadro_comparativo.html; <http://www.culturagalega.org/especiais/reforma/contexto.htm> (05/02/08), p. e..

dos círculos académicos que de uma necessidade sentida pela totalidade ou maior parte dos falantes: os fundamentos apresentados que têm mais força são os da história e da óbvia semelhança fonética. No entanto a população portuguesa do Norte tende a falar em espanhol aos Galegos, sem se esforçar em aprender o galego, porque os encara como Espanhóis; do âmbito territorial bem definido que é a Galiza, é certo, mas sempre pertencentes ao Estado espanhol e como tal distantes a todos os níveis da cultura portuguesa.

Quando se pensa a língua como veículo privilegiado de memórias assentes em núcleos de pessoas com alfabetização nula ou básica (detentores primeiros do património imaterial em questão) é compreensível que esta seja tornada instrumento na “luta das forças sociais pelo poder” para que os Galegos e Portugueses, com especial incidência nos primeiros como se tem vindo a afirmar, possam gerir autonomamente as sociedades históricas de que fazem parte. No contexto em questão pode-se perceber em última instância a importância da língua através das palavras de Le Goff: “[...] a memória colectiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades *cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita* que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição [...]” (itálico meu. Le Goff, 1984, pp. 13 e 46).

1.2 Candidatura

A candidatura que aqui serve de caso de estudo foi promovida e delineada pela Associação Cultural e Pedagógica Ponte...nas Ondas!, que trabalha com escolas da Galiza e do Norte de Portugal ligadas à rede da UNESCO, tendo sido apoiada por instituições de Portugal (Ministério da Cultura, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, CCDRN, Região de Turismo do Alto Minho, câmaras municipais) e da Galiza (Xunta de Galicia, Consello da Cultura Galega, Museo do Pobo Galego/ Consello Galego de Museos, Federación Galega pola Cultura Marítima, Real Academia Galega, AGADER – Axencia Galega de Desenvolvemento Rural, Comunidade de Traballo Galicia-Norte de Portugal, CEER – Centro de Estudos da Eurorexión.

Universidade de Vigo)¹². A redacção da candidatura esteve a cargo dos antropólogos Xosé Manuel González Reboredo e Álvaro Campelo.

A vontade que levou à elaboração desta candidatura está relacionada (conscientemente ou não) com as correntes de investigação que nas passadas décadas de 80 e 90 se centraram nas utilizações que então se faziam do folclore, com figuras proeminentes como García Canclini e Richard Handler que contemplam as formas de apropriação do mesmo folclore pela política, por movimentos de cariz étnico, regionalista e nacionalista e por “activistas culturais” (Klimt & Leal, 2005, pp. 5 e 6). É entre estes que se encontram os promotores primários da candidatura em questão, a associação Ponte... nas Ondas!, pelo ênfase dado a um processo que surgiu pela urgência sentida em preservar e promover um determinado tipo de património. O empenho dos membros desta associação foi tal, e inversamente proporcional ao desânimo aquando do conhecimento da não classificação pela UNESCO, que parece inserir a dita associação no âmbito dos chamados por Klimt e Leal de “activistas culturais”. Outros apoiantes da candidatura, mesmo a título individual, poderiam também inserir-se neste conceito, ponto importante que contudo terá de ficar para posterior investigação uma vez que é periférico aos que foram delimitados para a estrutura do meu trabalho de análise. Como dizem os autores mencionados, sustentado-se em Clifford, e conforme se confirmou ao longo da minha investigação, a recorrência à cultura folclórica é um aspecto da vida cultural e social da actualidade, que é marcada pela “apropriação do conceito antropológico de cultura” (Klimt & Leal, 2005, p. 6).

Como estes “activistas culturais” trabalham a cultura do seu território é importante saber qual a definição que deste fazem. A euroregião galego-portuguesa aparece definida nos seguintes termos pela Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal: *Localizada no Noroeste da Península Ibérica, a Eurorrexión formada por Galicia e o Norte de Portugal configúrase actualmente como un espazo de forte interrelación social, económica e cultural, cheo de oportunidades e cun gran potencial de desenvolvemento futuro. O territorio constituído polas dúas rexións ocupa unha superficie total de 51 mil Km² e concentra unha poboación superior a 6 millóns de habitantes, o que se traduce nunha densidade de poboación de 123 hab/Km². En termos de base económica, e en relación cos seus respectivos contextos nacionais, o Norte de Portugal caracterízase*

¹² <http://www.opatrimonio.org/pt/principal.asp> (16/05/07).

*por ser unha rexión particularmente industrializada, en tanto que Galicia é máis dependente do sector agrícola, ámbalas dúas en detrimento do sector terciario*¹³.

A geografia e a ecologia da euroregião surgem então, e também, como elementos-base fundamentais na elaboração da candidatura¹⁴, por justificarem o surgimento de manifestações práticas e simbólicas (incluídas na proposta de classificação como património imaterial) na sequência da adaptação dos homens ao contexto envolvente. Assim, encontramos os ciclos agrários como super-estruturas organizativas da candidatura e do projecto, contendo em si as celebrações rituais e necessárias à vida prática, lúdica e espiritual das populações.

O acelerado envelhecimento da população contribuiu e contribui decisivamente para este factor, pelo que o estímulo do contacto directo entre os informantes e as comunidades escolares, com o intuito tanto de proceder ao levantamento da cultura imaterial como de veicular a mesma garantindo-lhe uma sobrevivência relativa - porque dependente dos receptores - foi uma iniciativa que demonstrou as potencialidades que existem no âmbito educativo.

A associação patrimonial efectuada entre a região galega e a do Norte de Portugal foi justificada pela similitude verificada em variados aspectos da cultura popular de ambos os domínios territoriais, cuja causa se fez remontar à época em que o território hoje talhado por fronteiras nacionais formava a *Gallaecia*. Entre estes aspectos conta-se o dialecto galaico-português, presente em poemas e cantigas como as do jogral galego Martin Codax e que uniu linguisticamente os habitantes desta região. Assim se construiu um exemplo para argumentar que as nações nem sempre correspondem às fronteiras estabelecidas pelos estados, tendo portanto sido muito realçada e valorizada a cooperação internacional. Destacou-se igualmente a origem da ideia e concretização da mesma: a sociedade civil, sobressaindo a intenção de conferir ao projecto uma forte componente escolar.

Este projecto foi indicador da necessidade sentida por aqueles que mais próximo estavam dos informantes de património imaterial em guardar e preservar manifestações *agonísticas* - na medida em que são muitas vezes invisíveis e servem de elo com o invisível - ao olharem para um gradual desvanecimento de parte importante da sua história e identidade.

¹³ <http://www.galicia-nortept.org/euroregion.asp> (16/05/07).

¹⁴ <http://www.opatrimonio.org/pt/candidatura.asp> (21/03/07).

Pretende-se que o papel das escolas neste projecto seja fundamental (como aliás se pode verificar pelas iniciativas publicadas nos sites <http://www.opatrimonio.org> e <http://www.pontenasondas.org/>), uma vez que professores e alunos de níveis de ensino entre o primário e o universitário funcionariam como colectores do património imaterial e o transmitiriam em programas de rádio, entre outras iniciativas (algumas já se vêm a realizar desde há algum tempo, como as transmissões radiofónicas que se fazem desde 1995). A educação que procurou aumentar a sensibilidade em relação às raízes comuns e às suas manifestações através dos gestos e das palavras tentou dar continuidade à transmissão geracional que se manifestou, a título de exemplo, no livro/CD/DVD produzido pelos “Meniños Cantores” em 2005.

É evidente a semelhança desta iniciativa com a empreendida por Michel Giacometti e pelas brigadas do Plano Trabalho e Cultura de 1975, pese embora a índole estatal desta última. Se o objectivo desta acção de Giacometti era a constituição de um acervo para o Museu do Trabalho (Setúbal) enquanto se criava uma solução social para uma camada da população – os jovens que constituíram as brigadas – numa época conturbada da história portuguesa (vd. Branco & Oliveira, 1993), a da associação Ponte...nas Ondas! não foi tanto a de recolha de cultura popular (neste caso, apenas a que serve de veículo às modalidades mentais que se pretendem recolher), mas sim a de algo frágil e intrínseco, que vive com cada informante e com ele se extingue se não for transmitido, mobilizando de novo um sector jovem e em aprendizagem. Em ambos os casos se verificou a procura a salvaguarda de outros saberes, considerados como podendo fornecer um complemento alternativo às tendências pedagógicas dominantes. A estrutura e documentação da candidatura foram inspiradas nas apresentadas por Espanha (2001) e pela Estónia, Letónia e Lituânia (2003) quando propuseram a classificação do Mistério de Elche e dos Cantos e Danças Bálticos, respectivamente¹⁵.

1.3 Projecto

1.3.1 Constituição

¹⁵ <http://www.opatrimonio.org/pt/escolasunesco.asp?ver=B#1>; http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=3415&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (16/05/07).

A estrutura de apresentação da candidatura começa por uma secção inicial de identificação (quem apresenta a candidatura, a expressão cultural proposta, o nome das comunidades, localização geográfica, periodicidade das manifestações e entidades responsáveis), onde se começa a perceber um desequilíbrio entre a Galiza e Portugal, que irá assumir diversas formas (que iremos apontando e interpretando ao longo do trabalho). É no item que descreve o nome das comunidades que as 48 apresentadas pela Galiza contrastam com as 35 do norte de Portugal, podendo-se justificar pelo facto de o território galego ser mais extenso que o português em questão. Este é, no entanto, um ponto que reforça o peso da dinâmica e da vontade galega implícitas nesta candidatura. Segue-se a descrição (áreas, formas, história e desenvolvimento das manifestações, os depositários, a sustentabilidade, os riscos corridos por este património e a descrição técnica). É esta descrição técnica a base principal de apresentação do património imaterial galego-português; consta das cinco formas de manifestação cultural propostas já mencionadas e segue o princípio da psicogeografia conforme a concebeu a *Internationale Situationniste*: “estudo dos efeitos precisos do meio geográfico, conscientemente ordenado ou não, actuando directamente sobre o comportamento afectivo dos indivíduos” (in Marot, 2006, p. 60). É a interacção com a Natureza, interacção ecológica, assente sobretudo nos ciclos agrários, que é basilar para os redactores da candidatura. A partir deste diálogo com o território nascem as manifestações que constituirão o património imaterial.

A candidatura continua com a secção de justificação (valor excepcional, raízes culturais, meio de afirmação da identidade cultural, excelência na aplicação dos conhecimentos, testemunho único de uma cultura tradicional viva e riscos de desaparecimento), a de gestão (organismos e medidas) e o plano de acção. Uma das partes deste *Action Plan* (optarei pelo termo não traduzido, uma vez que a candidatura foi redigida em inglês) contempla o desenvolvimento de actividades dirigidas às comunidades emigrantes e à emigração galega e do Norte português em si¹⁶, o que verifiquei (através dos documentários inéditos cedidos pelo Ecomuseu de Barroso e pelo testemunho do antropólogo que efectuou os mesmos documentários e se dedicou ao registo de aspectos culturais de comunidades desta região, José João Sardinha) ser de fundamental importância quando se fala no património imaterial. O intercâmbio cultural entre a

¹⁶ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 189 e 190.

região galaico-portuguesa e os locais de emigração é muito forte, tendo causado, nuns sítios mais que em outros, mutações profundas.

A última parte compreende a documentação de apoio (mapas, fotografias, vídeos, bibliografia e documentos de autorização).

1.3.2 Motivações

1.3.2.1 A Identidade

Na abordagem ao projecto em estudo coloca-se desde logo uma questão: até que ponto e de que forma a elaboração do mesmo constitui uma afirmação identitária? Esta vertente é uma das que fundamentam o projecto, não só pela leitura do mesmo, como por toda a dinâmica que envolveu a candidatura e pelos depoimentos tanto de pessoas intervenientes na sua elaboração como por outros indivíduos e colectividades da sociedade galaico-portuguesa.

Etno-história, tal como definiram Copans e as obras *Au coeur de l'ethnie* e *Les ethnies ont une histoire* (cf. Copans 1999, Amselle & M'Bokolo 1985, Chrétien 1989), é a história de grupos diversos e heterogéneos, “objectos” que a Antropologia considera desde pontos de vista políticos e culturais e que se definem por aspectos de cultura particulares (rituais, formas de linguagem, técnicas várias...).

Considerando que o conjunto dos conhecimentos de uma etnia age como elemento coesivo e confere identidade a essas mesmas etnias, é portanto essencial que os conhecimentos sejam transmitidos (Leroi-Gourhan, 1965, p. 59), sendo este um conceito basilar na elaboração deste trabalho e aquele que é mais evidente para justificar a recolha e vontade de classificação do património imaterial galego-português. No entanto é necessário salvaguardar uma perspectiva que é a mais adequada ao caso em estudo e que iremos fundamentando ao longo do trabalho: a de que a etnicidade resulta do processo de construção da nação e não o contrário, como se pretende afirmar em toda a dinâmica da candidatura¹⁷.

As diferenças identitárias que existem entre os habitantes da Galiza e do Norte de Portugal e que se afirmam por oposição ou por similitude entre elementos de um

¹⁷ Cf. X. González Reboledo em <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 13 (05/01/08).

conjunto – neste caso, de etnias detentoras de formas culturais específicas –, devem também ser analisadas segundo o princípio de que existem duas etnias em confronto, e que a identidade de cada um destes grupos se define pela diferença e pelo discurso que cada uma tem sobre si, dependente da forma de percepção da outra que, por sua vez, é limitada pelas condicionantes de quem a percebe (Copans, 1999, p. 117). Ou seja, conforme o escrito por Lourdes Arizpe, *All cultural groups create a sense of identity by defining themselves towards other groups: they may celebrate their cultural kinship or descent*, [que é o que acontece no caso desta proposta conjunta de classificação do património imaterial galego-português, com base na identidade comum encontrada] *or they may decree their opposition or enmity towards the other group* (Arizpe, 2004, p. 131).

É relevante citar uma observação externa presente numa obra de 1795, denominada *Estado político, histórico e moral do Reino de España* da autoria de um viajante não identificado, sobre o aspecto identitário entre Galegos e Portugueses:

O galego é rexo, forte, gordecho, bastante feo, traballador, bo soldado, paciente, fiel e sobrio. Este carácter é case o mesmo que o dos portugueses das provincias do norte, cos que se entenden moito mellor que cos españois.... Os españois desprézanos porque son traballadores e limitados, empregándoos nos traballos máis baixos, e trátanos duramente. Esta conducta inspíralles aversión a España e ofrecen boa ocasión a empresas que puideran un día face-los portugueses sobre esa provincia, que lles convén prodixiosamente. Son os mesmos costumes, a mesma aliñación e a mesma demarcación que ese reino, do que están separados soamente polo Miño (García Mercadal, 1962: III, 520).¹⁸ São recorrentes observações com este teor ao longo da História mas optei por transcrever esta para evidenciar que no final do século XVIII se prefigurava uma situação que marcou a etnicidade galega até ao século XX e foi fundamental para a constituição da candidatura em estudo. Diga-se no entanto que a atitude descrita dos Espanhóis em relação aos Galegos foi a mesma que os Portugueses também tiveram ao acolher imigrantes da Galiza, que vieram a e para Portugal (não só para o Norte como para o Centro e a zona de Lisboa) desempenhar maioritariamente tarefas braçais, o que deu origem à expressão “trabalhar como um galego”.

Para se encontrar uma possível base para a valorização do património imaterial pela Galiza e subsequente vontade de candidatura do mesmo a reconhecimento mundial

¹⁸ Cit. em X. M. González Reboredo, <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 224 (06/01/08).

lembre-se também a crise que Espanha atravessou em 1898, com a perda das últimas possessões ultramarinas (Filipinas e Cuba) e a instabilidade política, cultural e social que se prolongou e teve repercussões até às primeiras décadas do século XX. A crise patriótica e identitária atravessada pelo país nesta época e as alterações sociais, agravadas pelos nacionalismos, pela europeização e pela modernização da cultura, provocaram comprovadamente uma tendência para a recuperação do tradicional (Sociedade Estatal Lisboa 98, 1998, pp. 15 e 20), patente, entre outras áreas, nas da arte então produzida e do património. Como demonstra o catálogo da exposição apresentada no pavilhão de Espanha na Expo '98 de Lisboa, que se centra nas relações entre os Ibéricos e o mar por intermédio da análise das artes plásticas, é forte a componente de tradição nas obras seleccionadas. Um dos exemplos é o da pintura “Antónia, a Galega” (1911) de Ignacio Zuloaga y Zabaleta, que representa uma *bailaora* de flamenco envergando o traje típico e que assim vai de encontro à corrente de pensamento então com maior peso que preconizava a permanência das tradições e do pitoresco – numa tentativa de encarnar a verdadeira essência da identidade – mas contra a contestatária e progressista, na qual se enquadra, por exemplo, Miguel de Unamuno (Sociedade Estatal Lisboa 98, 1998: 204 e 205). As representações populares, em detrimento das ligadas às classes altas, são mais um sintoma desta vontade. Na região galega e neste enquadramento histórico (duas primeiras décadas do século XX) destaca-se Alfonso Rodríguez Castelao (1886-1950), que através das suas obras, centradas no popular rural e na crítica à sociedade (Sociedade Estatal Lisboa 98, 1998, p. 19), contribuiu para a consolidação dos valores mencionados supra.

A recuperação do património imaterial na zona espanhola pode dever-se ao prolongamento desta necessidade de consolidação da identidade e do patriotismo através do que já está instituído, do que é conhecido e tem a chancela da transmissão geracional (sobretudo se considera a autonomização política e territorial do estado espanhol, que se foi consolidando ao longo do século XX e continuou pelo XXI). Lembre-se ainda o exemplo do papel desempenhado pelo Museo do Pobo Galego, ao ter sido criado em 1976 para fundamentar a cultura galega através da estruturação de um discurso identitário. Em Portugal, na mesma época, já se tinha enraizado (apesar das alterações que a revolução de 1974 provocou) a acção do Estado Novo no sentido de revalorizar e promover as formas de cultura consideradas tradicionais, mais autênticas, com o objectivo de conferir identidade à nação. Os agentes político-culturais foram os etnógrafos ao serviço do Estado, que tornaram possíveis exposições de arte popular,

concursos de ranchos folclóricos e da aldeia mais portuguesa, assim como edições de obras etnográficas. Note-se neste contexto o epíteto que o Secretariado da Propaganda Nacional deu a Monsanto, eleita a aldeia mais portuguesa em 1938: “síntese da raça” (Alves, 1997, pp. 237 e 238; vd. também Félix, 2003). O emprego do termo raça demonstra a vontade de ultrapassar a mera noção de identidade grupal, que pode ser aplicável a núcleos de pequena dimensão, e afirmar superioridade qualitativa.

A criação do Museu de Arte Popular teve base nas mesmas motivações da do Museu do Povo Galego, com o reforço da dita ideia de raça conferida pelo legado da Exposição do Mundo Português e uma ligação simbiótica à política estatal (cf. Castelo-Branco & Branco, 2003, p. 9; Medeiros, 2003a, p. 32) que parece já não se ter verificado no caso galego.

Apesar de o conceito da euroregião galego-portuguesa ser mais claro para alguns dos seus habitantes do que para outros e ser notório mais em algumas zonas de Portugal do que em outras, é essencial frisar que, dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para a aproximação e consciencialização identitárias, cabe uma grande parte à associação Ponte...nas Ondas!, que desenvolve todas as suas actividades em parceria com organismos da Galiza conforme se verá no ponto 4 deste capítulo.

Não se deve ainda esquecer uma observação de António Medeiros (2003, pp. 335 e 336), que a minha percepção durante a investigação para este trabalho confirmou: a de que as referências sobre as quais os Galegos se costumam apoiar referentes a Portugal são positivas e estereotipadas, não coincidindo com a imagem que os Portugueses têm em relação aos mesmos assuntos.

Assim, é necessário analisar o papel desempenhado pela iconografia, que por ser o meio de comunicação mais imediato é o que mais se presta ao estudo das intenções dos actores sociais/ patrimoniais. Assim, podemos estudar as imagens propostas na candidatura desde uma perspectiva em que o simbolismo identitário é privilegiado pois, citando um exemplo de António Medeiros a propósito das tendências que as elites rurais minhotas demonstravam, em 2005, para se envolverem nas políticas locais de identidade, *the iconic image of the “Minho woman” appears everywhere as a segmentary identity device repeated at all administrative levels by representatives of all political tendencies* (Medeiros, 2005, p. 71). A candidatura aparece como um subproduto desta dinâmica, tendo sido apresentada à UNESCO pela mesma altura da redacção do texto do autor citado. As imagens rurais estereotipadas não aparecem já

como ícones apropriados pelo Estado central, como acontecia na vigência do Estado Novo, mas verifica-se a mesma instrumentalização a nível local/regional.

O papel da iconografia é importante neste contexto porque a imagem é o veículo mais imediato na transmissão de conteúdos num espaço de tempo muito reduzido, o que permite a criação de símbolos. Estes símbolos são talvez os meios de difusão mais eficazes e privilegiados. É assim que se toma o símbolo celta que é a espiral como emblema da candidatura, para apresentar o fundamento das raízes antigas e comuns; é por isso que a mulher minhota aparece associada à representação de Portugal e os gaiteiros à da Galiza, entre muitas outras imagens utilizadas e/ou concebidas como ícones.

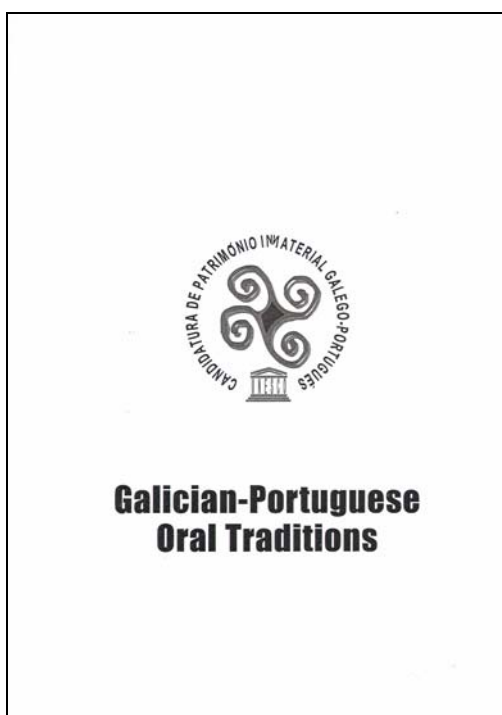


Imagem 2 Capa da candidatura. Fonte: *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005).

As raízes celtas reivindicadas por Galegos e Portugueses resumem-se assim no símbolo da candidatura, a espiral¹⁹, presente em locais do Norte de Portugal (como em Briteiros – Guimarães) e da Galiza (Castromao, Trega, Armea, Castro de Troña entre outros), que foi eleito como elemento comum. A apresentação das raízes celtas como um dos fundamentos da nação galega remonta aos revivalismos do século XIX mas foi

¹⁹ Não é claro no texto da candidatura que se refere a este aspecto que o símbolo escolhido para logotipo é uma espiral. A identificação feita por qualquer observador tende inicialmente para o *triskele*, desmentida numa segunda análise em que se verifica serem quatro os braços. Esta utilização da iconografia, não sendo inequívoca, contribui para dificultar a percepção das intenções e do conteúdo da candidatura.

permanecendo e ganhando vivacidade no contexto da progressiva afirmação nacionalista (Medeiros, 2006, p. 104) através de meios tão díspares como a candidatura em análise, a música e objectos de artesanato²⁰. Recorde-se que foi também na época do Romantismo que mitólogos do País de Gales procederam à construção de tradições em que os alicerces celtas foram os que mais importância tiveram (Morgan, 2002). É natural que as personalidades que estudavam e promoviam a cultura da Galiza simultaneamente, informadas que eram, tivessem sido contagiadas por esta vaga de busca de antepassados e legados celtas. Em Portugal o celtismo está longe de ser tão marcado como na Galiza (sendo o adjectivo lusitano o mais empregue, por se ter firmado e propagado a noção da descendência dos Portugueses deste povo), sendo que o Norte evidencia, sim, tendência neste sentido, ditada pela sua situação geográfica (Medeiros, 2006, p. 339). A eleição de um símbolo celta para a candidatura é interessante, sobretudo quando se pensa na raridade dos documentos/elementos apresentados como fundamento, na acesa controvérsia que suscitam²¹, e no papel que o povo celta tem tido na mitologia de origem galega e como toda a matéria criada sobre este assunto foi utilizada nos movimentos nacionalistas organizados na Galiza do início do século XX (Medeiros, 2006, p. 343).

É contudo intrigante que, sendo a candidatura redigida por dois antropólogos com trabalho desenvolvido nas regiões em questão, se apresente a raiz étnica celta como uma mais-valia, como uma pedra basilar comum fortalecedora da identidade entre Galegos e Portugueses. À luz do mencionado por autores como António Medeiros (2006, p. 342) esta posição é já obsoleta, tendo servido de bandeira aos etnógrafos nacionalistas do final do século XIX e início do XX mas caída em descrédito pelo avanço da investigação no campo. A justificação do emprego deste fundamento pode residir no facto de ser já tão antigo e arraigado no que grande parte dos Galegos considera a sua identidade – manifesta através da música, de indumentárias, de artesanato, da proliferação de símbolos – que, com propriedade ou não, tornou-se um elemento de reconhecimento cultural tanto endógeno como de referência para observadores exteriores. Parece predominar a primeira situação, o que adiciona peso ao emprego deste argumento cientificamente contestável na candidatura porque se pretende

²⁰ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), p. 86.

²¹ O texto que o Museu do Pobo Galego apresenta no *site* oficial da candidatura refere o assunto do celtismo mas faz questão de não se comprometer numa posição clara, mencionando as controvérsias existentes.

conquistar as populações para o apoio das dinâmicas que se querem conferir aos seus patrimónios. Estas, por outro lado, continuam a ancorar-se no seu “celtismo” porque académicos contemporâneos como os que redigiram a candidatura o sustentam.

Durand (1996, p. 41) afirma que o mito é a “narrativa simbólica constitutiva de uma mentalidade”, pelo que os mitos das sociedades em estudo se tornam fundamentais para a compreensão do fenómeno do reconhecimento de importância que levou à elaboração do projecto e à sensibilização geral em relação ao património imaterial. Os mitos, fabricados para a sistematização de uma forma de compreender o mundo e o contexto vivencial, ajudam consequentemente a perceber os próprios “fabricantes”. Durand fala também em legitimar, que é o conceito que aqui mais interessa por remeter à utilização que se fez do mito (enquanto parte do património imaterial) numa época muito recente, caracterizada pela globalização e dissolução de fronteiras (mentais e/ ou físicas). A abolição dos limites físicos causou impacto em algumas mentalidades e mundividências (veja-se o caso do Couto Mixto, cujo Museu Aberto será tratado no capítulo 3), pois apesar de estes limites fronteiriços ou raianos serem na sua maioria imateriais a sua alteração provocou em muitas comunidades uma perda de referência identitária relacional que provinha de tempos antigos.

Os símbolos sociais, enquanto manifestantes dos mitos, foram por consequência valorizados, talvez para patentear a continuidade das relações – sob a forma de património transmitido – no seio das sociedades. Cria-se assim um contraponto (que representa a estabilidade) à necessária evolução da interacção de cada uma das sociedades com o mundo (Durand, 1996, p. 41). Os símbolos mitificados são dos aspectos fundamentais a considerar na análise do património em questão, uma vez que foram utilizados para afirmar a manutenção de elementos que são próprios de cada sociedade. Os símbolos tornam-se essenciais para demonstrar que a identidade que é conferida a cada grupo através das suas particularidades se mantém praticamente inalterada, e que os aspectos que entretanto se perderam foram recuperados (ou pelo menos lembrados), na medida do possível.

1.3.2.2 A História

Sobre a história comum à euroregião não se aprofunda muito esta incidência na candidatura, deixando que as várias partes que a constituem forneçam aos leitores os

dados que formarão a estrutura histórica. No entanto, acontece que estes dados estão por vezes incompletos e não se articulam de forma directa e clara quando se pretende uma visão histórica coerente, pelo que se sente a falta de um elemento sólido que ajudaria a suportar a reivindicação identitária comum e a classificação das manifestações culturais. Nas motivações de ordem histórica incluí a língua, que se apresenta na candidatura como uma das manifestações mais fortes entre as que unem os povos hoje separados por fronteiras políticas. Aponta-se o número de falantes de galaico-português da seguinte forma: Baixa Limia e Castro Laboreiro: 10.000 falantes; Galiza: 2.700.000 falantes; Portugal: 10.500.000 falantes²².

Pode-se dar uma contribuição, não presente na candidatura, para o papel da História no processo da mesma: o enquadramento que constitui a história de cariz eminentemente nacionalista feita no século XIX, sobretudo no que à Galiza se refere (Medeiros, 2006, p. 30), com historiadores como Manuel Murguía (1833-1923), Vicente Risco (1884-1963) e Ramón Otero Pedrayo (1888-1976), entre muitos outros.

Esta pequena caracterização da tendência histórica recente (fim do século XIX e séculos XX e XXI) é fundamental para a sustentação de um dos argumentos desta tese no que diz respeito a uma das motivações da constituição desta candidatura: a de que esta é um bom instrumento a favor do nacionalismo galego. É um elemento para criação de uma historiografia nacional periférica (face à historiografia do Estado central), apresentando visões do passado justificativas de posições tomadas que acabam por tornar a história uma “arma simbólica”²³. Tal já não acontece em Portugal, onde foram muito fracas e quase inexistentes as posições de autonomia regional (cf. Medeiros, 2006, pp. 31 e 38). Apesar de terem existido propostas de regionalização em Portugal durante o século XX, não assentaram nem na cultura nem nas consequentes vontades de reconhecimento exógeno da divergência identitária invocada.

A unidade territorial e a consolidação identitária foram os fins principais da maior parte dos movimentos sociais e culturais galegos recentes. Uma vez conseguida a autonomia pela Galiza, a aliança com o Norte de Portugal, quanto mais não seja na procura de afirmação identitária perante o Outro (que seria aqui o resto do Estado espanhol e, em última análise, o resto do mundo), vem na sequência desta vontade de coesão e projecção da unidade criada com esta aliança. Aliança que, até ao final desta

²² *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), p. 125.

²³ Cf. X. M. González Reboredo em <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 12 (05/01/08).

investigação, não vi contestada em lugar que fosse, o que é um indicador de que realmente a colaboração transfronteiriça proposta fez sentido para os autóctones que dela têm conhecimento. Evidencia-se também que já estava mais ou menos interiorizada (mais na raia que no restante território), fazendo parte de vivências com raízes recuadas no tempo. A história nacionalista feita em oitocentos e ainda no início do século XX foi o precedente da preocupação que esta candidatura demonstrou relativamente à afirmação da memória e da identidade específicas, pois, como diz Pollack (1992, p. 206), quando as nações são velhas de pouco tempo, existe uma necessidade real de afirmação identitária e memorial (sobretudo quando questionadas ou acolhidas por outros com pouco calor), visto que estas dimensões ainda não trabalham autonomamente. Este é o caso da Galiza e não tanto o de Portugal, apesar da região Norte ser por vezes vista como remota, desertificada e dotada de poucas valências, o que criou um caminho natural ao entendimento com os Galegos.

O que nesta candidatura é manifesto é o apoio na memória – com a valorização de todas as formas da mesma que se relacionam com o património imaterial – para se criar história, sendo o resultado um fundamento histórico baseado na auto-percepção e auto-representação populares (Pollack, 1992, p. 207). Lembramos o caso referido por Prys Morgan em *A invenção das tradições* (Morgan, 2002, p. 93), no qual o autor identifica um herói, Madoc, criado em época indeterminada da história do País de Gales e descobridor da América no século XII. A lenda deste herói, sem demasiado relevo durante um grande período de tempo, teria sido utilizada pelos monarcas Tudor frente às pretensões espanholas de domínio da América do Norte em 1770. A partir desta data, em que a utilização feita da história do herói foi política, observou-se uma retomada histórica por entusiastas de passado galês, que chegaram ao ponto de forjar documentos para apresentar como fundamento à existência de ancestrais galeses miscigenados com índios do *Midwest* americano. Assim, e tal como ocorreu com o processo da candidatura em estudo, a memória foi utilizada para criar história, mas como resta ainda um intenso e longo trabalho de investigação que siga as tradições, eminentemente orais, até às raízes presumidas, trabalho este que é fruto de uma necessária interdisciplinaridade e de um período de tempo mais alargado que os quatro anos que a candidatura levou para se formar (2001-2005), o fundamento histórico que apresenta pode ser questionado. Deve-se ainda realçar que o facto de se tratar de património imaterial, assente na sua maioria em relatos de informantes e na observação de costumes que desde um passado recente tendem a sofrer mutações a um ritmo acelerado, torna mais moroso o processo de

apuramento de elementos que fundamentem deixando pouca ou nenhuma margem para dúvidas.

No que se refere à utilização política, na senda dos Tudor, observa-se que esta candidatura se insere num movimento que em Portugal e na Galiza se tem dado no sentido de procurar despir as manifestações folclóricas das fortes conotações políticas que lhes foram dadas com os regimes do Estado Novo e franquista. Na Galiza digladiam-se os reprodutores patrimoniais que são os contratados e dinamizados pela Xunta, encarada por muitos como continuadora das manipulações franquistas e destituidora da seriedade que é devida ao património, e os que pretendem ter uma ligação isenta às raízes e portanto se consideram reprodutores culturais mais próximos à “verdade”, que estão politicamente situados à esquerda (cf. Medeiros, 2006, pp. 170 e 171).

Numa outra vertente de implicação política verifica-se que a história recente criou em 1991 a euroregião que engloba a Galiza e o Norte de Portugal. As fundamentações vão de encontro às da candidatura do património imaterial? Desde uma perspectiva social, cultural e política, foi um movimento de recusa perante os estados centrais? De acordo com a minha percepção, talvez estas questões tenham mais fundamento quando colocadas à Galiza pois, como diz Medeiros (2003, p. 329) “as menções feitas a Portugal – abstractas ou muito superficialmente fundadas, na maior parte das ocasiões – surgem-nos como recurso para sublinhar as razões de diferença da Galiza no quadro estatal espanhol”. O autor continua especificando ser no século XXI que esta posição ganha força, sobretudo na facção galeguista militante.

Não é perceptível, nem manifesta na generalidade do Norte de Portugal, a noção de que existe uma unidade como a euroregião; de aí que se possa afirmar que a consideração de que existe um património comum partiu das elites culturais (professores, antropólogos, historiadores), naturalmente mais habilitadas para uma visão de conjunto do que os informantes desse mesmo património.

Coloca-se assim a seguinte questão: se confrontados com as manifestações de património imaterial portuguesas, os informantes galegos (e vice-versa) reconheceriam a similitude patrimonial tal como ela é apresentada na candidatura?

Os fundamentos históricos apresentados não são incontestáveis nem isentos de lacunas, permitindo apenas pressupor e não afirmar sem dúvidas. Falando de uma candidatura de um património em territórios transnacionais, até que ponto foi tido em consideração tanto o que os informantes pensam como o que sentem em relação à comunhão

apresentada com manifestações que na maioria dos casos não conhecerão? Destas questões ficaram isentos os habitantes das raias, que pela proximidade promíscua partilham, estes sim de forma clara e inequívoca, muitos aspectos culturais.

A fronteira é um elemento fulcral à volta do qual se activam dinâmicas várias: deter-me-ei no ponto em que a política interage com a percepção cultural. A fronteira delineada pelo poder central tende a ser considerada como uma imposição dos poderes locais, e, como reacção, tende a afirmar-se a essencial relação com os “irmãos” que a fronteira separou. O aparecimento da euroregião teria assim sido saudada como um reencontro, apesar de que com o passar do tempo as fronteiras se vão interiorizando e naturalizando. Parece ter havido um diluir ou uma redefinição das fronteiras entre Galiza e Portugal pela constante (logo histórica) interacção entre as etnias do Norte português e galega, conforme o processo estudado por Barthes²⁴. O mapa actual que a dinâmica desta candidatura evidencia é o resultado de uma evolução iniciada em determinado momento obscuro da História, momento este em que os mitos cosmogónicos englobados no património imaterial desempenham o seu papel, mas que a candidatura procura fundamentar com mais consistência radicando-o nos Celtas²⁵. O conceito de fronteira reveste-se de grande importância neste contexto porque se verifica que duas etnias diferentes, separadas por uma convenção de limite, reivindicam a mesma cultura (o que não que dizer dizer que ela exista com todos os matizes com que é reclamada), o que responde às questões de identificação de uma etnia com uma cultura como coloca González Reboredo: *¿Resulta axeitado substituí-lo concepto de etnia, ou o de etnicidade, polo de cultura dunha vez por todas?*²⁶

Por outro lado tende-se a realçar os particularismos locais como forma de autonomização e de captação turística. Partindo do princípio de que o discurso produz sentido, será então admissível que o político, que se interpenetra com o cultural, o influencie e o dirija para determinados fins. Não se pode esquecer que as fronteiras também foram criadas como meio de defesa local, de afirmação de autonomia perante o Outro.

Seria interessante perceber quais os locais em que se verificou este último caso e quais aqueles em que as delimitações foram impostas contra a vontade das comunidades.

²⁴ Cf. X. González Reboredo, <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 203 (06/01/08).

²⁵ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), p. 23.

²⁶ X. González Reboredo em <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 205 (06/01/08).

Deve-se assim colocar a hipótese do ressuscitar da memória por determinados actores com fins que não os culturais, como aconteceu, por exemplo, em Trás-os-Montes: *Within Portugal, folk culture has been strategically used to consolidate national identity and, ironically enough, elite power in various arenas. The revival of a mask tradition in Trás-os-Montes was organized by regional elites who stood to benefit from its eventual high profile commercialization (Raposo). [...] It is clear that the codification and commodification of winter mask performances in Trás-os-Montes for audiences and consumers well beyond the local village contributes to the establishment of a regionally specific identity [...]* (Klimt & Leal, 2005, p. 15). Apesar do turismo ser um dos principais motores da revitalização patrimonial e esta revitalização ter portanto um lado economicamente rentável, está-se perante um diferente panorama quando é a economia a motivação primeira da recuperação de uma manifestação com apoio na memória. Este é o caso, a título de exemplo, das chegas de bois, da feira de Vilar de Perdizes e da encenação da Sexta-feira 13 no Barroso.

De todas estas diferentes dinâmicas ressuma a consciência de que o que é popular e anónimo é eterno, com contributos importantes como o do historiador Oliveira Martins na sua “História de Portugal”, em que os ambientes (províncias, regiões) e os homens que nele vivem passam a assumir o papel que se tinha reservado tradicionalmente na História aos documentos inertes e inalteráveis (Medeiros, 2005, p. 74 e 2006, pp. 225 e 226). É aqui que encontramos o motivo primário que faz com que a História seja tão importante nesta candidatura: a perenidade patrimonial que se presume através dos textos e das acções promocionais, conceito que conduz necessariamente ao questionamento da história de cada uma das manifestações de património imaterial.

1.3.2.3 A Memória

Odin tinha dois corvos, Hugin e Munin, cujos nomes significavam, respectivamente, “pensamento” e “memória” (Lamas, 1991- II, p. 32). Odin, o deus supremo, tudo vê, e as suas aves, através das suas características específicas, contribuían de forma decisiva para o aumento de sapiência do seu dono.

Relacionada com a oralidade que já foi tratada aparece a memória, sendo indissociáveis visto que a oralidade é veículo das memórias relatadas. É manifesta a característica

colectiva da memória tratada na candidatura, construída através do cruzamento e junção de contributos individuais. Uma das ideias que mais prevalecem na redacção do projecto é a dimensão colectiva desta memória, que se entende pretender remeter para a construção, afirmação e projecção da identidade galaico-portuguesa que o património imaterial conjunto procura patentear. A mutabilidade constante desta memória é também ressaltada, a par do realçar dos pontos menos flutuantes – que são os apresentados na candidatura como “pontos fortes”, bases para que se possa considerar o património imaterial galego-português como uma estrutura sólida e inquestionável precisamente porque estes “pontos fortes” se mantêm e reproduzem em sociedade – note-se, por exemplo, que a dimensão relativa às técnicas e saberes possui um grande peso no património imaterial e respectiva candidatura em questão e que é um aspecto privilegiado da memória das sociedades sem escrita – ao longo de um determinado arco cronológico através da denominada memória “étnica” por Leroi-Gourhan (1983). Verifica-se a existência dos seguintes elementos que formam o esqueleto da memória colectiva no espaço a que se reporta a candidatura:

- a) **acontecimentos**, que se viveram pessoal e colectivamente, sendo que no último dos casos apontados a vivência colectiva pode provir de tempos recuados e não ter sido vivida pela colectividade presente em corpo, mas recriada (rememorada) mentalmente. Exemplos: a *malla* (Galiza) ou malhada (Portugal) nas eiras, a propósito das quais se realizam hoje festas em sítios como Montalegre, Ponte de Lima (Portugal), Meira (Lugo), Valdoviño e San Sadurniño (A Coruña), em que o simbolismo relacionado com as actividades agrícolas é manifesto; a *muiñeira*, dança galega motivada pelas actividades moageiras; os cantares ao desafio ou *regueifas* galegas e os cantares ou *Ranchos* galegos de Reis; o Carnaval ou *Entroido* (os mencionados no projectos de classificação foram os de Lazarim, de Podence, de Lindoso – Portugal – e de Laza, Verín, Xinzo de Limia, Cobres, Vilaboa, Ulla, Viana do Bolo, Manzaneda, Vilariño de Conso, Laza, Chantada, Salcedo – Galiza –; *As Candeas* ou a festa da Candelária (em desuso); os Maios; S. João; Semana Santa; Corpus Christi ou Corpo de Cristo; S. Martinho; S. Xiao; Natal; Festa dos Rapazes (nome dado ao ciclo da Epifania em algumas zonas de Trás-os-Montes, como Ousilhão, as festas galegas de “alumear o pan”, do 3 de Maio em Laza e das Fachas em Taboada, Lugo e Castelo e as variadas romarias como as da Senhora da Agonia de Viana dos Castelo, a da Senhora da Peneda de

Melgaço e a de Santa Maria de Ribarteme na Galiza²⁷. A memória permite a reconstituição de representações sacras ou profanas que unem a população em torno de símbolos e mitos que podem ou não corresponder ao conceito de tradicional e que, ao serem porventura vividos de novas formas, congregam as comunidades num sentimento de pertença à nação e de serem actores principais nesta (Medeiros, 2006, p. 45).

- b) **peessoas**, que fazem parte da vida de cada elemento da comunidade, ou do seu imaginário, através de relatos ouvidos a terceiros e que se tornaram de tal forma importantes que passaram a integrar a história de vida de cada indivíduo. E é sobretudo nas histórias de vida que se manifestam as caracterizações destas pessoas, das personagens que têm papéis na vida individual e colectiva. O factor idade adquire aqui uma importância especial porque a memória que ficou da prática pessoal é diferente da que eventualmente foi transmitida, quando já não há necessidade dessas práticas e estas se realizam por outras razões. Exemplos: pessoas que desempenhavam ofícios específicos e essenciais à comunidade, como os “da volta”, os telheiros, os cesteiros, os amoladores, os canteiros, os oleiros e os moleiros. A propósito destes últimos damos um exemplo de inserção no imaginário colectivo:

“Se tu queres que t’eu diga
Quem são os quatro ladrões,
São vendeiros e moleiros
E letrados e escrivões”²⁸

Escolhi esta quadra popular não só por manifestar a relevância e a opinião generalizada sobre os moleiros como também a que se instituiu sobre as demais profissões mencionadas.

- c) **lugares**, que têm especial importância neste estudo, em particular no capítulo 3, em que se falará da importância e do papel que a Nova Museologia e os ecomuseus têm e tiveram no trabalho desenvolvido no Norte de Portugal e na Galiza com o património imaterial. Abundam os lugares de memória nesta candidatura, sejam os que se inserem no contexto territorial das populações sejam os que cada comunidade vê e imagina serem os seus, a imagem que

²⁷ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 63, 65, 86, 92, 94-98, 104, 107, 108, 114 e 115.

²⁸ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 67, 75, 77, 78 e 79.

pretende projectar deles, como vê os dos outros, os das aldeias vizinhas, os da Galiza imaginados/ vistos pelos Portugueses, os Portugueses imaginados/ vistos pelos Galegos... Estas imagens e visões são projectadas na candidatura e, em geral, nos museus, instituições de eleição para o efeito. Exemplos: os lugares de memória desta proposta de classificação são os espaços agrícolas e marítimos na sua generalidade, pois é lá que se desenrolam as actividades que geram o património imaterial e que são fruto de mentalidades, mundivisões e adaptações ao contexto. Pretende-se na candidatura definir uma série de espaços e de pequenas vias de peregrinação que foram e são palco de acontecimentos e comemorações, como a Franqueira, S. João D'Arga, a feira de Ponte de Lima e o Campo da Agonia, assim como promover a documentação e o estudo dos baldios, terras comuns de pasto, dos *curros*, onde na Galiza se efectua a *rapa das bestas* (selecção de cavalos montanheses para venda, para uso na agricultura ou como meio de transporte, sendo que nesta altura também se aparava o pêlo aos animais. Alguns *curros*: Mougás, San Cibrán, Torroña, Serra do Galiñeiro, A Valga e Morgadás, todos no *concello*²⁹ de Pontevedra), dos moinhos – nos quais se desenrolavam actividades tão relevantes que originaram a sua transmissão simbólica/ lúdica através da dança galega *muiñeira*, como acima mencionado –, sendo referidos na candidatura os do Folón e do Picón, O Rosal, os do Parque Etnográfico do río Arnoia, Allariz, e os do Parque Etnográfico de Arenteiro, O Carballiño, todos na Galiza, e os do rio Âncora e da Gávea, em Vila Nova de Cerveira (Portugal)³⁰.

O património imaterial, conforme é tratado na candidatura na sua dimensão memorial, deve ser encarado – quando se pretende uma abordagem mais profunda e inquisitiva – tendo em conta alguns parâmetros fundamentais: a selectividade da memória, que pode ter eliminado em alguma altura ainda não identificada fases e aspectos das manifestações de cultura viva; e aferir com precisão as épocas de articulação de memórias culturais, para concluir a dimensão exacta do impacto que as condicionantes espaço/ tempo/ sociedade/ individualidade tiveram na produção dessa mesma manifestação viva de cultura.

²⁹ Coloca-se o termo galego por o conceito de concelho português não lhe corresponder exactamente.

³⁰ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 183, 184, 60, 65, 66.

A memória também interessa neste contexto quando vista como instrumento de construção e projecção de uma imagem, ao ser articulada com a herança patrimonial para produzir identidades (Pollack, 1992, pp. 200-204): de facto, o objectivo último desta candidatura prende-se com a vontade de que uma determinada identidade, a galego-portuguesa, seja reconhecida através de uma evidência, que é o património imaterial apresentado que, por sua vez, se transmite hereditariamente através de processos relacionados com a memória, sobretudo a da visão e a da audição. Este património, ao ser produto de comunidades que têm uma forte ligação à terra, é simbólico e visual, vivendo da estética, do apelo aos sentidos frequentemente em conjunto, sendo que cada um dos estímulos contribui para a construção do todo que é cada manifestação em particular (danças, actividades laborais acompanhadas por cantares...) e não deixa por isso lugar à abstracção. As festas religiosas seriam as ocorrências que mais se prestariam a dar lugar a esta abstracção de se fala, uma vez que se pretende que o fundamento seja teológico, mas é nelas que vemos alguns dos estímulos visuais e auditivos mais fortes, como o trajar “à época de Jesus Cristo”, vestes em que se utilizam tecidos brilhantes de colorido berrante, em que a banda filarmónica toca a acompanhar as procissões música que induz estados de espírito particulares, em que se lançam foguetes que estouram no ar com euforia e em que a noite acaba com concertos de grupos de música “pimba” cujo *ex libris* é uma música composta com base em acordes simples e repetitivos e a apresentação é feita de luzes multicores que piscam e dançam freneticamente e de cantores e bailarinas com vestes chamativas e de dimensão reduzida, atraindo a atenção para o elemento estético primordial: o corpo. Refere Pollack que a memória teria a função de criar um sentimento de coerência, que a par da unidade física (que no caso em questão seriam os limites físicos das nações galega e portuguesa) e da continuidade cronológica seria construtora de identidade (Pollack, 1992, p. 204). Este paradigma é aplicável à candidatura em análise, pois a memória possui neste âmbito precisamente o papel de conferir coerência à articulação de uma série de manifestações de cultura viva para que daí resulte a unidade com identidade definida que formam os Galegos e os Portugueses. E assim se define a função da História, sobre a qual acima se discorreu e que contribui para o processo com a continuidade temporal.

A candidatura é portanto uma representação fabricada por alguns, com o acordo (maioritário, pelo que se pode perceber através dos *media*) dos abrangidos pela mesma; utiliza as auto-representações de história das comunidades e grupos implicados, de

identidade e de memória para construir uma imagem para os Galegos e Portugueses, uma imagem em que os mesmos acreditem (propósito que teve sucesso, como se verá no capítulo 2) e em que o resto da humanidade acredite (Pollack, 1992, p. 204). Esta finalidade, ao contrário da primeira, foi boicotada com a recusa de classificação desta proposta de património pela UNESCO, o que provocou um profundo desânimo aos promotores e mesmo a cidadãos portugueses e galegos que se manifestaram (sobretudo os primeiros). Desânimo tão acentuado que pode ter uma explicação na dúvida que a recusa da classificação suscitou sobre a validade de um meio que Galegos e Portugueses encontraram para afirmar a sua identidade conjunta o que, conseqüentemente, questionou a legitimidade desta mesma identidade. Por outro lado, tanto promotores como populações sentiram também desvalorizada a intenção que os guiava de conseguir a consagração da sua identidade através dos mecanismos de defesa e perpetuação que se criariam com o reconhecimento oficial do património imaterial.

O que se pode afirmar é que a memória ajuda à reconstrução de comemorações (que, como veremos no exemplo do Ecomuseu de Barroso, se manifesta nas Noites Celtas, Noites das Bruxas e outras festas de temáticas várias) e das suas mudanças, sendo que na candidatura nem sempre aparecem as justificações das ditas mutações, mas que são fundamentais quando se pretende solidificar uma história e uma identidade para as ver reconhecidas e projectadas.

1.4 A Associação

O principal actor visível da candidatura e associação promotora deste projecto foi a associação Ponte...nas Ondas!, formada por professores da Galiza e de Portugal, que procuram seguir as recomendações da UNESCO no sentido de integrar o património imaterial das respectivas regiões no sistema educativo.

Ponte...nas Ondas! surgiu em 1995, coincidindo com a inauguração da Ponte Internacional entre Salvaterra e Monção. Naquela altura, as escolas decidiram aproveitar as rádios escolares que havia em muitas delas para estender uma ponte que fosse mais além e unisse os centros educativos das duas margens do Minho. Não foi algo de inteiramente novo na Galiza, podendo a inspiração para esta actividade provir de outra realizada nos anos 30 do século passado: a de contar histórias infantis em linguagem vernácula pela rádio (Medeiros, 2006, p. 125). Em Portugal, por outro lado, são

evidentes as semelhanças com as iniciativas de “educação” folclórica dos cidadãos levadas a cabo na década de 30 de 1900, através de programas emitidos em rádios regionais (Félix, 2003, p. 208). Podem ainda mencionar-se os programas de Michel Giacometti sobre música tradicional portuguesa (entre outras) em emissoras de rádio de França, da Bélgica, da RFA e da Suécia (Oliveira, 2003, p. 495), que tiveram um propósito de difusão internacional semelhante ao de Ponte... nas Ondas!

Em cada ano lectivo os professores e coordenadores de cada escola associada (cerca de 150) vão trabalhando conteúdos pré-acordados para no final do ano se fazer um programa de 24 horas (actualmente) a partir de diversos estúdios. Este programa é recebido em países como a França, Holanda, Finlândia, Brasil, Argentina e África, numa tentativa de criar laços com países de emigração portuguesa e galega.

Os professores e coordenadores têm reuniões periódicas para definição contínua das formas de trabalho, sendo esta acção homologada pela Consellería de Educación da Xunta da Galiza. Em paralelo a associação desenvolve diversos projectos educativos, nomeadamente em colaboração com a UNESCO³¹. Muitas das escolas que fazem parte desta associação pertencem à RedeSEA, rede internacional de escolas associadas à UNESCO³².

A primeira experiência de doze horas de rádio desta associação foi crescendo, aprofundando e trabalhando temas como a Rota do Escravo, ou como, nas últimas edições, o Património Imaterial Galego-Português³³. A ligação às comunidades portuguesas e espanholas através da rádio valeu, onze anos após o início do programa, o prémio para a Melhor Iniciativa no Campo da Comunicação nos Meios Informativos nos Prémios “Galiza Comunicação 2005”. Além deste modo de comunicação foi igualmente utilizada a Internet, para tocar pessoas de Espanha, de outros pontos da Europa e do Brasil³⁴.

A XIVª Jornada de Rádio Interescolar, prevista para Maio de 2008, terá como tema a Identidade e o Território, para sensibilizar os participantes e ouvintes em aspectos tratados com pormenor na candidatura: “A forma como as diferentes civilizações modelaram a nossa identidade, através da apropriação do meio natural, o conhecimento dessa realidade territorial, como espaço e condicionante duma cultura que se adaptou ao meio, descobrir-nos-á a obrigação que todos temos de o utilizar de forma racional,

³¹ <http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp> (24/02/08).

³² <http://www.opatrimonio.org/pt/escolasunesco.asp?ver=A#2> (24/02/08).

³³ <http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp> (16/05/07).

³⁴ <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp> (09/12/07).

conservando os elementos patrimoniais adequados e respeitando-o como factor identitário básico”³⁵. A escolha deste tema, um dos que baseia e articula a candidatura, parece ter a intenção deliberada de reforçar o relançamento desta, que irá ocorrer em 2008 e cujo apoio é requisitado ao visitante logo na página inicial do *site*.

Esta associação tem uma intensa actividade, tanto individualmente como em colaboração, dirigida à promoção e valorização de diversos aspectos do património imaterial. A actividade não esmoreceu com a recusa de reconhecimento da candidatura; apesar de se ter observado um grande desânimo em alguns dos professores promotores, como se verá no capítulo 2, parece não se ter deixado interferir este estado de alma pessoal com a actividade da associação. Assim, são publicitadas mostras de património imaterial galego-português (Pontevedra 7 a 11 de Novembro de 2007), um concurso de recolha de tradição oral (1/05/07), o I Certame de Recolha de Tradição Oral no âmbito da euroregião (21/06/07) e o Dia do Pião,³⁶ além de actividades em parceria com instituições de grande visibilidade pública como o jornal galego Vieiros, um dos mais representativos e que facilita questionários sobre património imaterial galego-português a preencher pelos leitores³⁷.

A associação em questão tornou a candidatura um caso *sui generis* pela maneira de operar que se tem vindo a descrever: a formação pedagógica constituiu o ponto de partida, apesar de ter sido concretizada por antropólogos especializados na matéria, teve nas actividades da associação o suporte para motivar a mobilização das comunidades para o reconhecimento, protecção e divulgação do seu património imaterial. Sem este suporte, que age como reconhecimento e legitimação por parte dos detentores e dos seus herdeiros, dificilmente a candidatura teria sido considerada, apesar da elaboração científica. Verificam-se como consequência dois aspectos dignos de nota: o facto de serem os herdeiros de património os sensibilizados em primeiro lugar, incumbidos de inquirir e proteger os conhecimentos dos mais velhos da comunidade em que se inserem, e não directamente os mais antigos detentores dos saberes; e a primazia da opinião dos detentores de património em relação ao interesse científico que academicamente se possa considerar que o dito património tem. A contribuição académica tem um papel de reforço, não sendo o factor fundamental na dinâmica e na importância conferidas ao património. Isto transparece inclusivamente na metodologia que a UNESCO segue para

³⁵ <http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp> (26/1/08).

³⁶ <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp#85> (9/12/07).

³⁷ <http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp> (26/1/08).

a classificação do património imaterial, na qual as posições dos detentores são preponderantes, servindo o quadro científico para a articulação e clarificação dos discursos patrimoniais. É na sequência desta política que, e segundo recomendação da UNESCO, esta associação pretende também a inserção de material sobre o património imaterial galego-português no sistema educativo da euroregião³⁸.

É interessante atentar na afirmação que um informante galego fez a António Medeiros (2006, p. 126), referindo que *a cultura galega foi unha obra de profesores de instituto*, e verificar que este dito a propósito dos promotores do nacionalismo do início do século XX continua actual, como se pode ver pelo trabalho desenvolvido quotidiana e incansavelmente pelos dinamizadores desta candidatura.

³⁸ <http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp> (26/1/08).

CAPÍTULO 2: A DINÂMICA

Neste capítulo falarei sobre as acções que desenvolvi para travar um conhecimento aprofundado do projecto de classificação do património imaterial galego-português apresentado à UNESCO, assim como analisar as que visaram a promoção e divulgação da mesma.

Antes, porém, uma breve caracterização dos principais actores envolvidos no processo:

- Associação Ponte...nas Ondas!. De acordo com o trabalho de campo efectuado, concretamente no que se refere a entrevistas e à busca em publicações periódicas, é patente que esta associação contribuiu com os participantes mais envolvidos no que toca à afectividade. Tal é resultado da identificação com o património imaterial, visto que eles próprios, enquadrados ainda – na sua maioria – nos contextos em que as manifestações culturais em questão existiram e existem, se consideram herdeiros, além de o serem naturalmente. Por estas razões foram os promotores da recolha tendo em vista a candidatura à UNESCO. As consequências deste envolvimento foram negativas, uma vez que a recusa de classificação provocou uma sensação acentuada e generalizada de desânimo e de trabalho feito em vão. Além disso, gerou-se um grande ressentimento em relação aos organismos e pessoas que, chamados a desempenhar um papel na promoção e na prestação de apoio de formas diversas (em muitos casos essenciais para o sucesso da candidatura), terão revelado pouco ou nenhum interesse, e por vezes mesmo uma vontade de impedir o processo. Com fundamento ou não, o insucesso do resultado foi atribuído por alguns membros a estes factores.
- Investigadores (antropólogos) encarregados da elaboração do projecto de candidatura: Xosé Manuel González Reboledo (Universidade de Vigo) e Álvaro Campelo (Universidade Fernando Pessoa). Experientes no campo da cultura popular do Norte de Portugal e da Galiza, utilizaram conhecimentos e trabalhos anteriores para construir o projecto. A sua visão foi mais distante, na medida em que o envolvimento emocional derivado das relações pessoais ou culturais não foi tão acentuado, devido tanto à profissão, que obriga a uma crítica não

tendenciosa, como ao enquadramento social (não tão ligados pela vivência quotidiana às comunidades rurais como muitos dos membros e colaboradores da associação Ponte...nas Ondas!, por exemplo). Nesta altura se pode, contudo, colocar uma questão, citando Copans (1999, p. 113): a de “como o etnólogo [...] compreende, interpreta e manipula as respostas para fins científicos”. Não afirmando que seja o caso é, no entanto, necessário levantar o problema porque ele tem probabilidade de existência. Por vezes inconscientemente, e até por influência dos próprios informantes, pode acontecer que se dêem algumas das acções mencionadas, sendo necessário identificá-las, caso existam. Tal como Carmelo Lisón Tolosana colocou a questão, *Las diferentes visiones de los antropólogos no obedecen simplemente a que se muevan en el ámbito de teorías antropológicas diferentes sino sobre todo a que a veces ellos mismos están motivados por mitos diferentes, que nos llevan a visiones muy peculiares de la misma cultura* (cit. em Medeiros, 2006, p. 204).

- Deve-se ainda considerar em que medida a recolha e a avaliação deste património imaterial foram feitas por personagens envolvidos nos grupos protagonistas das manifestações culturais, seja por integração, seja por proximidade (como tal entendo a existência de ligações afectivas, familiares ou outras que possam influenciar a avaliação). Pois, se a objectividade foi posta em causa, as leituras transmitidas do património imaterial podem não corresponder àquilo que se deve entender como o autêntico (ou o que, do remanescente patrimonial, pode encarar-se como mais autêntico).
- Pelo que consegui reconstituir do desenrolar do processo, o património não foi reconhecido na euroregião por imposição, mas antes por sugestão. A consciência que os autóctones adquiriram de que são detentores de algo valioso conferiu-lhes segurança, auto-confiança e noção de que são únicos, sentimentos transmitidos aos familiares (com particular atenção aos descendentes) e à comunidade. Resultou daqui que se conseguiu animar a camada de população mais jovem para aprender e dar continuidade aos saberes e costumes dos ascendentes; assim, por um lado estimularam-se o turismo e a difusão da identidade cultural, e por outro criaram-se motivos (apesar de não dos mais significativos) para a fixação das populações que tendem a deslocar-se do interior para o litoral.

Procurei informações junto de informantes³⁹ que permitissem observar formas de expressão muito diversas, algumas mais próximas que outras da dinâmica interna do processo de candidatura. Investi na obtenção de dados que proviessem de fontes não directamente envolvidas no processo uma vez que a posição destas é a mais visível e clara de todas, por terem sido os promotores oficiais; para perceber a dinâmica criada por e à volta da elaboração do projecto é, isso sim, necessário interrogar fontes periféricas, que fornecem visões heterogéneas, subjectivas e que vão contribuindo para a constituição de um panorama multifacetado que se cria na confluência de diversas vias. Foi necessária a adaptação às especificidades de cada interveniente e informante e às que caracterizaram a dinâmica deste mesmo projecto, pelo que as formas de obtenção de informação foram as que se discriminam seguidamente.

2.1 Conversas

Houve alturas em que não se pôde levar a cabo uma entrevista formal, utilizando o gravador e/ ou tirando notas, uma vez que me encontrei com os entrevistados em locais em que o ruído presente no ambiente era bastante elevado e os próprios informantes tinham afazeres ou encargos eminentes, que não tornavam possível realizar uma entrevista sem interrupções. Por esta razão denominei estes encontros de “conversas”, algumas das quais foram contudo completadas com uma entrevista feita por e-mail mais tarde. Tal foi o caso, por exemplo, da conversa com com Álvaro Campelo, antropólogo e professor na Universidade Fernando Pessoa, responsável pela contribuição escrita portuguesa na elaboração da candidatura conjunta. Com Xerardo Pereiro, antropólogo e professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, apenas levei a cabo uma produtiva e interessante conversa, durante o Congresso Internacional “A Raia: 1936-1952, Repressão, resistência e memória”, realizado entre os dias 15 e 17 de Dezembro de 2006, em Chaves e Cambedo da Raia.

Estas conversas, por natureza livres da estruturação que um questionário envolve, foram muito produtivas e permitiram travar conhecimento com visões dotadas de grande abrangência e interligações temáticas que contribuíram para um mais completo e aprofundado conhecimento de como o património imaterial e o projecto de classificação é compreendido pelos informantes e pelos estudiosos, como é que eles acham que os

³⁹ Discriminados ao longo deste capítulo com devida autorização.

outros o vêem, como o enquadraram nas suas experiências e na sua formação e qual a importância antropológica e política que pode ter um projecto com estas características. Esta foi a modalidade de trabalho de campo seguida por George Marcus (Marcus & Mascarenhas, 2005, p. 307) durante a sua investigação para o estudo sobre a nobreza em Portugal na actualidade (esta forma de investigar coordenou-se com outras, entre as quais sobressai a efectuada através da Internet, sobre a qual adiante falarei). Têm as entrevistas informais a vantagem de mostrar ao entrevistador a forma como age o informante no ambiente em que habitualmente se move, não se criando uma situação artificial e descontextualizada, a que o acordo prévio pode retirar naturalidade, mas, nos casos relacionados com a minha investigação, uma comunicação integrada no lugar físico e/ ou psicológico onde se desenrolam as actividades laborais dos informantes.

2.2 Entrevistas

Grande parte do material recolhido assenta em entrevistas, feitas tanto a intervenientes directos no projecto de candidatura como a participantes indirectos e observadores, tendo em vista a aquisição de pontos de vista variados.

Algumas entrevistas foram levadas a cabo por e-mail, num processo similar àquele a que Marcus denominou de *ethnography by e-mail* (Marcus & Mascarenhas, 2005, p. 19) e que resultou na elaboração da obra citada. Considerando que no mundo actual a informação e a comunicação assentam maioritariamente em meios electrónicos, em particular na Internet, a sua utilização para fazer entrevistas – que foi efectuada apenas nos casos em que a necessidade ditou o uso deste método (devido à impossibilidade de encontros físicos por compromissos e obrigações profissionais) – não é descabida, mas antes um novo recurso a explorar nas técnicas de pesquisa. Apesar de não oferecer o contacto e as possibilidades de desenvolvimento que uma entrevista tradicional, *tête-à-tête*, proporciona, as informações conseguidas são talvez mais depuradas, visto que não existe muita margem para tergiversação; por outro lado, é possível o contacto constante no sentido de esclarecer algumas respostas e colocar novas perguntas, que ocorrem frequentemente após a fase de investigação no terreno. Os informantes têm igualmente a possibilidade de pensar durante mais tempo nos assuntos que lhes são colocados. Podem procurar registos/ fontes de informações que lhes são pedidas e lembrar os que não retiveram na memória e têm assente em algum lado. Outra vantagem é a de poderem

recorrer a alguém que possui as informações solicitadas, que não estaria acessível no momento de uma entrevista frente a frente.

A entrevista à distância é um método que está longe de ser novo. Além do caso referido de G. Marcus, foi utilizado, por exemplo, por Peter Davis (1999, p. 229), quando necessitou de questionar, em 1998, 36 curadores de ecomuseus.

Os objectivos eram diferentes, mas o meio revelou-se eficaz para a realização dos mesmos, com um resultado original no caso da obra de G. Marcus e F. Mascarenhas. De ambos os exemplos apresentados aquele que se assemelha mais ao caso presente é o último, visto tratar-se de correspondência trocada regularmente sobre um assunto específico. As trocas de e-mail sobre o estudo de caso presente foram mais frequentes com uns informantes que com outros, de acordo com as necessidades surgidas ao longo do trabalho. Não aconteceu algo de que Marcus fala no que diz respeito à sua correspondência com Mascarenhas, pelo menos numa fase inicial: o deixar para uma ocasião de encontro face a face o aprofundamento de alguns assuntos (Marcus; Mascarenhas, 2005, pp. 16 e 17).

Destas entrevistas, tal como das outras, apresentarei os resultados integrados no texto do trabalho e não em bruto (com explicações e apontamentos intercalados), como optaram por fazer Marcus e Mascarenhas e que marcou com originalidade a sua obra, que adapta o estudo de um tema antropológico específico às possibilidades proporcionadas pelas NTI.

As entrevistas efectuadas por e-mail foram a Xerardo Feijoo, membro da associação Ponte...nas Ondas! e a Álvaro Campelo (uma das entrevistas, pois foram duas as realizadas como acima foi mencionado). As demais foram realizadas na presença física dos entrevistados: David Teixeira, director do Ecomuseu de Barroso, José João Sardinha, antropólogo co-responsável pelo levantamento das manifestações de património imaterial do Norte de Portugal para a candidatura em estudo e pela investigação e produção de conteúdos audiovisuais sobre este mesmo género de património no Ecomuseu de Barroso, Xerardo Pereiro, com trabalho desenvolvido sobre oralidade e relações transfronteiriças entre a Galiza e o Norte de Portugal, Alexandre Meirinhos, músico pertencente ao grupo mirandês de música tradicional Galandum Galundaina, e Cesáreo González, presidente da Asociación de Veciños do Couto Mixto. Foi minha intenção entrevistar mais algumas pessoas, cujo depoimento considerava importante pelas suas experiências e visões, tendo sido contudo estas entrevistas impossibilitadas por razões que não puderam ser ultrapassadas.

Os produtos destas entrevistas foram variados e complementares, servindo o cruzamento de dados para desenhar um enquadramento do projecto de classificação do património imaterial galego-português apresentado à UNESCO.

2.3 Sites

No tempo presente raras são as acções civis e mesmo pessoais que não se socorrem da Internet para se tornarem conhecidas e granjearem apoios, uma vez que este meio se tornou o mais acessível, actual, rápido e, em relação a determinados assuntos, eficaz, no fornecimento de informação. As entidades promotoras desta candidatura recorreram então à Internet, criando de um *site*. Este tornou-se a forma privilegiada de comunicação com o público, na medida em que é a que tem um raio mais alargado de alcance (universal) e em que as informações podem ser constantemente revistas e actualizadas. Além disso, permite uma interacção promotores-público através do fórum.

Após exploração deste *site* (www.opatrimonio.org) verifica-se que não cumpre da melhor maneira o propósito que ditou a sua criação: a transmissão de informação específica a um público universal (com incidência privilegiada no galego e no português, como se compreende). A apresentação de ideias é desconexa e sem uma estrutura articulada, não se especificando – sequer em linhas gerais – o que se considera constituir exactamente o património imaterial de Portugal e o da Galiza, nem se apresentando poucas mas fundamentadas e claras razões da identificação que se fez entre as manifestações patrimoniais da euroregião. Este sítio aparece como um local para a manifestação de sentimentos e ideias dos iniciados do tema, apenas com algumas pistas sumárias sobre o que é a candidatura. Confere-se um hermetismo paradoxal a este suporte privilegiado de divulgação de informação.

Apesar da importância que no contexto deste trabalho adquire o *site* da candidatura não quero deixar de falar de outros, que são de número elevado e revelam uma dinâmica de apoio, de crítica, de envolvimento intelectual e emocional, de confronto de perspectivas e de contributos a esta iniciativa de classificação do património galego-português ou, como aparece vezes sem conta, “um património comum”. Desde já chamo a atenção para um aspecto que se me evidenciou desde o primeiro instante das pesquisas e que se reforçou com o aprofundamento das mesmas e através do diálogo com pessoas

envolvidas na candidatura: a Galiza e os Galegos entrevistaram e manifestaram-se muito mais, fosse positiva ou negativamente, em tudo o que é relativo à candidatura. O *site* da candidatura releva de forma extraordinária a oralidade, fazendo uma associação directa entre os conceitos “imaterial” e “oralidade”. Esta associação deriva do facto de que as palavras ditas e articuladas em lendas, rezas, jargões, etc., se manifestarem em todo o seu sentido sem necessidade de suportes materiais, enquanto nos outros géneros de manifestações consideradas imateriais (como festividades, gastronomia e artes e ofícios) a palavra ou não existe ou possui um papel complementar, apenas como contribuição para que o todo se concretize.

- **Antecipação**

Em diversos sítios de Internet, tanto galegos como portugueses (com especial incidência nos primeiros), foram-se colocando notícias de cariz pessoal que manifestavam os sentimentos tanto de expectativa em relação à candidatura como perante o resultado da mesma. Foi o desânimo após a reprovação da candidatura⁴⁰, e é evidente uma participação bastante acentuada dos cidadãos em geral, manifestando na sua maioria, em sítios e *blogs*, o seu apoio e vontade de que o património que consideram “seu”, por pertencer ao seu país, fosse classificado.

Para caracterizar, ainda que brevemente, o vasto universo dos apoiantes da candidatura, pode dizer-se que alguns dos *sites* mais relevantes através dos quais se manifestaram foram:

- www.pontenasondas.org (09/02/08).
- http://www.xogospopulares.com/index.php?start_from=60&ucat=&archive=&subaction=&id=& (17/05/07).
- <http://groups.google.pt/group/clubejovensfolcloristas> (09/02/08).
- <http://www.gaitadefoles.net/noticias/meninoscantores.htm> (09/02/08).

Como nem todas as vozes foram de apoio à iniciativa, apesar de constituírem a esmagadora maioria, devemos mencionar pelo menos um documento que foi colocado

⁴⁰ Cf., p.e., http://circodevariedades.blogspot.com/2005_11_01_circodevariedades_archive.html (24/03/07).

na Internet⁴¹ que serviu para a manifestação de uma postura não concretamente anti-candidatura do património imaterial galego-português (apesar de a mencionar), mas de crítica radicalista contra as formas de trabalhar o património imaterial em Portugal, documento este em que o antropólogo Manuel João Ramos apresenta uma versão do seu artigo que se encontra na obra *Conservar para Quê?* (Jorge (coord.), 2005). No final deste capítulo tecerei algumas considerações acerca deste artigo, feitas a partir da sua versão citável e não do documento electrónico.

- **Reacção**

“A CULTURA GALEGO-PORTUGUESA, PARA NÓS, É OBRA MESTRA!”⁴²

Esta afirmação encabeça a página de apresentação do *site* oficial da candidatura e diz muito sobre a atitude tomada perante o não reconhecimento pela UNESCO.

Após se conhecer o resultado da candidatura realizou-se a 2/12/2005 um jantar com pessoas envolvidas na mesma, em que

“os promotores deron á o coñecer aos asistentes que a difícil aplicación dun Plan de Acción sobre o conxunto do patrimonio tan amplo e tan diverso que se propuña na Candidatura, e o feito de non recoller no informe remitido dende o Consello de Filosofía de Portugal, o proceso de xestión desta Candidatura a partir dos centros educativos galegos e portugueses, foron fundamentalmente os argumentos que incidiron negativamente na non proclamación. Aínda así o Patrimonio Inmaterial Galego-Portugués estivo ata última hora enriba da mesa das decisións”. Um pouco mais à frente nesta página Web lê-se que “Os promotores consideran asía que “o camiño andado pode ser un bo soporte para convencer a ambos gobernos para que o patrimonio inmaterial galego-portugués sexa inscrito no futuro nesa Lista Indicativa”, [...] “é preciso continuar o traballo de investigación, protección e salvagarda das tradicións que unen galegos e portugueses”⁴³.

Esta última afirmação foi confirmada pela continuidade que a associação deu às suas actividades; por outro lado, o optimismo que ressuma quando os promotores falam do caminho que já se fez para o reconhecimento do património é mais oficial que pessoal,

⁴¹ <http://iscte.pt/~mjsr/Docs/Manuel%20Ramos%20-%20Nota%20sobre%20Patrimonio%20Intangivel%20-%20Conservar%20para%20que%202005.pdf> (17/05/07).

⁴² <http://www.opatrimonio.org/> (08/12/07).

⁴³ <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp> (09/12/07).

segundo o que pudemos ouvir de alguns promotores em encontros científicos a que acorri (vd. ponto 2.5 deste capítulo) nos quais não procuraram ocultar a emotividade ligada ao desenrolar do processo. De facto, a recusa de reconhecimento do património imaterial galego-português provocou, pelo que pude apreciar ao longo da investigação, um desânimo que se prende com o questionamento da validade da identidade conjunta. “A construção da identidade é um fenómeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação directa com outros.” (Pollack, 1992, p. 204). O processo de negociação da identidade galego-portuguesa teve na recusa do reconhecimento patrimonial um percalço. A este respeito pode citar-se uma frase de Prys Morgan num artigo sobre a construção do passado galês no período romântico: “Foi necessário um esforço sobre-humano da parte de um grupo restrito de patriotas para que seus patrícios apreciassem seu legado, valorizassem o que era deles” (Morgan, 2002, p. 109). Pelo que se consegue perceber através dos diversos meios acessíveis a qualquer público, é este o estado de espírito dos promotores da candidatura, que ocupam um lugar similar, tendo em conta as devidas distâncias temporal e espacial e as diferenças de contexto. Contudo, e após um período de desânimo, o *site* oficial revitalizou-se, tentando cativar mais uma vez apoiantes para a causa através de, por exemplo, um local onde as pessoas se podem inscrever para manifestar a sua opinião favorável à recandidatura. Este renascimento, acontecido no final do ano de 2007 (Novembro), deveu-se à proximidade da altura em que se proporião de novo formas patrimoniais para reconhecimento. Avizinhava-se um período de apresentação de candidaturas que termina em Agosto de 2008, sendo as primeiras inscrições nas Listas Representativas do Património Imaterial Mundial proclamadas em 2009. Esta apresentação é agora feita seguindo-se uma metodologia diferente. São os Estados a inscrever os patrimónios na lista indicativa, seguindo normas pré estabelecidas e podendo inscrever apenas uma proposta de património imaterial por ano (sendo que as propostas multinacionais não têm limite de número), segundo o convencionado na reunião que a UNESCO realizou em Tóquio em Setembro de 2007. Nesta altura (Novembro de 2007) ainda falta contudo a aprovação da Assembleia da República Portuguesa da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial que está em vigor desde 2006 e que regulamenta a nova forma, que acima foi descrito, de candidatura de património imaterial a reconhecimento pela UNESCO⁴⁴.

⁴⁴ <http://www.opatrimonio.org/pt/principal.asp> (8/12/07).

Como se pode verificar em estudos como o de Wilson Trajano Filho (2002), em que se analisam as narrativas apresentadas pela *Web* sobre a Guiné-Bissau e onde se faz uma comparação com rumores orais, a *Web* propicia uma liberdade de expressão maior, com mais vertentes, em parte por se socorrer da palavra escrita, em parte por permitir o anonimato fácil. Por estas razões são numerosos os comentários que no *site* oficial são colocados sistematicamente por observadores, assim como os que aparecem pontualmente em *blogs* e demais *sites*.

Quero analisar aqui um aspecto que se me afigurou interessante enquanto investigadora e público receptor de informações emitidas pelos organismos promotores e apoiantes da candidatura: a da emigração (que é abordada desde outros pontos de vista nos diferentes capítulos do trabalho).

Pela consulta aos *sites* que se têm vindo a mencionar pôde-se verificar a preocupação com a ligação às comunidades emigrantes e à sua promoção enquanto elementos dispersos da cultura que emanou da *Gallaecia* mãe, seguindo a candidatura esta mesma linha. Não é claro para o visitante destes lugares virtuais, contudo, o papel que é o mais importante dos que as comunidades emigrantes, especialmente as galegas, desempenharam na dinâmica cultural da sua região de origem. Este papel é o do contributo para uma imagem representativa da Galiza, que pode para muitos corresponder a uma identidade nacional. E é no processo cultural de construção da nação galega, um dos pontos de maior importância deste estudo, que o argumento da valorização da emigração ganha peso. Como diz António Medeiros (2006, p. 168) “Genericamente esquecidos parecem estar os contributos, heteróclitos e mestiçados com que emigrantes pouco letrados contribuíram para que a Galiza pudesse ser figurada como comunidade de um lado e do outro do Atlântico”.

São inexistentes as referências aos costumes culturais trazidos pelos emigrantes, à dança dos bailes *agarrados* que substituiu para muitos a dança das *muiñeiras*, ao canto de *saetas* andaluzas nas procissões, à subversão do trajar típico galego (cf. Medeiros, 2006, p. 166)...

A questão da gastronomia é de igual interesse neste contexto, pois apresenta-se como património imaterial na candidatura. Como muitos outros emigrantes com origens em diversos pontos de Portugal com quem tive oportunidade de conversar, a dieta que era costumeira nas terras que os viram nascer, e costumeira porque as posses das famílias que produziram emigrantes eram poucas ou inexistentes e obrigava ao consumo dos mesmos alimentos todos os dias, era um aspecto traumático que ajudava à decisão de

emigrar. Chegados à nova terra, as saudades ensinavam a valorizar os sabores da vida anterior (a necessidade também obrigava por vezes a continuar a reduzir a quantidade e qualidade alimentares, pelo que durante um certo período de tempo o sistema alimentar não mudava muito, mas este aspecto foi muito residual nos relatos que ouvi e nunca o primordial para a valorização dos alimentos “típicos” da terra de origem). Aliava-se ainda a isto a imprensa galega dirigida aos emigrantes, que publicitava produtos “típicos” agora acessíveis a quem na vida que teve na Galiza apenas podia sonhá-los, se por acaso soubesse da sua existência. Assim, a valorização da gastronomia que surgiu condicionada pelas formas de vida, por aquilo que cada família podia produzir e a que podia aceder num sistema alimentar considerado pobre, tornou-se símbolo e ganhou importância e projecção em grande parte devido ao que representou e representa para a comunidade emigrante. E recorde-se que os emigrantes enriquecidos são personagens que ganham peso tanto na sua terra como nos países de acolhimento (sendo que neste último caso o dinheiro e conseqüente proeminência social não possuirão um papel tão decisivo como no primeiro, mas sim as funções de cidadão). O dinheiro com esta origem é ainda digno de atenção por contribuir significativamente para a realização das festas das aldeias de origem, festas estas onde não somente se desenrolam as manifestações de património imaterial como são lugares em que o elevado contributo monetário dos emigrantes lhes confere o direito de interferir e sugerir a adopção de aspectos retirados de outras culturas com que contactaram nas suas novas terras. A capacidade financeira dos galegos regressados fez ainda com que referências que os ligavam imaginariamente à Galiza fossem potenciadas através do emprego nos investimentos feitos no retorno. Tal é o caso do gosto pelo celtismo e por todos os símbolos que o transmitem – reforçado pelo contacto com emigrantes irlandeses na América (Medeiros, 2006, pp. 343 e 344).

Não se menciona também o facto de terem sido os emigrantes, dos Galegos, os que puderam praticar e utilizar as referências culturais da sua terra quando o regime franquista exercia uma clara coacção aos exercícios de práticas que pudessem ajudar ou significar diferença (cf. Medeiros, 2006, pp. 166 e 167) que, por sua vez, poderia levar em última instância à ideia de autonomia e separação.

2.4 Periódicos

Selecionei duas notícias de periódicos que são paradigmáticas da situação que pretendo ilustrar neste ponto.

Norte e Galiza

Património volta a ter candidatura à UNESCO

Está a avançar a reformulação da candidatura de temática cultural a "Património Mundial da Humanidade" de lendas, tradições e folclore do Norte de Portugal e da Galiza

►► O Norte de Portugal e a Galiza vão avançar com a reformulação da candidatura do Património Oral e Cultural Galaico-Português, chumbada pela UNESCO há cerca de dois anos, com vista à obtenção da classificação "Património Mundial da Humanidade".

Desta feita trata-se de reformular a primeira candidatura que a UNESCO não aceitou por a considerar demasiado abrangente, pois incluía todo o património imaterial da região Ibérica, desde as lendas e tradições até ao folclore. A candidatura em marcha vai ser elaborada com mais precisão e com melhor organização temática para responder aos desafios que a UNESCO colocou.



Caretos de Podence deverão entrar nesta candidatura reformulada

"Na primeira valorizaram-se os vários temas e a participação das escolas, o que levou a UNESCO a pedir-nos um empenho na reorganização temática pela dinâmica que criou dentro da sociedade", explicou ontem Álvaro Campelo, responsável científico pelo processo, na abertura do Entrudo Chocalheiro em Podence, Macedo de Cavaleiros.

Será uma grande candidatura, subdividida em vários temas, que terão autonomia, "o que permitirá caracterizar, justificar e aprofundar cientificamente e criar um plano de acção específica para cada um", enumerou aquele responsável. Cada tema deverá ter uma contextualização geográfica e uma caracterização científica. "O que falhou da outra vez não foi a qualidade do projecto, mas

sim a sua organização", justificou.

A candidatura está a ser liderada pela Comissão Ponto nas Ondas, e pondera-se a constituição de uma fundação. A proposta já está em elaboração e deverá ser apresentada até Setembro. O ritual dos Caretos de Podence e as tradições ligadas à máscara e ao Carnaval do Nordeste Transmontano e da Galiza deverão entrar, assim como o mundo lendário, as tradições da orla marítima e do Minho.

Uma segunda recusa seria "trágica". A candidatura não avançará se não houver certeza de que receberá luz verde. "Se não tivermos uma grande convicção e um grande acolhimento de todos os intervenientes, não avançaremos", garantiu Álvaro Campelo. **Glória Lopes**

Imagem 3 Notícia sobre recandidatura do património imaterial galego-português à UNESCO. Fonte: *Jornal de Notícias*, 4/2/2008, p. 24.

No *Jornal de Notícias* do dia 4 de Fevereiro de 2008 (cuja notícia de capa era o aumento da altura média dos Portugueses...), a propósito da época carnavalesca e do Entrudo Chocalheiro de Podence, apresentou-se uma breve notícia em fundo de página que mencionava a recandidatura do património imaterial galego-português à UNESCO. Ultrapassando aspectos desta notícia que mostram ter sido escrita por alguém com deficiente informação básica sobre o tema e que não teve a preocupação de procurar na Internet o nome e identidade da associação Ponte... nas Ondas!, nome que lhe terá sido transmitido oralmente e foi transcrito devido a má percepção como "Comissão Ponto nas Ondas", e de mencionar que a candidatura inicial abrangia todo o património imaterial da "região Ibérica", consegue-se através do depoimento de Álvaro Campelo, o antropólogo português responsável pela redacção da candidatura, descortinar um pouco do que fez com que a primeira candidatura não tivesse sido aprovada. Cito:

"Será uma grande candidatura, subdividida em vários temas, que terão autonomia, "o que permitirá caracterizar, justificar e aprofundar cientificamente e criar um plano de

acção específica para cada um” [...]. Cada tema deverá ter uma contextualização geográfica e uma caracterização científica. “O que falhou da outra vez não foi a qualidade do projecto, mas sim a sua organização” [...]. Uma segunda recusa seria “trágica”. A candidatura não avançará se não houver certeza de que receberá luz verde. “Se não tivermos uma grande convicção e um grande acolhimento de todos os intervenientes não avançaremos” [...]”.

Podemos concluir então que: apenas a pretexto do Carnaval e a sua forma de comemoração em Podence, Macedo de Cavaleiros, que tem sido bastante mediatizada em tempos recentes (podem-se apontar como exemplos a exposição “Rituais de Inverno com máscaras”⁴⁵ e o artigo “Os dias dos rapazes” de Susana Torrão na revista Notícias Magazine de 9 de Dezembro de 2007, pp. 90-98) se menciona este projecto de candidatura; os meios de comunicação social continuam a demonstrar desinteresse no assunto, reflectido não só na ausência quase total de notícias como na desinformação patente nas poucas que aparecem; apesar da reelaboração da candidatura ainda há incerteza e insegurança dos responsáveis quanto à sua eficácia e à aceitação que poderá vir a ter.



Imagem 4 Páginas iniciais do artigo “Os dias dos rapazes”. Fonte: Torrão, Susana (9/12/2007) “Os dias dos rapazes”, in *Notícias Magazine*, suplemento do Jornal de Notícias nº 191/120.

⁴⁵ <http://www.ipmuseus.pt/pt/noticias/H28890/TA.aspx> (27/01/08).

2.5 Encontros científicos

Particpei em encontros desta natureza a fim de contactar e conhecer intervenientes na candidatura, assim como com pessoas que se dedicam ao estudo e divulgação do património imaterial e temas associados.

No âmbito da investigação acorri aos eventos:

- Curso “As fronteiras e as identidades raianas entre Portugal e Espanha” (12 – 15 de Julho 2006, Ribadavia e Chaves).
- Congresso Internacional “A Raia: 1936-1952. Repressão, resistência e memória” (15 – 17 de Dezembro de 2006, Chaves e Cambedo da Raia).
- I Encontro de Antropologia do Norte de Portugal e Galiza (8 – 10 de Novembro de 2007, Chaves).

Uma vez que a quase totalidade dos informantes assistiu, interveio de alguma forma ou fez comunicações nestes encontros, mesmo que não directamente relacionadas com a candidatura em análise, foram de grande utilidade as informações que fui ouvindo neste âmbito.

Foi assim, e através de manifestações espontâneas, que me foi apercebendo da atitude de alguns membros da associação Ponte...nas Ondas!, com responsabilidades no seu seio.

Tornou-se-me então evidente que a concessão de valor a elementos que foram elevados à categoria de património imaterial pelos membros desta associação não coincidiu com a activação desse mesmo valor. Esta falta de activação não foi só da UNESCO como também de outros organismos nacionais e locais. Uma vez mais devemos mencionar o relevante papel dos organismos e representantes políticos, dos detentores do poder efectivo, que têm a faculdade de conferir ao património um estatuto institucional e assim permitir maior dinamismo e repercussão. O resultado desta falta de convergência foi um sentimento profundo de revolta e frustração, de esforço não reconhecido e de algum desânimo.

Neste contexto, merecem ser formuladas algumas perguntas sobre a dinâmica gerada em torno do património imaterial galego-português, resultantes da observação feita durante este trabalho. É pertinente também um comentário a um artigo que, apesar de não ser

sobre o património imaterial galego-português é uma visão de algumas dinâmicas do património imaterial em Portugal. Da autoria de um antropólogo português, foi publicado no ano em que a candidatura foi apresentada à UNESCO. Uma breve análise deste artigo tem interesse no contexto deste capítulo. Além do contributo que dá para os temas aqui tratados, introduz ramificações para assuntos abordados ao longo deste estudo de caso.

Será portanto necessário pensar nas possíveis motivações que levariam ao surgir da vontade, nos poderes políticos, de criar e manejar um determinado género de património. Veja-se o estudo de caso de Eric Gable sobre Monticello, a residência de Thomas Jefferson (2006, pp. 111-120): exista ou não intencionalidade nesse sentido, a verdade que ressuma do processo de “reconstrução e reposição” da herança social é sempre parcial. A exaltação de determinados aspectos implica que outros fiquem na obscuridade, havendo sempre quem se interesse pelo que ficou no esquecimento por estar oculto. É preciso, assim, avaliar quais as razões para a escolha que leva a evidenciar determinados aspectos em detrimento de outros.

Como diz Copans (1999, pp. 108 e 109), as sociedades são “sujeitas a lutas de interesses e aos esquemas ‘nacionais’ e ‘multinacionais’”. Segundo a perspectiva evolucionista da antropologia política, haverá uma ligação estreita entre a evolução das sociedades e o poder dominante da política. Será que a política desempenhou, como diz o citado autor, o papel de estrutura representativa ou coordenadora das demais nestas sociedades? E será que ainda se pode colocar a questão, ainda segundo Copans (que, sobre o mesmo assunto, refere a posição idêntica de Pierre Clastres), de que as sociedades reagiram de forma a cercear o aumento ou maturação do poder de um Estado (Copans, 1999, p. 66) ou qualquer outro organismo político de relevância nos grupos em estudo? Apesar das particularidades étnicas, “as regularidades culturais existem, mas é o campo político moderno que lhes incute significação e que dá coerência e continuidade ao que, por natureza, é heterogéneo e descontínuo” (in Copans, 1999, p. 72).

A predominância de entusiasmo e desta vontade de “dar continuidade” ao que é “heterogéneo e descontínuo”, que já verificámos existir da parte galega no que à dinâmica da candidatura diz respeito e é contrastante com uma acção portuguesa menos vincada, pode ser vista à luz de um escrito de Manuel Murguía datado de 1888 e citado por António Medeiros (2006, p. 227): *El peligro que [...] corre el Estado español, de que se ahonden las diferencias que nos separan, y se conviertan en marcada hostilidad las relaciones que al presente unen á las diferentes nacionalidades de que se compone,*

es tanto más serio, cuanto Galicia se halla constantemente solicitada por Portugal, y puede en un momento dado venir en su auxilio y tomarla para sí, sin que nos duela, ni mucho menos. Após esta previsão aconteceu, na verdade, a criação da euroregião. Mas a dinâmica à volta da candidatura tal como tem sido descrita no presente trabalho mostra que este prenúncio de Murguía tende a realizar-se culturalmente. E, pelo que se evidencia neste estudo de caso, é Portugal que é “solicitado” pela Galiza, ao contrário do antecipado por Murguía.

Aliás, esta constatação é feita pelo próprio António Medeiros (2006, pp. 228 e 229), que menciona o desinteresse dos investigadores portugueses nas relações Portugal-Galiza quando o contrário se verifica entre os estudiosos galegos, tendo sido mesmo, no início do século XX, os artigos de maior ou menor qualidade enviados para a Galiza por estudiosos portugueses encarados com um respeito que parece ter sido evidência constante do apreço que Portugal tem merecido e de que a candidatura de património imaterial é um dos mais recentes exemplos, salvaguardadas as devidas distâncias e enquadrado num contexto diferente.

É ainda de considerar a questão da necessidade de existência de um oposto para que se crie e afirme uma identidade, seja ela política ou cultural. Assim, ao assumir-se um ou mais elementos de diferença (o património imaterial, no caso em estudo) haveria uma unificação de sociedades fragmentadas e com pouco peso político e cultural que se poderia afirmar perante as hegemonias estatais. De aí que se possa colocar a hipótese de alguns organismos estatais não terem prestado a sua colaboração por não pretenderem ser confrontados com a dita oposição. Por outro lado e considerando a estratégia destas mesmas hegemonias, as entidades que mais entusiasticamente apoiaram o projecto podem ter observado o caso desde perspectiva oposta: a existência de diferenças no âmbito cultural e político das hegemonias seria um contributo que valorizaria a totalidade do Estado - ou de outros níveis políticos abrangentes, como as autarquias. Visto que os detentores deste género de património (aquele que é considerado mais puro) se enquadram em classes rurais, mais isoladas, é lícito colocar a hipótese de que associações e pequenos núcleos de poder local se tenham socorrido de um meio cada vez mais valorizado⁴⁶ para se projectarem na cena cultural, política e mesmo social da nação a que pertencem.

⁴⁶ Note-se a proliferação actual de praticantes urbanos, que recolhem, com maior ou menor “fidelidade”, o património performativo nas aldeias. A dimensão e projecção que os núcleos urbanos conferem a este património incentiva os detentores rurais a tomar medidas que preservam e dão visibilidade à sua herança.

Como diz Georges Balandier (1987, p. 179), a comunidade aldeã “constitui uma sociedade em redução, de fronteiras definidas, em que se apreende com nitidez o confronto entre o tradicional e o moderno, entre o sacro e o histórico.” Deste modo, haveria uma resistência do núcleo que cada aldeia representa perante a tendência centrípeta da grande cidade, da nação e da globalização internacional. E esta tendência manifestou-se de forma cultural, uma vez que não haveria possibilidades de competição a outros níveis, como o financeiro e o industrial, por exemplo. Socorreu-se de um bem único, distintivo e que possui um valor que advém da tradição construída, da transmissão patrimonial.

Os grupos dominantes ou a cultura dominante e o Estado condicionam a relação global/local, devendo-se ter em consideração o papel que o turismo desempenha na economia. Se se criarem condições que atraiam os consumidores turísticos a pontos de interesse local a economia e a imagem pública fortalecem-se.

Uma última palavra para um artigo de Manuel João Ramos (2005, pp. 67-76), intitulado *Breve nota crítica sobre a introdução da expressão “património intangível” em Portugal*. O conteúdo deste artigo não poderia casar melhor com o título da obra em que se insere (*Conservar para Quê?*). A denúncia da prevalência de interesses políticos subjacentes às acções da UNESCO que visaram e visam a protecção e promoção do património imaterial é feita de forma clara; contudo, não se poderia fazer esta crítica a toda e qualquer iniciativa proveniente do ser humano? Enquanto ser pensante é político, logo todas as suas acções terão finalidades específicas.

No entanto este autor coloca algumas questões pertinentes não só em geral, mas para o estudo de caso presente: “O que significa uma “obra-prima do património imaterial da humanidade”? Quais os critérios de classificação e selecção de um “bem intangível”? Quem pode, deve ou quer reclamar autoridade para designar qual o “património imaterial” a preservar e a valorizar? [...]. Estas questões referem-se a matérias que não foram, em Portugal, sujeitas a um debate público suficientemente alargado.” (Ramos, 2005, p. 71). São interrogações às quais se vão colocando hipóteses de resposta ao longo deste trabalho, evidenciando-se também a falta de divulgação, mediatização e consequentes conhecimento público e divulgação de opiniões, em Portugal, que fizeram com que aspectos já falados neste capítulo, como as expectativas e reacções ao processo de candidatura, fossem mais expressivas na Galiza do que em Portugal. Continuando a citar o mesmo texto,

“O entendimento que parece haver, entre “peritos”, “interessados” e “decisores” (sobretudo autárquicos) do processo de candidatura, e da noção de “património imaterial”, é que a classificação do “património imaterial” é um instrumento que duplica a classificação do “património material” e que, portanto, o principal interesse de uma “tradição popular” está nas potencialidades políticas e económicas que advêm da sua classificação. Patrimonializada, imaginam, uma tradição permite colocar no mapa do turismo cultural internacional uma localidade ou região particular [...]”.

Mais uma vez o autor se apoia no que, pela investigação, verifiquei ser verdade (vd. capítulo 3), não obstante o tom incrédulo e de censura que perpassa as palavras de Manuel João Ramos. Comprova-se de diversas formas a efectiva, palpável mais-valia política e económica que as manifestações de património imaterial provocam (apesar de frequentemente não reconhecidas como tal, começando pelos próprios detentores e dinamizadores), sendo portanto, e com lógica, os “decisores” autárquicos dos que se encontram à cabeça da fila que se forma para extrair benefícios destas manifestações. A forma como o fazem é que pode ser por vezes censurável, mas se se encararem os “decisores” autárquicos como o que são, gente da sua terra, é uma intenção naturalíssima a de querer “utilizar” e divulgar património imaterial que acreditam ser característica distintiva, própria.

O objectivo que guiou a redacção deste artigo não terá sido tanto a crítica à introdução da expressão património intangível e à sua essência como a censura a utilizações que dele se tentaram fazer, tanto mais quanto não tinham, ostensivamente, algumas das características exigíveis para reconhecimento de património imaterial da humanidade.

CAPÍTULO 3: O PATRIMÓNIO IMATERIAL NA CANDIDATURA E NOS MUSEUS

3.1 *Candidatura*

Conforme dito no *site* oficial da candidatura à UNESCO, “a relação do território com os sentidos das vivências das comunidades e a apropriação do mesmo por parte destas são uma das características mais definidoras do património cultural desta região de que, a tradição oral é um vivo testemunho. A continuidade de tradições orais e de práticas sociais e materiais a elas associadas no Noroeste Peninsular é o que propomos para o conteúdo a considerar como património imaterial e intangível”⁴⁷. De acordo com estas afirmações, pode em última instância considerar-se o Noroeste Peninsular (ou a Galiza e o Norte de Portugal, particularizando) como um “museu de território” ou um “ecomuseu”, visto que alberga os informantes e praticantes das várias manifestações que são consideradas património imaterial.

Verifica-se contudo que a candidatura não faz qualquer referência à criação de estruturas museológicas específicas com a finalidade de salvaguardar e promover o património imaterial, desenhando sim um plano de acção ou *Action Plan* estruturado em cinco partes: *Research, Documentation, Promotion, Transmission* e *Spreading*. No item *Promotion* está contemplada a criação de uma rede de centros dedicada à cultura tradicional e no *Spreading*, a itinerância de exposições sobre património oral⁴⁸, sendo estas iniciativas as que mais se aproximam de actividades desenvolvidas por museus e profissionais de museologia. É minha opinião que se tivesse sido feita nesta candidatura uma proposta de organismos museológicos consistentes e estruturados especialmente para o tipo de património que se pretende classificar esta candidatura teria uma base mais sólida, uma vez que a instituição poderia concentrar, organizar, coordenar e gerir de forma articulada uma série de iniciativas que deste modo seriam mais eficazes, além de servir de repositório central de informação sobre o património imaterial. Organismos

⁴⁷ <http://www.opatrimonio.org/pt/candidatura.asp> (21/03/07).

⁴⁸ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 155, 161 e 163.

deste género teriam também, pela sua natureza, mais recursos e vocação para encontrar soluções adequadas à recolha, ao estudo, à organização, protecção, à promoção e à transmissão do património imaterial do que uma rede de centros para a interpretação, encorajamento e interpretação da cultura tradicional conforme projectado, uma vez que estes últimos teriam uma relação de grande dependência com câmaras municipais e entidades afins criando-se como consequência um desequilíbrio entre os diversos centros.

O que ao longo da candidatura se propõe é a distribuição das diversas iniciativas por museus existentes de maneira a utilizar as suas especificidades, não havendo contudo uma super-estrutura que coordenasse as acções. Na Galiza, o que mais se aproxima de um organismo coordenador é o Consello da Cultura Galega⁴⁹, enquanto Portugal não propõe na candidatura qualquer estrutura com funções similares à da galega.

Encontramos no Ecomuseu de Barroso, que aqui é o principal estudo de caso museológico, uma característica especial relativa à musealização estruturada que a candidatura não contempla: a preservação do património imaterial pelos próprios informantes, ao incluí-los num sistema “eco” que, pela sua essência, torna os habitantes responsáveis pela preservação e continuidade do património que detêm, assim como pela explicação do mesmo aos visitantes. A imagem, o *design* expositivo, são concebidos tanto pelo ecomuseu como pelas pessoas e paisagens que constituem o seu acervo, com predominância evidente dos primeiros, detentores de património imaterial.

3.1.1 Bases

- **História**

Noto que a candidatura não propôs algo que seria um dos instrumentos de fundamentação do projecto de classificação do património imaterial e que lhe conferiria a consistência necessária, no caso de ser aprovada pela UNESCO: a elaboração de um estudo histórico em que se investigassem e fundamentassem as relações existentes entre Portugal e a Galiza, no qual seriam evidentes, articulados e estruturados todos os elementos que formam a(s) culturas(s) em questão e que a candidatura apresentou como base para a classificação conjunta do património galego-português. O Museo do Pobo

⁴⁹ *Idem*, p. 171.

Galego foi o único organismo que neste processo apresentou um pequeno texto de fundamentação histórica, a partir do qual parece ter sido elaborado o que se encontra na página *web* da candidatura⁵⁰, de carácter generalista.

- **Oralidade**

Como já foi mencionado, a oralidade é um dos *ex-libris* desta candidatura, como aliás manifesta o título da mesma (sugerido pela UNESCO). É afirmado na página *web* da candidatura que o património imaterial é entendido como "o conjunto de formas da cultura tradicional e popular ou folclórica, quer dizer, as obras colectivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. Estas tradições transmitem-se oralmente ou mediante gestos [“as técnicas de corpo”, o *habitus* de que fala Marcel Mauss e que variam de acordo com as sociedades⁵¹] e modificam-se com o decorrer do tempo através de um processo de recreação colectiva. Incluem-se nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música, os bailes, os rituais, as festas, a medicina tradicional e a farmacêutica, as artes culinárias e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, tais como as ferramentas e o habitat.”⁵².

A oralidade é portanto tratada na candidatura como veículo da maioria das manifestações de património imaterial e naturalmente privilegiada quando se procura a transmissão do património em questão (sendo por isso uma característica constante nas medidas contempladas pelo *Action Plan*). A título de exemplo podem-se mencionar os *workshops* que ensinariam técnicas artesanais diversas (não especificadas), cantares ao desafio e contos e histórias antigos, assim como a transmissão do património imaterial – privilegiando-se o contacto directo dos alunos com os informantes – nas escolas da euroregião⁵³. Considerando que estão em questão elementos culturais de comunidades cujos membros tardia ou raramente foram alfabetizados, e que os informantes se encontram na maioria das vezes entre os que não têm alfabetização, o veículo que é a voz (falada e cantada) reveste-se de importância extrema. Note-se ainda que esta circunstância reforça o conceito de património imaterial, criando-se uma sequência de transmissão da cultura dos “pais” aos “filhos” (entendendo-se *patris* e *filiis* nos sentidos

⁵⁰ <http://www.opatrimonio.org/pt/documentos.asp?tipo=hc> (16/05/07).

⁵¹ http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf (07/01/08).

⁵² <http://www.opatrimonio.org/pt/patrimonio.asp> (16/05/07).

⁵³ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português* (2005), pp. 201-203.

literal e figurativo) em que a comunicação feita pela fala em vez de pela escrita fomenta a aproximação afectiva entre os intervenientes.

Seria, finalmente, útil desenvolver um trabalho de identificação e sistematização do número de núcleos populacionais que no Norte de Portugal e na Galiza detêm este património imaterial, localizando geograficamente (com mais ou menos precisão, de acordo com as possibilidades) cada manifestação; tal permitiria perceber o mapa da euroregião e as idiossincrasias de cada parcela territorial por comparação. Porque, pelo que se pôde apurar durante a investigação (nomeadamente através dos processos explicitados no capítulo 2) e pela leitura da candidatura, parece haver uma maior quantidade de manifestações patrimoniais identificadas e promovidas na Galiza do que no Norte português e importaria indagar as razões.

3.2 Museus

Desde o ano de 1995 que se prevê na legislação galega a protecção do património imaterial (Lei 8/1995) (Pellón, 1999, p. 18), incluído no património etnográfico. Em Portugal foi a Lei n.º 13/85 de 06-07-1985⁵⁴ a que contemplou primeiramente a salvaguarda deste património.

Os museus, enquanto agentes de ligação entre as instituições que organizam o espaço das sociedades, estão intimamente ligados ao poder (Rodríguez, s. d., p. 295) político e são portanto dele dependentes. É importante marcar aqui este aspecto por clarificar as acções dos museus de que adiante se falarão, concretamente na sua relação com o património imaterial. Por natureza um caracterizador global das sociedades, o património imaterial é simultaneamente uma mais-valia e um assunto muito delicado (pela sua abrangência tanto em número como em relações interpessoais e intersociais) para os poderes políticos, que devem encontrar a melhor maneira de com ele lidar e o rentabilizar nos seus âmbitos de acção. Assim, e tal como se verá nos casos em estudo, as regiões servem-se do(s) seu(s) museu(s), sobretudo quando são museus de território, para projectar a sua identidade sob forma de memória colectiva (Rodríguez, s. d., p. 295) integrada na história da região. Além disso, a instituição que é o museu confere um estatuto desejável, como referem as palavras de Hudson e Nicholls: *To have no museums in today's circumstances is to admit that one is below the minimum level of*

⁵⁴ <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1985/07/15300/18651874.PDF> (24/02/08).

civilization required of a modern state (cit. em Kirshenblatt-Gimblett, 2004, p. 61). Se encararmos as autarquias como núcleos reprodutores da orgânica estatal perceberemos como se torna importante a possessão de pelo menos um museu em cada concelho para poderem afirmar poder, capacidade e dinâmica.

A época inaugurada em Portugal com a revolução de 25 de Abril de 1974 promoveu nas instituições vocacionadas para a cultura o conceito de abertura e a missão de construir uma política cultural que abrangesse todos os cidadãos sem olhar a classes e a níveis de instrução (Semedo, 2004, p. 5), podendo dizer-se que se pretendia a descentralização e uma maior “democratização” no acesso aos produtos pertencentes ao património da Nação e que as instituições deveriam actuar de maneira a fazer com que estes produtos fossem correctamente interpretados por qualquer pessoa, independentemente do sexo, da instrução e da idade. Este é um dos factores que potenciará o desenvolvimento dos ecomuseus e das instituições que não possuindo esta designação operam segundo os mesmos princípios (vd. Filipe, 2000).

A emergência da importância dada ao património “do povo” manifestou-se, por exemplo, no Plano de Trabalho e Cultura (PTC), acção que tomou sentido por se destinar à recolha de elementos etnográficos que integrassem o Museu do Trabalho, inserindo-se este na nova política de valorização da cultura popular e de interacção com os seus detentores (Branco & Oliveira, 1993).

Por outro lado, a política está presente já na designação de um género de museu, o ecomuseu: o surgimento do conceito (década de 60 de 1900) deu-se na época em que o ambientalismo começou a adquirir maior importância e as instituições políticas procuraram projectar-se numa missão de resgate e preservação do meio ambiente em que o homens vivem (Davis, 1999, p. 3). No caso do ecomuseu em estudo (Barroso-Montalegre) é evidente e muito estreita a ligação desta instituição à Câmara Municipal de Montalegre, sobretudo por ter sido iniciativa e criação autárquica, exemplificando este caso a generalizada interacção autarquias-ecomuseus em Portugal. Pode-se mesmo apontar, no concelho de Montalegre, um dos usos do património imaterial (protegido e promovido pelo ecomuseu) que é capitalizado em comícios políticos: a “chega de bois” (Teixeira, 2005, p. 99). A simbiose é inquestionável, e o desenvolvimento regional depende também da descoberta de novas formas de capitalização de outras manifestações culturais menos mediáticas.

Para finalizar a linha de raciocínio que se tem vindo a seguir no respeitante ao papel da política, concretamente nos núcleos de menor dimensão como as autarquias do lado

português, diga-se que a dita simbiose entre elas e os museus – especialmente os museus de território – assenta no processo desenvolvido após a revolução de 1974, altura em que emergiu a individualidade colectiva de grupos de pequena/ média dimensão através da instauração do poder local eleito pelas populações. A forma que estes grupos encontraram para afirmar a sua singularidade histórica, social e económica foi a criação de instituições culturais de cariz museológico – maioritariamente com vocação para a Etnografia e para a Nova Museologia – dependentes sobretudo de apoios locais, conseguindo assim desenvolver-se com autonomia em relação ao poder central. É de facto no seio da filosofia da Nova Museologia que se criam as condições mais propícias ao trabalho com o património imaterial, uma vez que os museus que a aplicam devem lidar acima de tudo com os quadros presentes e conferir-lhes um futuro, não descurando o passado mas integrando-o num processo contínuo em que a sociedade na sua relação com os recursos ambientais constituem o paradigma mais importante. É pertinente o estudo do património imaterial nos museus pois as instituições deste género não estão, na sua maioria, estruturadas de forma a integrar na sua missão um tipo de património que tem laços mais ténues com a materialidade do que qualquer outro, exigindo portanto um tratamento específico. Uma outra contribuição fundamental é a da motivação das comunidades para que continuem a re-criar aquilo que faz parte do património imaterial, dentro das condicionantes que existem, pois se o que motiva esta re-criação desaparecer ou não for incentivado, o caminho provável na maioria das situações será o do declínio (por uma série de razões políticas, económicas e sociais que os museus que seguem a corrente da Nova Museologia em particular estão vocacionados para combater, não esquecendo que os museus em geral têm um papel preponderante na luta contra a destruição, a negligência e a exploração do património). Vários museus portugueses começaram a tratar o património imaterial ainda durante o século XX, verificando-se um visível acréscimo de intensidade do trabalho nesta vertente durante o XXI (ainda que em algumas instituições apenas pontualmente, como aconteceu no Dia Internacional dos Museus do ano de 2004, em que o tema proposto pelo ICOM – International Council of Museums, foi o Património Imaterial)⁵⁵. São exemplo o da Lourinhã⁵⁶, o Museu de Lanifícios da Covilhã⁵⁷, o Museu da Guarda⁵⁸, o

⁵⁵ http://www.min-cultura.pt/Destaque/Dia_Internacional_Museus_2004/prog_museus/mguarda.htm (23/03/07).

⁵⁶ http://www.museulourinha.org/pt/noticias_mes_idoso.htm (23/03/07).

⁵⁷ http://www.urbi.ubi.pt/040525/edicao/225ubi_dia_museus.htm (23/03/07).

Museu da Ciência da Universidade de Lisboa⁵⁹, o Museu de Angra⁶⁰, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira⁶¹, o Museu Marítimo de Ílhavo⁶², o Museu Municipal de Sabugal⁶³, o Museu da Indústria de Chapelaria de São João da Madeira⁶⁴, o Museu Municipal de Portimão⁶⁵, o Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo⁶⁶, o Museu do Trabalho Michel Giacometti⁶⁷, o Museu Agrícola de Entre Douro e Minho⁶⁸ (um dos que apoiou a candidatura do património galego-português à UNESCO), o Ecomuseu do Seixal, o Museu do Monte Redondo, o Museu de Mértola, o Museu Municipal de Loures, o Museu Municipal de Alcochete, o Museu Rural e do Vinho do Cartaxo, o Ecomuseu de Barroso e o Museu do Contrabando e da Emigração Clandestina (com um Espaço de Memória e Fronteira, inaugurado a 27/04/07)⁶⁹, sendo que muitos outros museus de cariz etnográfico – que não discriminaremos pelo seu elevado número – trabalham mais ou menos directamente e por natureza com manifestações de património imaterial. A recente criação do Museu do Contrabando e da Emigração Clandestina demonstra a crescente importância dada ao património imaterial, concretamente ao fenómeno da memória, considerado fundamental pelas instituições que tratam este género de herança cultural.

Os museus apresentados na candidatura como estando a desenvolver actividades relacionadas com o património intangível são:

Portugal

1. Museu do Traje de Viana do Castelo
2. Museu de Olaria de Barcelos
3. Museu de Etnografia da Póvoa de Varzim

⁵⁸ http://www.min-cultura.pt/Destaque/Dia_Internacional_Museus_2004/prog_museus/mguarda.htm (23/03/07).

⁵⁹ <http://correio.cc.fc.ul.pt/~mc/dim/index.html> (23/03/07).

⁶⁰ http://www.diarioinsular.com/noticias/imprimir.php?edicao=2_18_Maio_2004&n_id=16470&PHPSES_SID=f2a (16/04/07).

⁶¹ http://www.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=7642 (21/04/07).

⁶² <http://nomundodosmuseus.wordpress.com/2007/04/13/museu-maritimo-de-ilhavo-cria-base-de-dados/> (22/04/07).

⁶³ http://www.novaguarda.pt/100805/e_rot10.htm (22/04/07).

⁶⁴ http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_serpio.PDF (16/04/07).

⁶⁵ http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/fichas/museu_60.html (17/04/07).

⁶⁶

<http://216.239.59.104/search?q=cache:tdm4tiibCFEJ:www.alcultur.org/2004/intervencoes/LuisFigueira.pdf+museu+patrimonio+imaterial&hl=pt-PT&ct=cInk&cd=112&gl=pt> (17/04/07).

⁶⁷ http://www.geocities.com/michel_giacometti/ (17/04/07).

⁶⁸ http://www.min-agricultura.pt/oportal/extcnt/docs/FOLDER/MEDIATECA/MADRPCNT_BOLETINS/MADRPCNT_BLT_REV_EDM/6.PDF (16/04/07).

⁶⁹ <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=1790> (30/04/07).

4. Museu de Vairão de Vila do Conde
5. Ecomuseu de Barroso de Montalegre
6. Museu Alberto Sampaio de Guimarães
7. Museu Casa Martins Sarmiento de Guimarães
8. Museu D. Diogo de Sousa de Braga
9. Museu Rural de Ponte de Lima
10. Museu Rural de Paredes de Coura
11. Museu Abade de Baçal

Galiza

1. Museo das Mariñas de Betanzos
2. Museo do Pobo Galego
3. Museo Provincial de Pontevedra
4. “Fudación Liste” Museo Liste de Vigo
5. Museo Municipal de Pontearreas
6. Museo Etnolóxico de Ribadavia
7. Museo Comarcal da Limia de Vilar de Santos
8. Parque Etnográfico do río Arnoia de Allariz
9. Museo Etnográfico “Olimpio Liste”
10. Museo da Terra de Melide
11. Museo Provincial de Lugo
12. Museo-fortaleza de San Pablo de Narla de Friol
13. Museo Comarcal de A Fonsagrada
14. Museo do Castro de Viladonga de Castro de Rei
15. Museo Diocesano e Catedralício de Mondoñedo
16. Museo Histórico de Sargadelos
17. Museo Municipal “Bello Piñeiro” de Ferrol⁷⁰

Verifica-se que a maioria dos museus portugueses listados na candidatura à UNESCO como apoiantes da iniciativa praticamente não desenvolvem iniciativas de relevo (seja em número, seja em qualidade) no sentido de proteger e promover o património imaterial das suas regiões, nem procuram identificá-lo como tal perante os públicos. A intenção existe, demonstrada na assinatura do documento que oficializou o apoio à candidatura, mas os recursos disponíveis canalizam-se para o que tem consistido a prioridade de cada instituição, desde um período anterior ao da elaboração da candidatura. Existiam por isso poucos museus portugueses que pudesse estudar utilizando como paradigma o trabalho desenvolvido com o património imaterial e em articulação com a candidatura, pelo que optei por focar a análise no que mais relevo atingiu neste âmbito, o Ecomuseu de Barroso.

⁷⁰ *Galician-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português*(2005), p. 122.

Assim, do Ecomuseu de Barroso tratarei aprofundadamente neste capítulo; as razões que fundamentam esta eleição são tanto o facto de ser a instituição museológica do Norte de Portugal que mais afincadamente se dedicou ao património imaterial, como as suas características intrínsecas, de estreita ligação às comunidades (e respectivo contexto espacial e temporal) onde exerce a sua influência. Características estas que fazem com que seja uma das suas obrigações lidar com o património imaterial – um dos aspectos essenciais das ditas comunidades – de uma forma dinâmica e adaptada às mutações inevitáveis na evolução temporal e espacial das sociedades. Como se verá ao longo do trabalho, este ecomuseu faz justiça ao nome, uma vez que cumpre as funções de preservação, de dinamização e de orientação do património imaterial das comunidades de uma maneira eficaz, zelando para que não se percam componentes essenciais e apresentando os diversos elementos patrimoniais com o intuito de fazer com que a população em geral e uma camada populacional mais jovem, que tende a distanciar-se dos designados costumes ancestrais, em particular, se sinta motivada e tenda a preservar uma herança⁷¹.

Na região galega, cuja forma de operar é diferente da portuguesa, optou-se por fazer uma consideração generalista sobre o trabalho dos museus – dado o seu elevado número – mas deter-me-ei somente no Museu Aberto do Couto Mixto de Calvos de Randín (Orense), que trabalhou pontualmente em conjunto com o Ecomuseu de Barroso e é dos mais activos na preservação e promoção do património imaterial da zona onde se implanta; farei também breves observações sobre o trabalho do Museu Etnológico de Ribadavia (Orense) e do Museo do Pobo Gallego, por serem das instituições que mais se demarcam no âmbito territorial tratado.

Na região galega há contudo mais instituições dignas de nota por se destacarem no trabalho com o património imaterial (seja de forma directa ou indirecta), como o Museo de Antropoloxía da Fundación Sotelo Blanco (A Coruña), o Museo Etnográfico da Limia (Vilar de Santos, Ourense), o Museo Etnográfico (Vilarinho de Conso, Ourense) (Pulgar Sabín, 2005-IV, pp. 68, 210 e 211), o Museo Etnográfico-Pedagógico Villapol, o Parque Etnográfico do Cebreiro (Pulgar Sabín, 2005-III, pp. 17 e 18) e o Centro de Interpretación do Viño e da Lampreia (Arbo, Pontevedra) (Pulgar Sabín, 2005-I, p. 36). Em adição a este cenário em que se observa um progressivo avanço na importância conferida ao património imaterial tanto pelos museus como pelas entidades nacionais e

⁷¹ A este respeito veja-se, entre outros, Hobsbawm & Ranger, 2002.

internacionais que ditam a tendência a seguir pelas instituições museológicas e culturais em geral (ICOM, UNESCO...) podemos ver que o mercado vai apresentando propostas de *software* destinado à inventariação e gestão do património imaterial, como é exemplo o programa *In memoria*⁷².

Conforme o afirmado por Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004, p. 59), as intervenções patrimoniais tendem a desacelerar o ritmo da mudança, e quando se está a viver um momento da História em que o consumo do passado é cada vez maior as acções de patrimonialização aumentam diametralmente. A patrimonialização de manifestações culturais vivas é um exemplo flagrante do elevado nível atingido por este consumo, que é caricaturado num artigo do periódico *The Onion* denominado *We May Be Running Out of Past*, citado por Kirshenblatt-Gimblett.

Uma relação dos aspectos comuns entre museus e ecomuseus (Nova Museologia) e a candidatura servirá como introdução à caracterização dos museus que foram escolhidos como casos de estudo:

➤ Aspectos em comum: museus (em geral) e candidatura

1. Identificação de casos
2. Estratégia/ planificação de acções
3. Interpretação
4. Parcerias
5. Negociações
6. Escolhas/ selecções
7. Avaliações
8. Investigação
9. Turismo

➤ Aspectos em comum: ecomuseus (Nova Museologia) e candidatura

1. Património
2. Território, paisagem e Natureza
3. População residente

⁷² <http://www.sistemasfuturo.pt/encontro2005/programa.html> (23/03/07).

4. Anciãos (detentores da maioria/ mais antigo património)
5. Identidade cultural
6. Propriedade cultural
7. Tradições
8. Locais com função/ simbólica especial
9. Conservação/ interpretação *in situ*
10. Memória colectiva
11. Interacção cultura/ turismo
12. Cooperação local entre autoridades e diversos organismos, públicos e privados
13. Participação da comunidade na criação de uma identidade local
14. Grande importância dada à colaboração com artesãos, músicos, artistas, etc.
15. Ilustração total: o geral e o particular
16. Mostrar ligação passado-presente, Natureza-cultura e indivíduo-tecnologia

3.2.1 Ecomuseu de Barroso

Ecomuseums [...] serve to conserve and interpret all the elements of the environment [...] in order to establish the thread of continuity with the past and a sense of belonging (Davis, 1999, p. 5). Esta é uma definição de ecomuseu que vai de encontro ao espírito da candidatura do património imaterial galego-português à classificação conferida pela UNESCO. Uma vez que as acções do Ecomuseu de Barroso se enquadram neste espírito, além de ter colaborado em iniciativas no âmbito de promoção da candidatura, de se inserir na filosofia da Nova Museologia e das razões que foram sendo apresentadas ao longo do capítulo, tornou-se um estudo de caso português interessante.

Caracterização física do ecomuseu: polinucleado, foi fruto de um estudo da empresa Quaternaire Portugal (que teve como consultor Hugues de Varine) e lançou raízes em 2001. Presentemente funciona a sede provisória em Montalegre e um pólo em Pitões das Júnias (corte do boi do povo – pólo propriamente dito, que contempla a agricultura de montanha, a pastorícia em regime extensivo, o lobo ibérico, o boi do povo e o tema dos têxteis e da casa barrosã, assim como uma loja de artesanato e produtos locais –,

abrangendo o projecto a requalificação do forno da aldeia, do canastro, do moinho do Largo do Eiró e a elaboração de percursos pedestres para a capela de S. João da Fraga e para o Mosteiro, entre outros). Os pólos que se prevêem abram a curto prazo são os seguintes: Casa do Capitão de Salto (serviços aos munícipes, exposições ligadas à exploração das minas de volfrâmio da Borralha, cultivo da terra, utilizações do pau) e Tourém (corte do boi do povo, onde está a ser criado um centro interpretativo cujo principal tema é a avifauna da região). Pensou-se numa fase inicial explorar os temas ligados à fronteira, ao contrabando, ao Couto Mixto, aos guerrilheiros anti-franquistas e aos casamentos entre Portugueses e Espanhóis, o que não se chegou a concretizar. Pólos a criar no futuro: Castelo de Montalegre, Museu da Música e dos Cantares Populares/ Museu da Memória, Centro de Interpretação Arqueológico, Museu das Crenças Populares, Museu do Tempo, Museu do Espaço, Casa do Fumeiro, Museu da Terra, Forno e Forja de Paredes do Rio, Forja de Montalegre, Pisão de Tabuadela, Lagar de Azeite de Cabril, Museu da Pessoa e o Complexo Industrial e Mineiro da Borralha (Teixeira, 2005, pp. 74-94).

“As colecções do Ecomuseu são constituídas pelos bens móveis, pelos registos de manifestações imateriais da cultura local, por bens imóveis de interesse cultural e comunitário e por sítios musealizados relevantes para a caracterização do concelho de Montalegre e da região de Barroso”⁷³. Tal é a definição que o ecomuseu faz da missão que assume perante o leque de património da sua região de influência.

Cumprindo um dos preceitos da Nova Museologia e particularmente da Ecomuseologia, que visa contribuir para o desenvolvimento equilibrado e dinamizar as estruturas autóctones, o ecomuseu não trabalha isolado, por norma, a não ser em casos de excepção a que a necessidade obriga. Para a realização das diversas actividades fazem-se parcerias: empresas (como o Clube Papaventos), juntas de freguesia, associações (Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega, Associação Social e Cultural de Paredes do Rio e associações de defesa do património, entre outras), escolas (escola secundária Dr. Bento da Cruz), escuteiros, agrupamentos e Biblioteca Municipal, entre outros. Este trabalho em conjunto leva a um inevitável intercâmbio de experiências e saberes; confere-se assim motivação e solidez às instituições e indivíduos locais que dispendo de apoios e iniciativas se tornam mais dinâmicos e

⁷³ <http://www.anmp.pt/munp/mun/mus102w2.php?Scod=88> (23/03/07).

simultaneamente autónomos, pois a partir dos resultados da experiência e das ideias exógenas podem estruturar outras novas.

A coordenação destas actividades pelo ecomuseu funciona como factor de desenvolvimento e de equilíbrio, garantindo também a realização das iniciativas propostas. Estas são dirigidas principalmente à população local apesar de, cada vez mais, se capitalizarem os eventos com o fim de atrair turistas.

O turismo é inegavelmente o elemento que pode proporcionar uma base de sustentabilidade maior e mais imediata à sobrevivência cultural e económica local, actuando como ponto de partida para o desenvolvimento de outras estruturas que sem a dinâmica causada pelas actividades turísticas não teriam razão de existir. É através do seu fomento que se procurarão melhorar os acessos, reduzir a emigração, aumentar a capacidade de reivindicação perante o poder central (Teixeira, 2005, p. 38) e potenciar o comércio de produtos locais.

No que se refere à cooperação inter-museística é de notar o estabelecimento de pontuais ligações em rede entre este ecomuseu, o Museu Aberto de Calvos de Randín e o Museu Etnológico de Ribadavia, o que indica a existência de um dinamismo e uma cooperação crescentes entre o norte de Portugal e a Galiza. Nesta última desenvolve-se mais trabalho no âmbito da protecção e promoção do património imaterial, pela razão de que parecem ser mais os museus galegos que a ele se dedicam que os do Norte português, região na qual se destaca, no que se refere ao trabalho com este património, o Ecomuseu de Barroso.

A dita cooperação, que patenteia a passagem da necessidade de defesa que obrigou à construção medieval de redutos defensivos à dissolução de fronteiras políticas, culturais, sociais, económicas e mesmo territoriais – veja-se o exemplo do Couto Mixto (província de Ourense) e dos Povos Promíscuos (Tourém, Soutelinho da Raia e Lama de Arcos) – entre Estados, é uma das acções que se insere no princípio de ligações transfronteiriças que a candidatura do património imaterial galego-português propõe (apesar de não se referir em específico a este género de cooperação entre museus). É uma dimensão mais alargada da estrutura comunitária aldeã, rural e baseada em relações estreitas e na inter-ajuda como forma de vivência e de sobrevivência. De resto, não se esqueça que grande parte das estruturas protegidas, dinamizadas e promovidas pelo Ecomuseu são locais de manifestação de costumes comunitários: lavadouros, forjas, moinhos, fornos, azenhas, pisões, baldios, fojos, cortes de bois...

De acordo com a conversa levada a cabo com o director do Ecomuseu de Barroso, David Teixeira, e com o antropólogo encarregue de fazer parte do trabalho de recolha de património imaterial, José João Sardinha, a 9 de Abril de 2007, as iniciativas desenvolvidas por esta instituição conferem um papel de grande importância ao património imaterial na estratégia e na missão do museu, sobretudo por se tratar de um museu de território. Por esta razão conceitos como o espaço, o contexto social e o tempo tornam-se os quadros das vivências humanas, manifestadas em matéria e em abstracção. Consequentemente, o ecomuseu promove actividades ligadas àquilo que se integrou desde tempos mais ou menos remotos (não sendo de esquecer neste ponto a noção de “invenção das tradições” (Hobsbawm & Ranger, 2002), que aqui se pode aplicar) na vida dos habitantes da zona do Barroso. Pode mencionar-se, a título de exemplo, a “queima do Judas”, realizada no mês de Abril, altura em que se encenam partes de mitos e crenças populares, assim como Carnaval, o cantar dos Reis, os cantares ao desafio, a segada e a malhada do centeio, o magusto, a matança do porco e os cantares de Natal. Note-se a subjugação dos eventos à cronologia: evidencia-se a ligação, tão falada na candidatura em estudo, da acção do ser humano quando vive quase em exclusivo do que a terra lhe dá, ao calendário da Natureza representado nos museus do território.

De aí que, mesmo as festividades inseridas num quadro religioso actual, mas tidas como de raiz e essência pré-cristãs, se realizem em datas determinadas que um dia tiveram um significado e uma razão diferentes. O caso da comemoração mediática das sextas-feiras 13 em Montalegre reforça as últimas afirmações que fizemos, apesar de ter um enquadramento diferente. Embora existam convicções com raízes imemoriais relacionadas com esta data foi com o aparecimento do ecomuseu que se começaram a criar rituais para a sua visualização como acto social. O objectivo foi a dinamização cultural e turística das pessoas e do local, utilizando como ponto de partida o “esconjuro da queimada”, importado da Galiza pelo Padre António Fontes.



Imagem 5 Padre Fontes. Fonte: Baptista, 2006, p. 80.

Esta representação, que consiste numa reza dita enquanto se confecciona uma “mistela” ou “queimada” (aguardente, açúcar, vinho tinto, grãos de café, sumo de limão e maçã picada) bebida no final pelos presentes para que fiquem purificados, foi inicialmente (em Montalegre) um elemento de animação de jantares de grupo, sendo por conseguinte uma declarada encenação sem fundamentos histórico-sociais na zona do Barroso mas que, por aludir a um mito colectivo internacional sobre o qual se escreve, canta e realizam filmes e uma infinidade de outros espectáculos que atingem uma sociedade globalizada, teve e tem um sucesso notável nos moldes apresentados em Montalegre, que recebe entre 1 500 e 7 000 visitantes por evento. Desde a manifestação inicial em restaurantes aumentou-se a escala da encenação e o número de actores, o lugar da representação passou a ser a vila de Montalegre em geral com o cenário principal no castelo (ingrediente fundamental para o sucesso), mantendo-se a realização do “esconjuro” pelo Padre Fontes.

É digno de nota o percurso do hábito de tomar a “mistela” e dos significados de que se foi revestindo até à prática nas sextas-feiras 13 em Montalegre. Foi inicialmente uma bebida semi-medicinal na Galiza, utilizada para activar a circulação e contra resfriados. Os emigrantes galegos, particularmente os que se estabeleceram em Madrid, continuaram a bebê-la. Contudo o contexto era outro, pois tomavam a bebida em conjunto, quando se reuniam para conversar e relembrar a terra natal. A bebida da

“queimada” tornou-se assim um referente identitário, um símbolo que remete à Galiza e que se associou a outros como os esconjuros contra as *meigas*⁷⁴. Este simbolismo fortaleceu-se de tal modo que a “queimada” foi tomada de empréstimo pelos vizinhos portugueses numa tentativa conseguir constituir um elemento identitário, como aconteceu com o Padre António Fontes e a celebração costumeira dos Dias das Bruxas dinamizada pelo ecomuseu de Montalegre.



Imagem 6 Sexta-feira 13 – representação no castelo de Montalegre. Fonte: Baptista, 2006, p. 85.

Na formação directa que é apanágio tanto da missão museológica em geral como da candidatura do património imaterial galego-português destacam-se as actividades dirigidas aos mais jovens, desde a dedicação de um dia às escolas primárias, dia em que se fala do património da região aos alunos e posteriormente se sugerem actividades que os façam relacionar o que aprenderam com o seu contexto (i. e., identificar realidades ouvidas com as materiais, que fazem parte do seu dia-a-dia, da sua existência e dos sítios em que vivem e se movem), ao seguimento de antigos trilhos de lobos, de Pitões

⁷⁴ X. González Reboredo em <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, pp. 230 e 231 (25/02/08).

das Júnias a Parada, a visitas orientadas para as energias alternativas (passagem pela albufeira do Alto Rabagão, pelo Parque Eólico do Barroso, pela aldeia de Paredes – que possui moinhos recuperados –, pelo pisão centenário, um dínamo e o moinho) e o circuito do Fojo do Lobo de Avelar, que inclui a passagem por um carvalhal que é velho de mais de 100 anos.

As formas como se desenrolavam actividades como o processo de produção de pão, da matança do porco e feitura de enchidos, da transformação de lã em burel, da relação com os lobos e outras, que são conhecidas e praticadas (apesar de em alguns casos apenas residualmente) ainda pelas pessoas de mais idade, são preservadas e recuperadas de maneira não só a perpetuar e transmitir os costumes como também a cativar turistas nacionais e estrangeiros, através da divulgação de hábitos que permaneciam até tempos recentes no estrito âmbito de algumas aglomerações populacionais (aldeias ou vilas), estendendo-se eventualmente a zonas mais alargadas dentro da região.

O ecomuseu actua assim como dinamizador cultural do Barroso; a esta dimensão acrescentam-se ainda as repercussões a nível económico, este necessária e estreitamente ligado ao cultural e à sua dimensão imaterial, visto que actividades que implicam “saber fazer” como o fabrico de fumeiro e de pão, técnicas de cultivo, etc., servem de sustento à população e estão ser tornadas “objectos” turísticos, por meio tanto do convite para serem observados na sua confecção como para a compra dos produtos finais.

A agricultura de subsistência e todas as actividades relacionadas estão a ser transformadas numa forma de comércio, o que permite o sustento dos autóctones pela continuidade dos hábitos que desenvolveram na sua relação com o meio ambiente e simultaneamente a sua preservação, com alterações pontuais que são necessárias para adaptação ao tempo em curso.

Colocam-se contudo alguns entraves, resultantes da globalização: as normas da União Europeia relativas às condições de produção fazem com que muitos dos aspectos que fazem e faziam parte desta mesma produção se percam; o fumeiro, por exemplo, não pode ser feito nas casas particulares, tornando-se necessária uma cozinha externa que corresponda a todas as regras impostas para que se dê a permissão de venda. Como consequência, o processo social deixa de existir, quanto mais não seja pela eliminação da sequência matança do porco, com a participação dos familiares e dos vizinhos mais próximos, celebração decorrente e feitura em sociedade (maioritariamente por mulheres, enquanto que a tarefa de matar o porco era responsabilidade masculina) dos enchidos e restantes elementos do fumeiro.

Grandes apostas do ecomuseu são as rotas do contrabando, dinamizadas em Tourém e Vilar de Perdizes, duas das localidades com maior importância neste âmbito. Estas rotas e as histórias subsequentes conhecem-se através dos relatos de pessoas que participaram nas actividades de contrabando. No domínio da recuperação através da memória encontra-se também o projecto de recuperação da já mencionada “corte do boi” da aldeia de Tourém. Esta acção, como todas as demais do género, corresponde à reactivação simbólica de um edifício que se revestiu de extrema importância para a vida social da povoação, e conseqüente verificação do valor memorial colectivo, tal como afirma Marc Guillaume (2005, p. 83). A sensação de pertença a todos e cada um vai de encontro ao já falado propósito do ecomuseu, que assim re-identifica os habitantes com o seu contexto ou *oikos* através de uma reinterpretação, o mais fiel possível, daquilo que fez parte da sua vida ou da dos seus antepassados, e constitui uma raiz a ser preservada sob pena de perda de referências de origem. Este facto é apontado num dos documentários realizados pelo ecomuseu, em que os filhos de emigrantes dizem com orgulho que podem afirmar saber quais são as suas origens, a sua terra, que os seus pais são da mesma aldeia, com costumes ancestrais; assim se solidifica o sentimento de pertença e de possessão de um local de referência.

O documentário supra-mencionado enquadra-se numa das iniciativas do ecomuseu, a de realizar alguns filmes-documentário⁷⁵ para mostrar as características próprias da zona, ilustrativos de costumes e actividades realizados quase exclusivamente no contexto rural, algumas das quais extintas ou em via de desaparecimento: o dialecto dos “da Volta”, o ciclo da feitura do pão, a matança do porco e conseqüente elaboração de fumeiro, o costume do “boi do povo” e as chegadas de bois, o contrabando e relações de fronteira, o Carnaval, as festas religiosas (Nossa Senhora da Saúde em Vilar de Perdizes), inserindo-se neste conjunto também um pequeno documentário sobre a emigração, uma das mais fortes condicionantes das mutações culturais e económicas verificadas na região (como, aliás, em muitas outras do País). Particularmente neste último é destacado o antagonismo entre os mais velhos e os mais jovens, sendo a mundivisão destes claramente marcada pela vida própria de emigrante, sobretudo de um emigrante que nasceu no estrangeiro ou lá viveu quase toda a sua vida.

As chegadas de bois são o costume mais emblemático do Barroso (confronto de dois bois, os “bois do povo”, representando cada um uma aldeia) e no documentário sobre

⁷⁵ Documentos inéditos, cedidos pelo ecomuseu.

este assunto são evidentes as mutações que esta tradição sofreu, e apesar de já não ter a importância social de outros tempos continua a ser o costume que singulariza o Barroso, sendo relatado pela rádio pelo Sr. Fernando do Barracão (Teixeira, 2005, p. 98).

O modo de realização destes vídeos constitui uma das formas de perceber a perspectiva que o ecomuseu possui sobre o património imaterial, não sendo de descurar a observação que merecem os pormenores escolhidos para figurarem nestes documentários que pretendem apresentar a cultura local a quem é de fora. De facto, neles se percebe a essência do que é o património imaterial e o que este é para as populações, os informantes, e para os demais, que se encontram no lugar de observadores e têm diversas posições segundo sejam familiares ou parentes dos informantes, vizinhos ou visitantes.

Numa visita a 19 de Agosto de 2007 ao então recentemente inaugurado pólo do ecomuseu em Pitões das Júnias, que está organizado segundo um discurso formal e de conteúdos que apresenta os elementos etnográficos à semelhança de alguns vizinhos museus galegos de que falaremos em altura própria, tive oportunidade de observar reacções emotivas de muitos visitantes com ligações à localidade perante determinados objectos que fizeram parte, ou aludiam a vivências e pessoas conhecidas.

Mais que uma elaboração museológica mais ou menos actualizada ou conforme a tendências científicas que pudessem fornecer soluções consideradas mais adequadas à transmissão de conteúdos ou esteticamente mais apelativas foi a fotografia do filho da padeira que trabalha no forno comunitário que lhe tornou o espaço museológico excelente, foi a revisão de faces guardadas na memória que tornaram as exposições deste núcleo especiais, apelativas, únicas. Talvez se outras fossem as morfologias de apresentação não se criariam laços emotivos tão fortes e a qualidade, subjectiva por natureza, seria considerada bastante menor pelos públicos deste pólo museológico. Segundo as palavras escritas pelo director do ecomuseu a uma das questões que lhe foram colocadas por e-mail, “durante os trabalhos de recolha e limpeza das peças fomos notando que existia alguma desconfiança perante a ideia de abertura do museu. As pessoas estavam renitentes em doar as peças e não foi fácil o seu envolvimento e participação. *Já fomos muitas vezes enganados* dizem – *dizem que fazem exposições e depois ninguém mais vê as peças.*”

Só nos dias anteriores à abertura apareceram as melhores peças. Foi o momento em que eles acreditaram que aquele espaço era deles e para eles e se mobilizaram, orgulhosos”.

A opção foi então a de fazer um discurso museológico que correspondesse às

expectativas da população através de fotografias de locais e pessoas que fizeram parte da história da comunidade e identificação dos proprietários dos bens doados. “Neste momento são as pessoas que lá levam familiares e amigos e fazem muitas vezes de guias. Têm uma vontade maior de recuperar a imagem da aldeia.” São uma vez mais palavras do director, que assim descreve os processos locais de apropriação patrimonial e mostra que o museu do território é encarado como uma extensão dos âmbitos de vivência quotidiana de cada um dos componentes da comunidade. O edifício reutilizado para “casa de memória” (é interessante a coincidência de ser a antiga corte do boi do povo, símbolo da coesão comunitária) substitui assim os depositários de memórias, os anciãos que viviam em cada casa da aldeia e que transmitiam saberes, vivências e histórias a quem os rodeava e tinha interesse nesse património intangível. Numa vertente economicista esta dinâmica patrimonial traduz-se no aumento do movimento na hotelaria e restauração e na venda de publicações e produtos de origem local, aspectos tão mais importantes por se verificarem numa zona de índice demográfico muito baixo e com uma população envelhecida.

No âmbito directo daquilo que se entende como património imaterial o ecomuseu tem previstas iniciativas como estudos sobre a importância da água na vida dos habitantes da região, lendas, tradições, saberes, farmacopeia, medicina e mitologias populares, a mulher barroã, a vida tradicional e a gastronomia locais. Ainda nesta linha são também de realçar os previstos sítios para ver e aprender as técnicas, os saberes e os modos de fazer tradicionais e os pontos de interpretação do ambiente e da cultura da zona, assim como a recuperação das mercearias de aldeia que podem fornecer ingredientes para a confecção de pratos tradicionais que se proporcionarão, por exemplo, como parte de percursos temáticos, e ainda alguns elementos que integrarão a estrutura da futura sede do ecomuseu: uma “sala dos cinco sentidos” para descoberta do Barroso e uma “sala do simbólico”. A recuperação prevista para o pisão de Tabuadela, que se tornaria um pólo vivo do ecomuseu com um pisoeiro a trabalhar no local, que seria um centro de demonstração do ciclo da lã e o projecto virtual “Barroso e suas histórias de vida” (a que se dará o nome de Museu da Pessoa) são outras iniciativas que mostram o trabalho do ecomuseu com o património imaterial (Teixeira, 2005: 56, 65, 75, 76, 89, 92-94).

No que diz respeito à ligação entre o ecomuseu e o processo de elaboração da candidatura do património imaterial galego-português à UNESCO, refere o director do ecomuseu que esta motivou o trabalho da instituição sobre o mesmo património, e fez cruzar as pessoas que estavam a elaborar a candidatura e as que estavam a trabalhar o

património imaterial, do que resultou a cooperação para o levantamento do património que seria inserido na candidatura e a dinamização de actividades ligadas ao património imaterial como as transmissões de rádio efectuadas pela associação Ponte...nas Ondas!, nas quais o ecomuseu participa.

Papel similar de dinamização cultural e económica através do património imaterial desempenham também outros museus, como o Museu Agrícola de Entre Douro e Minho⁷⁶, servindo-se deste capital para tentar criar um conjunto de estruturas turísticas de modo a criar condições para a fixação de população nas regiões interiores que têm tendência para a desertificação. Uma vez mais se coloca a tónica no turismo, que se pretende ecológico e preservador de todas as qualidades culturais e sociais dos sítios; esta é uma das formas de enquadrar o desenvolvimento das zonas menos povoadas, constituindo um chamariz que apela a um retorno “virtual” a épocas anteriores à actual através da visita, estada e conhecimento mais ou menos aprofundado dos costumes, das gentes e do ambiente sentido como se estivesse despidido dos elementos mais marcantes da sociedade industrializada e mediatizada do século XXI. Ou seja: o património imaterial tende a ser trabalhado pelos museus de maneira a criar um reduto preservado de evolução uniforme e globalizada, semelhante à que se verifica na maior parte do mundo presente, e este reduto afirma-se pela diferença, pelo antagonismo para com determinadas posturas do mundo contemporâneo e pela educação que proporciona para alterar a continuidade destas mesmas posturas. As dificuldades que os museus encontram na tentativa de preservação e afirmação são-lhes colocadas precisamente pelo ritmo evolutivo maioritário que, a par da vontade de preservar as raízes, pretende auferir de vantagens e lucros, assim como impor normas que não permitem a sobrevivência de técnicas, saberes, habilidades e costumes praticadas no passado; cria-se deste modo uma situação paradoxal.

- **Sistema de inventário e gestão documental do Ecomuseu de Barroso**

O Ecomuseu de Barroso fez uma parceria com a Universidade Fernando Pessoa, do Porto, cujos centros CEAA (Centro de Estudos de Antropologia Aplicada) e CEREM (Centro de Estudos e Recursos Multimediáticos) foram encarregues de desenvolver um

⁷⁶ http://www.min-agricultura.pt/oportal/extcnt/docs/FOLDER/MEDIATECA/MADRPCNT_BOLETINS/MADRPCNT_BLT_REV_EDM/6.PDF (16/04/07).

software adequado ao inventário e gestão do património material e imaterial que faz parte do acervo do museu (parcialmente acessível em <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl>) Esta iniciativa realizou-se por não existir sistema de inventário e gestão documental que correspondesse às necessidades sentidas por ambas instituições no âmbito do trabalho a desenvolver com os elementos inventariados. A criação de um *software* próprio permitiu a adequação às características inerentes ao património em questão e a gestão de acordo com a política do ecomuseu. Considerando que este inventário tem como objectivo também a consulta pública, uma organização geral mais perceptível e coerente e menos complexa da que se encontra disponível *online* seria aconselhável. O apuramento técnico e científico (exactidão da informação inserida, maior quantidade, mais pormenorizada, com critérios evidentes de inserção) e de apresentação (construção frásica, pontuação, correcção ortográfica) do resultado final da inventariação às pessoas sem acesso privilegiado são pontos fracos numa base de dados universalmente acessível que poderia adquirir uma importância basilar no valor conferido ao património local material e imaterial.

3.2.2 O caso dos museus galegos

Na Galiza os museus que tratam o património imaterial são sobretudo de três tipos: a) os etnográficos, em que os visitantes não saem do papel de observadores; b) os museus da corrente da Nova Museologia; e c), os “museus dialógicos”, os “de ruptura” e os “de comunidade” (Pereiro Pérez & Vilar Álvarez, 2002, pp. 7 e 8). Como se pode verificar, a evolução conceptual que representaram os das duas últimas tipologias (que coexistem com os da primeira) é significativa do aumento de importância que os visitantes passaram a ter, e com eles toda a cultura viva de que são depositários. Assim, a interacção favorece ambos os lados, uma vez que há um intercâmbio de conhecimentos, mundivisões e técnicas de apropriação do meio envolvente.

Retomando a questão da intervenção política cito dois autores, Xerardo Pereiro Pérez e Manuel Vilar Álvarez (2002, p. 29), no que diz respeito a este assunto: *Es vox populi que algunos museos lo son por presiones y apropiaciones políticas y no por los méritos y disposición de sus colecciones*. O que vem confirmar o que já se disse sobre o assunto, homogeneizando os panoramas galego e português.

Os autores citados apresentam ainda dois exemplos de “museus” comunitários galegos (o dos “Amigos da Feira” de Castro de Rei, Lugo, e o “Museo etnográfico vecinal” de Ponte do Porto, Camariñas) – ditos museus porque entendidos pela comunidade como tais – em que a função é essencialmente de construir o que caracteriza as comunidades e a sua dimensão simbólica, por contraposto aos “outros” ou ao Outro, e um terceiro caso (Museo etnográfico del Alfar, Buño – A Coruña) em que a estreiteza de relações entre os poderes políticos (Diputación de Coruña) e a entidade que criou o museu (Fundación Comarcal de Bergantiños) lhe conferiu uma dimensão diferente, em que o investimento turístico procurou impôr-se em adição ao também contemplado papel social da instituição museística. *Si en los primeros ejemplos, la tensión identitária sociocéntrica local (Clifford, 1999: 155) es clave para entender la creación de un “museo etnográfico”, su no-reconocimiento “oficial” por parte de las administraciones públicas deriva del hecho de no querer someterse al control y a la apropiación política; se quiere ser “un museo do pobo para o pobo”.* Acrescentam ainda os autores, no que se refere à realidade museística galega, que na validação destas instituições primam os critérios políticos sobre os educativos, científicos e de desenvolvimento (Pereiro Pérez & Vilar Álvarez, 2002, pp. 11 e 12).

De acordo com o que tem vindo a ser mencionado pode-se então concluir que na Galiza o movimento que deu origem à tomada de consciência e de importância do património imaterial e das manifestações de cultura viva – que cresce progressivamente, pelo que tem vindo a ser observado – enraiza-se nas populações rurais, que através da preservação e da promoção para si, sem preocupações de difusão, se vai apercebendo de dimensões da sua cultura e as procura de algum modo cristalizar, apesar de na maioria dos casos faltar o instrumento interpretativo fundamental. Mas aqui o que me parece mais importante é a visão endógena deste património, material e intangível (porque estreitamente ligados), que proporciona o que a UNESCO considera como um dos critérios para a admissibilidade a candidaturas de património imaterial da Humanidade: o facto de a própria comunidade se considerar detentora de um património valorizável e em risco. Ou seja, encontramos-nos perante uma realidade com duas vertentes: a da autonomia cultural, que potenciou o surgimento da dinâmica relativa ao património imaterial, e a da legitimação cultural, em que são organismos como os estatais, entre outros, a conferir validade a iniciativas e patrimonializações, em que os critérios podem ser contestados por falta de objectividade e isenção.

No que se refere aos objectivos da candidatura, particularmente à justificação de interacção com o meio ambiente, salienta-se a criação já antes da década de 70 de 1900 dos Museos de Arte y Costumbres Populares: o da Montanha (Cebreiro), o do Vale (Ribadavia, Orense) e o da Costa (Combarro, Pontevedra), com o fundamento de ilustrar as três formas de vida galegas reguladas pelo contexto físico. Numa outra vertente, que no projecto foi controversa e se apresentou como causa da não classificação do património imaterial galego-português, encontra-se a questão da emigração e da disseminação patrimonial por esta via. Apesar de ter sido ponto de honra dos promotores do projecto, parece verificar-se nos museus uma quase ausência de referências à emigração galega para as Caraíbas, por exemplo (Pereiro Pérez & Vilar Álvarez, 2002, pp. 12 e 13), e pode-se deduzir que também estará pouco aprofundado o estudo desta realidade no sentido da sua projecção em equipamentos culturais. Deve-se realçar a perspectiva de Pérez e Álvarez, que dizem serem as auto-imagens dos museus etnográficos galegos dotadas de características como o atraso tecnológico, o ruralismo, o estatismo, o essencialismo e o masculinismo (devido à menor frequência com que aparecem as representações femininas e à atribuição de espaços, maioritariamente domésticos às mulheres e de trabalho exterior aos homens) (Pereiro Pérez & Vilar Álvarez, 2002, pp. 13 e 14). Sendo esta uma visão de académicos, é oposta à da maior parte dos criadores/ promotores dos museus ou colecções, que encaram os mencionados aspectos (ou a maioria deles) como o seu passado, ou mesmo presente, precisamente o que se deve mostrar por ser a herança, o património, o que atesta a existência de raízes antigas e sólidas. O que pode ser entendido como cristalização por uns é o orgulho de outros em manter essas heranças e mostrar que não foram esquecidas, que valeu a pena o esforço transmissivo geracional. Outra perspectiva ainda se pode considerar, mencionada também pelos autores supra-ditos: a de que estas imagens são criadas e promovidas por camadas urbanas, com uma relação mais ou menos próxima ao rural e que afecta saudosismo, uma vontade de possuir referências para que não se sinta o desenraizamento de que no documentário do Ecomuseu de Barroso referente à emigração fala um jovem, a propósito de outros emigrantes. Ao contrário dele, não têm um pai, uma mãe, avós e demais antepassados originários de uma mesma e única localidade, com um rasto pessoal e temporal definido e fácil de seguir.

As mudanças sociais ocorridas desde as épocas em que primava a vida rural e que provocaram o surgimento de quadros em que é impossível aplicar simplesmente a

dicotomia rural/ urbano, sobretudo quando se pensa que houve migrações citadinas para sítios rurais e vice-versa: são processos sociais não parecem ser muito contemplados nos museus galegos de etnografia, que optam por remeter através dos objectos para a ideia de um mundo rural em que se cristalizaram o conservadorismo, a religiosidade, a vida “primitiva” e simples e o agrário. Estas características interessam, porque se coadunam com a essência do projecto de candidatura em análise, o que levanta uma questão: projecta esta candidatura do património imaterial galego-português formas desactualizadas, quando um dos seus objectivos é fazer valer as manifestações patrimoniais vivas contemplando todas as suas dimensões e evolução das mesmas até ao tempo presente? Esta é uma interrogação que só poderá ser respondida com um estudo aprofundado e exaustivo das manifestações vivas propostas, verificando-se então se visões recentes idealizadas não desestruturaram, reestruturaram e descontextualizaram por qualquer razão do tempo e da História elementos e manifestações de património imaterial para corresponder a parâmetros que na altura deste tratamento o revestissem de maior interesse que o tido até essa data. Nomeadamente, com a finalidade de criar políticas para atrair de forma progressiva e crescente o turismo, considerando que a “pureza” (estatismo, cristalização no tempo) é mais atractiva e perceptível que a complexidade e a indefinição (demonstração clara do progresso cronológico e de todas as cargas consequentemente apostas às manifestações).

Os emigrantes da Galiza teriam responsabilidade na imagem que foi projectada do atraso da tecnologia agrária desta nação, que além de convencer os não-Galegos convenceu igualmente alguns dos nacionais, e é assim que a generalidade dos museus galegos (exceptuando os museus de Ribadavia e Allariz) parece fazer uma etnografia do que se perde e que exclui o que entretanto se vai ganhando, resultando na apresentação de um mundo campestre em que as técnicas de agricultura são as anteriores à desagrarização do tempo presente, numa projecção saudosista. Nesta se enquadra a promoção de manifestações do património imaterial em perigo eminente de extinção como as sementeiras, as matanças e o fumeiro manuais que pretendem cumprir através do patentear das imutabilidade das raízes, o esforço de responder à questão “o que é ser galego?”, conceito director nos museus da Galiza. O que é frisado de modo contínuo pelos autores galegos que temos vindo a mencionar é que a relação com “os outros” é um factor fundamental na construção da identidade deste povo, relação esta que contudo parece não ser suficiente e eficazmente ilustrada nos museus de etnografia pelo dito cristalizar dos conceitos e objectos expostos, que não são questionados, assim como

pela “instrumentalização política” e pelo turismo mal orientado. “*Museos de microidentidad*”, aliados à concepção física e psicológica da demarcação comarcal: será esta uma caracterização possível do panorama museístico etnográfico da Galiza, do que trata ou tem condições para tratar melhor o património imaterial. Não deixa de ser curioso o paradoxo que assim se cria: a aliança da Galiza (cujas instituições transmissoras e intérpretes de cultura aparentam pouca abertura a ligações “relacionais e transnacionais”) com Portugal. Este país, apesar de não ter estudos críticos sobre a matéria como acontece na Galiza, oferece um panorama bastante similar – pelo que me foi dado ver e salvaguardando as exceções – numa candidatura multinacional que, apesar de privilegiar a promoção do património imaterial através de pessoas e organismos sociais, não pode ignorar que os museus são veículos essenciais (Pereiro Pérez & Vilar Álvarez, 2002, pp. 14, 15, 16, 18 e 19).

- **Museo Aberto do Couto Mixto de Calvos de Randín**



Imagem 3 Uma das placas que assinalam a entrada no território do Museo Aberto do Couto Mixto. Fonte: www.coutomixto.org (24/12/07).

Tratando-se de um museu de reduzidas dimensões e de abrangência territorial de acção menor do que outros museus galegos que se destacaram no trabalho do património imaterial (como o Museo Etnolóxico de Ribadavia e o Museo do Pobo Gallego), o Museo Aberto do Couto Mixto de Calvos de Randín é um caso de estudo relevante no contexto da análise que se tem vindo a efectuar, devido às mencionadas especificidades e às formas que encontra para as capitalizar num trabalho desenvolvido segundo os parâmetros de um museu do território.

Atente-se na denominação escolhida: três palavras (Aberto e Couto Mixto) indicam o princípio de comunicação, de vontade de esbater qualquer fronteira, física ou mental, que possa existir, além de todo o peso histórico e conceptual que o Couto Mixto contém. O museu, implantado em 2000, engloba as povoações de raiz medieval denominadas Santiago, Rubiás e Meaus (municípios de Calvos de Randín e Baltar, Ourense) e *“Este museo son as tres poboacións en si”, explica González, “vense casas abandonadas que son auténticas xoias, e construcións singulares coma a antiga casa do xuíz, o banco, a antiga casa da botica de Meaus ou comercios que aínda se conservan”. Ademais de singulares igrexas coma a de Santiago, que conta cunha capela románica con destacadas pinturas murais ou a de Meaus, que posúe uns impresionantes e orixinais retablos barrocos. “Estamos mirando agora [2004] de facer tamén un museo etnográfico, onde se poidan ver todos os elementos que se conservan do Couto, coma a arca, e onde tamén se poidan consultar todas as publicacións realizadas sobre esta zona”⁷⁷.*

No seu papel de museu do territorio, engloba as estruturas e os habitantes, numa lógica de complementaridade.

Enquanto antiga estrutura político-administrativa tornou-se também um ponto de força na criação do novo discurso comunitário euroregional, (Medeiros, 2006, p. 31) com valor acrescido pelas especificidades que possuía e seguidamente mencionarei.

O Couto Mixto foi extinto em 1864, pelo Tratado de Lisboa, que simultaneamente eliminou uma característica que é agora valorizada neste museu: o caminho privilegiado, onde não se cobravam impostos, taxas ou qualquer portagem a quem nele transitava, e por ele se transportavam tabaco, sal e azeite.

Detenhamo-nos agora no processo de criação deste museu e na sua essência, informação apurada em grande parte pela entrevista a Cesáreo González Veloso, presidente da Associação dinamizadora do museu. Nascido da iniciativa de um grupo de vizinhos (Asociación de Veciños do Couto Mixto), que decidiram criar uma página na Internet (<http://coutomixto.org/>) e fazer t-shirts com a imagem do “arcão”, arca com fechadura tripla para que apenas pudesse ser aberta pelos representantes das três localidades em simultâneo, ícone do Couto Mixto para iniciar a promoção do Couto.

A disponibilização de guias a quem queira visitar o território, alguns com formação em *obradoiros* (actividades de formação profissional básica) – onde se instruem igualmente

⁷⁷ <http://www.culturagalega.org/temadia.php?id=5233> (27/05/07).

outras pessoas, desempregadas, que colaboram no projecto do museu – demonstram preocupação dos próprios habitantes em transmitir claramente o que é o Couto Mixto. Notável é o processo de recrutamento e formação, já mencionado: o museu cumpre a sua função de sustentáculo comunitário ao ocupar, enriquecer cultural e intelectualmente e fornecer uma oportunidade de emprego a quem não o tem. É assim, verdadeiramente, um museu de território e da comunidade.

Curiosa é a utilização do termo museu neste contexto, que deve ter sido usado com mais segurança e ênfase a partir da recepção de um prémio em 2002, atribuído pelo Xurado de Iniciativas Culturais da Galiza às três aldeias do Couto Mixto, sendo as razões a “recuperación da autoestima e memoria histórica como parte de un espacio xeográfico e cultural, favoreceren o reencontro da convivencia entre a Galicia e Portugal a partir das raíces comuns, e por recuperaren unha manifestación de riqueza antropológica e cultural que, neste caso, é un exemplo de mestizaxe cultural”⁷⁸.

Por um lado, o emprego do termo mostra a vontade de ver universalmente reconhecido, sem margem para contestação, um determinado património, o que reforça o papel da instituição museística como legitimadora daquilo que contém, interpreta, estuda e expõe (importante sobretudo por resultar de uma iniciativa “vicinal” e não da administração local ou central); por outro o alargamento psicológico do termo, triunfo da Nova Museologia que se manifesta através de uma utilização (talvez inconsciente) dos princípios pelos detentores patrimoniais de um dos lados interessados (Galiza) para a identificação e reconstituição de uma realidade que no tempo presente não existe. Ou seja, a palavra museu legitima vontades, interpretações e elementos do passado que de outro modo seriam desvalorizados e esquecidos.

É um museu que se insere na mesma linha de acção do Ecomuseu de Barroso (não apresentando contudo um trabalho tão estruturado e de tão grande dimensão), resultando de uma iniciativa privada mas que lida com as especificidades sociais do território onde se insere da forma que encontrou como sendo a mais viável e adequada; assim se evidencia o facto de no seio da euroregião serem necessárias soluções muito diversas umas das outras para atingir objectivos semelhantes.

O Museo Aberto é assim um projecto similar ao da candidatura, resultado de uma acção que partiu dos interessados e que pretende não só valorizar o território de manifestação do património em questão como reforçar os laços de união e identificação culturais

⁷⁸ <http://www.coutomixto.org/premio.htm> (24/12/07).

(“mestizaxe”) com o território português confinante. Estes não quiseram esperar que a iniciativa partisse de fora (o reconhecimento já existia, fruto do estudo e trabalho de campo académicos) e antes que fosse tarde demais decidiram tomar medidas de valorização e difusão.

- **Museo Etnolóxico de Ribadavia**

Criado em 1969, socorre-se dos testemunhos orais e de imagens de objectos enquanto mediadores de experiências pessoais e comunitárias para transmitir conceitos relacionados com o património imaterial constante da cultura galega. A razão de existir do Museu prende-se com a vontade de preservação das manifestações culturais relacionadas com o trabalho agrícola e o saber dos ofícios. Pode mencionar-se o registo documental de cerca de 800 entrevistas como uma das mais significativas acções levadas a cabo. É uma das ferramentas mais interessantes deste museu e forma um fundo de documentação oral etnohistórica ⁷⁹.

Sendo uma instituição mais “expositiva” que o interventivo Ecomuseu de Barroso, coloca a tónica, de igual forma, na interacção com os detentores de património. Julguei relevante a menção a este museu por ser dos que mais se destaca na Galiza no que diz respeito à temática tratada; podem ilustrar-se assim soluções institucionais de encarar e trabalhar o património imaterial na euroregião.

Diga-se ainda que está em fase de projecto o Museo Galego do Vinho, que será dependente do Etnolóxico de Ribadavia e que terá como prioridade o tratamento da temática do vinho considerando a estreita ligação do Homem à Natureza e ao seu contexto específico (Pulgar Sabín, Vol. III, pp. 138-141), numa revisitação do conceito de museu do território.

- **Museo do Pobo Gallego**

Fundado em 1976, este museu é na Galiza um dos que mais se evidencia na vocação dirigida para o trabalho com as manifestações populares e as integra num discurso expositivo de certa forma estanque, porque atribui a cada tipologia de manifestação uma

⁷⁹ <http://www.cgmuseos.org/ribadavia.html> (25/12/07).

sala de exposição, mas que procura simultaneamente articular todas estas manifestações, diversificadas, num discurso estruturado.

Enquadrado nas iniciativas que pretenderam realçar e afirmar a identidade do povo galego – tendo promovido, por exemplo, os “Encontros sobre o Feito Diferencial Galego” a partir de 1996 –, desenvolve a maioria das suas iniciativas nos âmbitos do meio natural ou meio ambiente e da cultura. Surgem assim as salas temáticas que no ilustram as diversas vertentes da vida popular, como a faina marítima, os ofícios, o campo, o traje, a música e dança, a sociedade, memória e tradição, os ofícios urbanos, o habitat e a arquitectura, a arqueologia e a pintura e escultura. Verifica-se que muitos dos temas tratados na candidatura encontram eco nos que são trabalhados por este museu, nomeadamente no que diz respeito à oralidade. É o caso tanto da linguagem relacionada com os ofícios: o “baralhete” dos amoladores, o “verbo dos arxinas” dos canteiros e o “cavaco” dos telheiros do Baixo Minho que trabalhavam na Galiza como o da música. Em comum entre o museu e a candidatura existem ainda as técnicas utilizadas nos trabalhos manuais (Pulgar Sabín, Vol. IV, pp. 30-36) e a promoção das actividades marítimas e todos os objectos, conceitos e manifestações associadas (Romero, 1992, p. 255).

Nesta instituição a cultura material é o principal suporte discursivo, sendo através da interpretação desta que se acede à imaterial; é este outro modo de ser apresentado e interpretado o património intangível, que complementa a total ausência de estruturas expositivas artificiais e exposição exclusiva do território do Museo Aberto de Calvos de Randín e a abordagem intermédia do Museu Etnolóxico de Ribadavia, em que a instituição funciona já como centro interpretativo da cultura laboral.

Numa reflexão final verifica-se que a memória desempenha um papel de relevo nesta conjuntura. A memória que reside em pessoas e não em objectos, sendo por conseguinte necessário equacionar o papel dos museus num caso em que os depositários de memória não são inertes e em que a própria memória (considerada como património) está sujeita a alterações contínuas – entre as quais a degradação e desaparecimento – que se desenrolam num âmbito em que é impossibilitada qualquer intervenção que vise travar estas alterações, na circunstância de serem consideradas prejudiciais. No entanto, não é desejável a preservação total e cristalizada da memória, pois conforme o caso

paradigmático de Ireneo Funes (*Funes el Memorioso*, Jorge Luís Borges⁸⁰), mencionando Michael Fehr (2000, p. 46), o excesso leva à “morte por sufocação”. Os museus deverão ter em relação a este património uma atitude de acompanhamento e suporte na sua evolução, a par de um registo cuidadoso da totalidade dos aspectos que ele possui em cada fase, não procurando cristalizar estes mesmos aspectos mas sim integrá-los num estudo orgânico que, como tudo o que faz parte da História, tem etapas e morfologias diversas no tempo e no espaço.

Pode também dizer-se que se assiste nos casos mencionados à concretização da reaproximação da Antropologia e dos museus, ocorrida a partir da década de 1980, em que estas instituições passaram a desenvolver um trabalho (no que se refere à Antropologia, bem entendido) mais focado nas ideias e nos temas do que nos objectos, sendo estes apenas o suporte material dos primeiros, que ganham protagonismo. Alice Duarte refere duas grandes exposições portuguesas que ilustram esta tendência: “Fado: Vozes e Sombras”, Museu Nacional de Etnologia, 1994, e “Memória da Amazónia”, Edifício da Alfândega, Porto, realizada no mesmo ano (Duarte, 1997, pp. 49 e 50).

Diga-se ainda que o Fado será apresentado em 2007 (data prevista)⁸¹ como candidato a património imaterial à UNESCO, tal como o património imaterial galego-português de que nos ocupamos neste trabalho o foi em 2005.

3.3 Promover o património imaterial: algumas propostas de actividades adicionais a desenvolver/ coordenar por museus no Norte de Portugal e na Galiza

- Estadias de curto e médio prazo em núcleos rurais, vivendo o visitante nesse período de tempo nas mesmas condições dos demais habitantes e participando nas suas actividades, de maneira a conhecer com toda a fidelidade o *modus vivendi* de cada comunidade. A validade desta iniciativa encontra-se na partilha que o visitante faz dos sentimentos, necessidades, limitações, recursos e mundividências das populações, sendo por isso o meio que melhor transmitirá a essência e as razões de ser do património imaterial das comunidades, mais que os relatos, os estudos teóricos e outras formas de transmissão de conhecimentos.

⁸⁰ <http://www.literatura.us/borges/funes.html> (12/12/07).

⁸¹ http://dn.sapo.pt/2005/08/05/artes/candidatura_a_unesco_2007.html (27/04/07).

- Organização de férias com actividades culturais e relacionadas com a Natureza, rentabilizando as infraestruturas existentes nas regiões e criando-se as que se viessem a tornar necessárias. A garantia de orientação por entidades competentes e a interacção com formas de viver ainda pouco alteradas com aspectos contemporâneos podem actuar como atractivo turístico para famílias (que valorizarão a contribuição educativa conferida pela estrutura global da oferta) e outros tipos de turistas.
- Criar espaços com percursos e exposições virtuais, em que o visitante selecciona o género e a quantidade de informação que pretende ver. Estes espaços virtuais funcionarão tanto como meios de captação turística de futuros visitantes como de apresentação do património galego-português a quem não tem possibilidade de deslocação aos museus, além de poderem disponibilizar gravações de momentos históricos únicos, que uma visita *in loco* não possibilita. Uma outra valência desta proposta é a de poder conjugar aspectos do património de diversas maneiras e assim mostrar ao visitante aspectos mais ocultos do património imaterial, que ao residir sobretudo na mente humana pode ser por vezes de difícil acesso e compreensão, especialmente para quem não pertence ao mesmo âmbito social, cultural e geográfico.
- A candidatura promove também as manifestações de património imaterial existentes nas diferentes partes do mundo onde emigrantes galegos e portugueses se fixaram: seria interessante articular estas manifestações (que entretanto se alteraram, como é natural) com as da Galiza e Portugal de maneira a ilustrar as mutações sofridas, as razões dessas mesmas mutações e as suas consequências sociais e culturais. Um dos documentários inéditos amavelmente cedidos pelo Ecomuseu de Barroso, cuja temática é a emigração, foca alguns destes aspectos, como já tive ocasião de mencionar. Contribuiria para a consolidação do projecto de classificação do património imaterial galego-português o elaborar de um produto consistente sobre este assunto, sobretudo porque foi um dos pontos fracos achados pela UNESCO na avaliação feita da candidatura: a variedade de manifestações propostas e a sua dispersão geográfica⁸². Uma acção neste sentido, levada a cabo numa cooperação entre associações, escolas, museus (há museus que se especializaram nas questões da emigração – ou estão em processo de –, como o Museu do Contrabando e da Emigração Clandestina, que tem um Espaço de Memória e Fronteira, inaugurado a

⁸² <http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp#82> (11/05/07).

27/04/07, e o Ecomuseu de Barroso, já mencionados) e demais instituições que se mostrassem interessadas seria fundamental para que a re-candidatura do projecto fosse bem sucedida.

- A criação de uma base de dados de património imaterial abarcando os museus galegos e os do Norte de Portugal, eventual e progressivamente extensível ao resto dos países de emigração se tal medida se enquadrar nos objectivos a médio e longo prazo das instituições. Seria um contributo valioso tanto para o sucesso da recandidatura como para a projecção e valorização deste património, além de facilitar a consulta para elaboração de estudos científicos. E como a cultura é um processo em evolução e re-criação contínua e este processo é de grande evidência no que diz respeito ao património imaterial, uma actualização constante dos dados referentes à mesma é fundamental para que o conhecimento nunca peque por incorrecção.
- A elaboração de um glossário para uso dos investigadores e dos técnicos que trabalham com o património imaterial da Galiza e do Norte de Portugal seria essencial para a uniformização da terminologia e para a interpretação dos trabalhos levados a cabo, assim como para a familiarização dos técnicos e do público com a denominação de objectos e realidades muito particulares que existem em ambientes muito restritos. O ideal seria a constituição de um glossário para a Galiza, outro para Portugal e um terceiro com a equivalência de termos que pudesse existir entre realidades idênticas ou similares de cada lado da fronteira, que se alargaria progressivamente à terminologia de manifestações de património imaterial semelhantes que se fossem identificando em outros pontos do mundo. Estes glossários tornar-se-iam instrumentos essenciais para estudo, pesquisa e investigação no âmbito do património imaterial, com a valência adicional de dar a conhecer as manifestações galegas e do Norte de Portugal e de ir criando uma rede de ligações cada vez mais complexa e aprofundada que contribuiria para um conhecimento mais completo dos aspectos patrimoniais em questão e facilitaria aos mesmos um acesso universal.
- A publicação regular de textos relativos directa ou indirectamente ao património imaterial, tanto por investigadores como por pessoas autóctones motivadas para tal. A sua difusão regional, nacional e, quando possível e justificável, internacional, daria visibilidade e seria uma forma de captar não só turismo como também o interesse científico de investigadores e instituições. Estes dois factores, assentes na

promoção do património imaterial, são de grande importância para o desenvolvimento económico e cultural.

- Elaboração de exposições itinerantes para dinamizar e dar a conhecer o património imaterial do âmbito de acção dos museus, quando possível com a participação de portadores de património. Esta acção proporciona também aos detentores das culturas vivas a possibilidade de se manifestarem com uma intervenção mínima dos intermediários (museus, designers de exposições), podendo transmitir a sua essência da forma que acham mais correcta e proceder, durante a realização da exposição, a uma reconstrução e um aprofundamento da sua identidade.

CONCLUSÃO

Numa época em que a memória vai perdendo com evidência a função aglutinadora e convergente de grupos (Meneses, 1997) assiste-se à realização de um projecto conjunto de identificação e reconhecimento de um património cultural de um número de pessoas que se distribuem não só por um território bastante vasto como esse território está dividido entre dois estados do Noroeste ibérico. E vemos que os eixos estruturantes desta candidatura são os seguintes:

- Memória
- Identidade
- História
- Património social
- Preservação
- Valorização

Um dos princípios fundamentais apurados nas análises levadas a cabo é o da relevância da sociedade como detentora de memória (Connerton, 1999), conforme o defendido por Maurice Halbwachs com base num argumento que se aplica ao caso em estudo: a rememoração é possibilitada por estruturas sociais como as referências topográficas e cronológicas e a linguagem. Como refere Gérard Namer, estas estruturas ou “quadros” (Halbwachs) são formadas por recordações possuidoras de duas características fundamentais que servem de paradigma quando se pretende compreender o património imaterial galego-português conforme foi tratado na candidatura e nos museus: a estabilidade, *porque sirven de lugar permanente de organización durante un largo tiempo*, e a predominância, *porque cada recuerdo estará vinculado a ellos en su lógica y en su visión del mundo, como en un centro de organización* (in Marot, 2006, pp. 54-56).

As tradições como dinamizadoras da organização social (cf. Copans, 1999); foi o que aconteceu no processo de constituição do projecto de classificação do património imaterial galego-português. Serviu para tentar estruturar etnias ou sociedades de uma

nova forma, dinamizá-las para que pudessem ter continuidade no tempo e no espaço e não desaparecessem por omissão de características que já não têm uso e valor no enquadramento social, económico e cultural dos séculos XX e XXI. Pois as comunidades aldeãs são, como disse Balandier (1987, p. 79), sociedades em que “se apreende com nitidez o confronto entre o tradicional e o moderno”.

No caso concreto da Galiza considero que a participação neste projecto conjunto de classificação patrimonial resulta directamente do processo de autonomização política em que os estudos etnográficos galegos serviram de apoio aos grupos nacionalistas para reivindicar a diferença (Fernández de la Paz & Torrico, 1999, p. 9). Os trâmites deste processo são ilustrados por António Medeiros em algumas obras (2003, 2006) e têm base nos estudos etnográficos iniciados em 1800 – altura em que a história por excelência é a da nação (Pollack, 1992, p. 205) – que cimentaram a forte vontade que os Galegos todos os dias fazem questão de mostrar em escritos, *sites web*, posições políticas, sociais e económicas de serem encarados como uma nação inconfundível e diferenciada do resto de Espanha. Um certo reavivar das raízes culturais que proporcionou a parceria cultural com o Norte de Portugal foi mais uma medida tomada com estas intenções, cujo ponto forte é o de Portugal ser uma nação com uma História de confrontos com Espanha que tinham como característica a necessidade de auto-afirmação portuguesa. Quando, no capítulo 2, referiu-se a notória diferença entre as individualidades e agrupamentos galegos e os portugueses que se manifestavam a propósito da candidatura do património imaterial comum com destaque para o ânimo e o empenho galegos pretendia mostrar uma das evidências que encontrei no âmbito da dinâmica da candidatura no sentido de que se tem vindo a falar: Portugal enquanto nação é política, económica, social e culturalmente mais homogéneo do que a nação Galiza, e este facto é patente em todo o processo da candidatura, processo este que proporcionou aos Galegos um dos meios mais eficazes que se utilizam para marcar a singularidade: a cultura. Citanto António Medeiros (2005, p. 79), [...] *in Galicia, [...] folk culture remains a much more disputed arena with different political projects competing for its appropriation and interpretation.*

Como a Galiza é uma nação histórica reconhecida, com autonomia política, mas em que o órgão que exerce esse governo é mal visto por uma camada populacional considerável no reduzido universo de habitantes da região (com inclinações mais puristas no que diz respeito ao nacionalismo, nomeadamente do Bloque Nacionalista Galego), procura através de instrumentos e processos como a candidatura em análise activar aspectos com

um peso decisivo para, por um lado, conseguir afirmar-se porque não tem substrato político suficiente, e, por outro, servir de motor à formação desse mesmo substrato, reconhecido como o que confere mais poder, autonomia, reconhecimento e respeito público num espaço de tempo muito mais curto do que qualquer outro meio que se possa utilizar para os mesmos fins. Meio que, neste caso, é a promoção cultural. Pode dizer-se que nas dinâmicas observadas neste processo de candidatura do património imaterial se verifica a passagem por todas as etapas que Ramón Máiz aponta para o processo de constituição de um nacionalismo – que aqui será o galaico-português: a identificação de uma etnicidade (neste caso tudo o que é englobado no património imaterial da candidatura contribui decisivamente para este conceito diferencial e é apresentado como tal); as elites e intelectuais da sociedade consciencializam a comunidade de um conjunto de interesses comuns nacionais (os promotores da candidatura pertencem a estas elites e intelectuais); um determinado segmento da população adopta uma identidade colectiva; movimento nacionalista provocado pela dimensão política das etapas anteriores e que vai cativando mais camadas populacionais, sendo a última fase (que ainda não se verificou mas parece ser um cenário possível, sobretudo após a criação da euroregião) a exigência de um estado com governo próprio⁸³.

Não deixa de ser interessante perceber a presença de uma antiga “república”, um espaço geográfico que foi independente dos estados centrais português e espanhol, no âmbito territorial abarcado pela candidatura: o Couto Mixto. A eleição do Museo Aberto de Calvos de Randín como caso de estudo pretendeu, entre os diversos aspectos analisados, evidenciar o reforço (porventura não consciente, uma vez que nada do escrito ou verbalizado pelos promotores deu a entender que houvesse consciência ou intencionalidade do facto) que constitui a inclusão de um espaço que já teve um nível muito elevado de autonomia, aspecto que apoia a vontade de independentização e singularização presente nos discursos na e em redor da candidatura.

Coloca-se no entanto uma questão. A candidatura é um instrumento de afirmação nacionalista galego: porquê a busca de uma aliança com Portugal quando personalidades maiores no movimento cultural autonomista galego fizeram afirmações categóricas como *Nós* [revista editada em Ourense entre 1920 e 1935] *ha de ser a representación no mundo da personalidade galega na sua ansia de se afirmare coma*

⁸³ Cf. R. Máiz em <http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>, p. 85 (05/01/08).

valor universal, autóctono, diferenciado [...] O Enxebrismo é a nosa orixinalidade específica, a nosa capacidade de creación, o noso autóctono dinamismo mental (cit. em Medeiros, 2006, p. 120).

Assiste-se ao início de um movimento científico que quer dar “monumentos de lembrança” (cf. Le Goff, 1984, p. 38) à euroregião e esta candidatura foi um dos processos desse movimento, ao ter sido redigida por académicos especializados. No entanto, falta um sustentáculo histórico consistente, com fundamentos legítimos perante as muitas questões que se podem colocar à forma de apresentar as diversas manifestações de património imaterial da candidatura. Assim, pode dizer-se que esta candidatura se insere no processo de definição dos objectos e manifestações que podem ser patrimonializados e das suas categorias (Fernández de la Paz & Torrico, 1999, p. 8) cuja dinâmica tem sido rápida, constante e cada vez mais abrangente ao longo das últimas décadas e provocou, entre outros acontecimentos, o surgimento do que se chamou de património imaterial e a sua inserção no conceito de património cultural. Conforme me apercebi ao longo da elaboração deste trabalho, através de leituras, de comentários e de depoimentos de algumas das pessoas que entrevistei e de outras com quem conversei informalmente, o conceito de património imaterial é encarado de formas muito diferentes e mesmo antagónicas, o que em parte atribuí à definição ainda um pouco vaga instituída pela UNESCO. Fará falta uma sistematização rigorosa e clara do que confere valor de património às manifestações essencialmente imateriais, visto que é um campo em que a subjectividade é a característica predominante. A importância desta característica revelou-se no processo de candidatura em estudo: os promotores da candidatura consideraram fundamental a abrangência geográfica e tipológica das manifestações de património imaterial e fizeram dela um *ex libris*, enquanto os avaliadores (UNESCO) consideraram esta abrangência um factor negativo da candidatura. O que se seguiu foi não só o desânimo por o património imaterial galego-português não ter sido classificado como também um sentimento de frustração, incompreensão e revolta manifestado por membros da associação promotora Ponte...nas Ondas! tanto na esfera pública (congressos, encontros...) como na privada, em conversas sobre o tema.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO Romero, Fernando (1992) “Recentes actividades do departamento marítimo do Museo do Pobo Galego” in *Coloquios Galegos e Museos*, Vigo, Consello Galego de Museos.
- ALVES, Vera Marques (1997) “Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso.”, in *Etnográfica*, Vol. I (2), pp. 237-257.
- AMSELLE, J.- L.; M'Bokolo, E., eds. (1985) *Au coeur de l'ethnie*, Paris, La Découverte.
- ARIZPE, Lourdes (2004) “Intangible Cultural Heritage, Diversity and Coherence” in *Museum International*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, nº 221-222 (Vol. 56, nº 1-2), pp. 130-136.
- BALANDIER, Georges (1987) *Antropologia Política*, Lisboa, Editorial Presença.
- BERNARDI, Bernardo (1974) *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, Lisboa, Edições 70.
- BRANCO, Jorge Freitas; Oliveira, Luísa Tiago (1993) *Ao Encontro do Povo. I. A Missão*. Oeiras, Celta Editora.
- BRANCO, Jorge Freitas; Oliveira, Luísa Tiago (1993) *Ao Encontro do Povo. II. A Coleção*. Oeiras, Celta Editora.
- CASTELO-BRANCO; Salwa El-Shawan; Branco, Jorge Freitas (2003) “Folclorização em Portugal: uma perspectiva”, in Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (orgs.) *Voices do Povo. A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-21.
- COPANS, Jean (1999) *Introdução à Etnologia e à Antropologia*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- CHRETIEN, J.-P.; Prunier, G., eds. (1989) *Les ethnies ont une histoire*, Paris, Karthala.
- CONNERTON, Paul (1999) *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- DAVIS, Peter (1999) *Ecomuseums, a sense of place*, London and New York, Leicester University Press.
- DURAND, Gilbert (1996) *Campos do Imaginário*, Lisboa, Instituto Piaget.

- DUARTE, Alice (1997) “A Antropologia e os Museus”, in Vítor Oliveira Jorge e Raúl Iturra (coords.) *Recuperar o Espanto: O Olhar da Antropologia*, Porto, Ed. Afrontamento.
- FEHR, Michael (2000) “The Art of Recovering History”, in Susan Pierce (ed.) *Museums and Memory*, Stanford, California, Stanford University Press.
- FÉLIX, Pedro (2003) “O concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal” (1938)”, in Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (orgs.) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 207-232.
- FERNÁNDEZ de la Paz, Esther; Agudo Torrico, Juan (coords.) (1999) *Patrimonio Cultural y Museología. Significados y contenidos, Santiago de Compostela*, FAAEE, AGA.
- FILIPE, Maria da Graça (2000) *O Ecomuseu do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (dissertação de mestrado).
- GABLE, Eric (2006) “Paisagens invisíveis. Herança histórica, esquecimento e problemática da identidade”, in Elsa Peralta e Marta Anico (orgs.) *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 111-120.
- GALICIAN-Portuguese Oral Traditions: Candidatura de Património Imaterial Galego-Português (2005).
- GÓMEZ PELLÓN, Eloy (1999) “Patrimonio cultural, etnográfico y antropología social”, in Esther Fernández de la Paz e Juan Agudo Torrico, (coords.) *Patrimonio Cultural y Museología. Significados y contenidos, Santiago de Compostela*, FAAEE, AGA.
- GOODY, Jack (1987) *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Ed. 70.
- _____ (1988) *Domesticação do pensamento selvagem*, Lisboa, Ed. Presença.
- GUILLAUME, Marc (2005) *A Política do Património*, Lisboa, Campo das Letras.
- HANDLER, Richard; Gable, Eric (1997) *The new history in an old museum. Creating the past at Colonial Williamsburg*, Durham and London, Duke University Press.
- HOBBSAWM, Eric (2002) “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 271-316.
- HOBBSAWM, Eric, Ranger, Terence (orgs.) (2002) *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara (2004) “Intangible Heritage as Metacultural Production” in *Museum International*, nº 221-222 (Vol. 56, nº 1-2), pp. 52-65.

- KLIMT, Andrea; Leal, João (2005) “Introduction: the politics of folk culture in the lusophone world” in *Etnográfica*, vol. IX(1), pp. 5-17.
- LAMAS, Maria (1991) *Mitologia geral, o mundo dos deuses e dos heróis*, Lisboa, Estampa, vol. II.
- LE GOFF, Jacques (1984) “Memória” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 11-49.
- LEROI-GOURHAN, André (1983) *O Gesto e a Palavra : 2. Memória e Ritmos*, Lisboa, Ed. 70.
- LIMA, Paulo (1997) “Artistas da fala a Sul do Tejo”, in Jorge Freitas Branco e Paulo Lima (orgs.) *Artes da Fala: Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta Editora, pp. 47-85.
- MARCUS, George E.; Mascarenhas, Fernando (2005) *Ocasão: the marquis and the anthropologist, a collaboration*, USA, AltaMira Press.
- MAROT, Sébastien (2006) *Suburbanismo y arte de la memoria*, Barcelona, Ed. Gustavo Gili.
- MEDEIROS, António (2003a) *A moda do Minho: um ensaio antropológico*, Antropológica avulsa nº 1, Lisboa, Ed. Colibri/DepANT-ISCTE.
- _____ (2003b) “Discurso Nacionalista e Imagens de Portugal na Galiza” in *Etnográfica*, Vol. VII (2), pp. 321-349.
- _____ (2005) “Emergent iconographies: regional identity and rural icons in Northwestern Iberia” in *Etnográfica*, Vol. IX (1), pp. 65-80.
- _____ (2006) *Dois lados de um rio: nacionalismo e etnografias na Galiza e em Portugal*, Lisboa, ICS.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de (1997) “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público” in *Documentos Pessoais no Espaço Público*, Rio/São Paulo, CPDOC/FGV-IEB/USP.
- MORGAN, Prys (2002) “Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período Romântico”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 53-109.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2003) “Michel Giacometti (1929-1990): dilemas de um colector”, in Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (orgs.) *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 493-505.
- PEREIRO PÉREZ, Xerardo; Vilar Álvarez, Manuel (2002) “Autoimágenes e heteroimágenes en los museos etnográficos gallegos” in *Actas do IX Congresso de Antropologia da Federação de Associações de Antropologia do estado Espanhol*, Barcelona, 7 de Setembro de 2002.

- POLLACK, Michael (1992) “Memória e Identidade Social” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10, pp. 200-212.
- PULGAR SABÍN, Carlos (ed.) (2005) *Arte e Cultura da Galiza e do Norte de Portugal: Museus*, Setúbal, Marina Editores, Vols. I, III e IV.
- RAMOS, Manuel João (2005) “Breve nota crítica sobre a introdução da expressão “património intangível” em Portugal” in Vítor Oliveira Jorge, (coord.) *Conservar para Quê? Porto – Coimbra, DCTP-FLUP – CEAUCP-FCT*, pp. 67-75.
- SEMEDO, Alice (2004) “Estratégias museológicas e consensos gerais” in Mário Armando Nogueira Pereira de Brito e José Manuel Hidalgo Cuñarro, (coords.) *Museus do Eixo Atlântico*, Vigo, Porto e Bruxelas, Gráficas Planeta, S. L..
- SIERRA RODRÍGUEZ, Xosé Carlos (s. d.) “Experiencias de Patrimonialización e Musealización. Identidade Local en Concellos non Urbanos” in *Antropoloxía III*, Museo do Pobo Galego.
- SOCIEDADE Estatal Lisboa 98 (1998) *Os Ibéricos e o Mar*, Exposição Mundial de Lisboa, Pavilhão de Espanha, realizada de 3 de Agosto a 30 de Setembro de 1998.
- TEIXEIRA, David José Varela (2005) *O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local*, Guimarães, Universidade do Minho, tese de Mestrado em Património e Turismo [online]. Consultado em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6286/1/Tese.pdf> (19/05/07).
- TORRÃO, Susana (9/12/2007) “Os dias dos rapazes”, in *Notícias Magazine*, suplemento do Jornal de Notícias nº 191/120, pp. 90-98.
- TRAJANO FILHO, Wilson (2002) “Narratives on National Identity in the Web” in *Etnográfica*, vol. VI (I), pp. 141-158.

PERIÓDICOS

Jornal de Notícias, 4/2/2008, p. 24.

FONTES ELECTRÓNICAS

ACIDI <http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=1790>
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
<http://www.anmp.pt/mun/mun/mus102w2.php?Scod=88>
ASSOCIAÇÃO PONTE... NAS ONDAS!
<http://www.pontenasondas.org/pt/contenido.asp>

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA http://www.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=7642

CLUBE DE JOVENS FOLCLORISTAS PORTUGUESES
<http://groups.google.pt/group/clubejovensfolcloristas>

CONSELLO DA CULTURA GALEGA
<http://www.consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/etnicidade.pdf>

CONSELLO GALEGO DE MUSEOS <http://www.cgmuseos.org/ribadavia.html>

COUTO MIXTO <http://coutomixto.org/>; <http://www.coutomixto.org/premio.htm>

CULTURA GALEGA <http://www.culturagalega.org/especiais/reforma/contexto.htm>;
<http://www.culturagalega.org/temadia.php?id=5233>

DIÁRIO DA REPÚBLICA <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1985/07/15300/18651874.PDF>

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
http://dn.sapo.pt/2005/08/05/artes/candidatura_a_unesco_2007.html

DIÁRIO INSULAR
http://www.diarioinsular.com/noticias/imprimir.php?edicao=2_18_Maio_2004&n_id=16470&PHPSESSID=f2a

ECOMUSEU DE BARROSO <http://www.ecomuseu.org/Portugues/index2.php>

COMUNIDADE DE TRABALLO GALICIA-NORTE DE PORTUGAL
<http://www.galicia-nortept.org/euroregion.asp>

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/arte_pela_arte.htm

GAITA-DE-FOLES <http://www.gaitadefoles.net/noticias/meninoscantores.htm>

GEOCITIES http://www.geocities.com/michel_giacometti/
<http://216.239.59.104/search?q=cache:tdm4tiibCFEJ:www.alcultur.org/2004/intervencoes/LuisFigueira.pdf+museu+patrimonio+imaterial&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=112&gl=pt>
http://circodevariedades.blogspot.com/2005_11_01_circodevariedades_archive.html
http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf
<http://correio.cc.fc.ul.pt/~mc/dim/index.html>
http://membres.lycos.fr/questionne/documentos/cuadro_comparativo.html
<http://www.literatura.us/borges/funes.html>
http://www.novaguarda.pt/100805/e_rot10.htm

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS
<http://www.ipmuseus.pt/pt/noticias/H28890/TA.aspx>

JORNAL URBI ET ORBI
http://www.urbi.ubi.pt/040525/edicao/225ubi_dia_museus.htm

MENIÑOS CANTORES <http://www.meninoscantores.com/>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA http://www.min-agricultura.pt/oportal/extent/docs/FOLDER/MEDIATECA/MADRPCNT_BOL_ETINS/MADRPCNT_BLT_REV_EDM/6.PDF

MINISTÉRIO DA CULTURA http://www.min-cultura.pt/Destaque/Dia_Internacional_Museus_2004/prog_museus/mguarda.htm

MOVIMENTO DEFESA DA LÍNGUA <http://www.mdl-galiza.org/>

MUSEU DA LOURINHÃ http://www.museulourinha.org/pt/noticias_mes_idoso.htm

NO MUNDO DOS MUSEUS
<http://nomundodosmuseus.wordpress.com/2007/04/13/museu-maritimo-de-ilhavo-cria-base-de-dados/>

PÁGINA DA CANDIDATURA DO PATRIMÓNIO GALEGO-PORTUGUÊS À
UNESCO

<http://www.opatrimonio.org>; <http://www.opatrimonio.org/pt/candidatura.asp>;
<http://www.opatrimonio.org/pt/documentos.asp?tipo=hc>;
<http://www.opatrimonio.org/pt/escolasunesco.asp?ver=B#1>;
<http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp#82>;
<http://www.opatrimonio.org/pt/noticias.asp#85>;
<http://www.opatrimonio.org/pt/principal.asp>;

PORTAL GALEGO DA LÍNGUA <http://www.agal-gz.org/>

REDE PORTUGUESA DE MUSEUS [http://www.rpmuseus-
pt.org/Pt/cont/fichas/museu_60.html](http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/fichas/museu_60.html)

SISTEMA DE INVENTÁRIO E GESTÃO DOCUMENTAL DO ECOMUSEU DE
BARROSO <http://cerem.ufp.pt/cgi-bin/projectos/eco/index.pl>

SISTEMAS DE FUTURO <http://www.sistemasfuturo.pt/encontro2005/programa.html>

UNESCO <http://portal.unesco.org>; [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-
URL_ID=3415&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=3415&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html);
<http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002>

UNIVERSIDADE DO MINHO

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6286/1/Tese.pdf>

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/mesa_redonda_primavera_sergio.PDF

XOGOS POPULARES

[http://www.xogospopulares.com/index.php?start_from=60&ucat=&archive=&su
baction=&id=&](http://www.xogospopulares.com/index.php?start_from=60&ucat=&archive=&subaction=&id=&)